Cartonifício Valinhos S/A

CNPJ 45.992.476/0001-94

Edital de Convocação

Conforme disposto no §2º da Lei nº 6.404/76, convocamos os acionistas para AGO a realizar-se dia 22/04/2024, às 15:00hs na sede da Empresa à Rua 12 de Outubro, nº 20 - Vila Santana, município de Valinhos, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre: Ordem do dia: 1) Exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e Demonstrações financeiras do Exercício findo 2023; 2) Eleição da diretoria; 3) Outros assuntos. Valinhos, 03 de abril de 2024. **Cartonifício Valinhos S/A.**

São Martinho Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF 01.099.967/0001-35 - NIRE 35300145038

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas da **São Martinho Empreendimentos Imobiliários S.A.** convocados a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Groenlândia, 100, sala 12, às 10:00 horas do dia 18/04/2024, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** dissolução e liquidação da sociedade; e **(ii)** eleição do liquidante. São Paulo, 1º de abril de 2024. **A Diretoria**

Pirapora Agropecuária S/A

CNPJ/MF nº 83.699.231/0001-62 - NIRE: 35.300.48.401-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Pirapora Agropecuária S/A, convocados a se reunirem em **AGO/AGE** que será realizada no dia 26 de abril de 2024, com início às 09:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Av. Brig. Luís Antônio, nº 2.344, 13º andar, em São Paulo - SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia em **AGO: 1)** Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **2)** Fixar o limite de valor da remuneração anual dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo para o exercício social de 2024; **3)** Outros assuntos de interesse social. Em **AGE: 1)** Aprovação para venda do imóvel de Curitibanos.

São Paulo, 01/04/2024

Márcio Koiti Takiguchi - Diretor Presidente

UP.P HOLDING S.A.

CNPJ/ME nº 43.562.306/0001-44 - NIRE 35.300.577.167

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da **UP.P HOLDING S.A.** ("Companhia") convocados a comparecem à assembleia geral extraordinária que será realizada às 09h30 horas da manhã do dia 12 de abril de 2024, em primeira convocação, exclusivamente de forma presencial, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 250, 11º andar, conjunto 1.106, Edifício F.L Office, Vila Olímpia, CEP 04552-040, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e da cláusula 11 do estatuto social da Companhia, para deliberar sobre: (i) a homologação do aumento de capital social no valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) mediante a subscrição de 1.215.224 (um milhão, duzentas e quinze mil, duzentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 1.215.224 (um milhão, duzentas e quinze mil, duzentas e vinte e quatro) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, em razão da conversão das debêntures emitidas pela Companhia em 26 de dezembro de 2024, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da Companhia; e (ii) a consequente alteração da cláusula 5º do estatuto social da Companhia. A Companhia esclarece que para participação na assembleia geral extraordinária, os acionistas deverão apresentar à Companhia o documento de identidade e, caso o acionista se faça representar por procurador, além do documento de identidade, será necessário apresentar, o instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das S.A. Os documentos necessários para a tomada de decisão estão disponíveis para consulta na sede social.

São Paulo, 4 de abril de 2024. **Gabriel Campos Pérgola -** Diretor, **Roger Keiti Sasazaki -** Diretor

FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 47.014.367/0001-28 - NIRE Nº. 35300595670 - COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 20 de março de 2024. À **FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B Andar 4 Sala 8, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 26.890.963-5/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 332.849.988-10, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **renúncia**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro suplente** do Conselho de Administração da Companhia, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/07/2023 às 10h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS.** Ciente em: 20/03/2024. **FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** Marcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 130.378/24-0 em 01.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Companhia Província de Securitização

CNPJ/MF nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira e Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.2.3 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para a Emissão Companhia Província de Securitização de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 1ª (Primeira) Emissão, celebrado em 27 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, **em primeira convocação, aos 24 de abril de 2024, às 11h00min e em segunda convocação aos 02 de maio de 2024, às 11h00min,** de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; e (ii) deliberar acerca da alteração da cláusula 12.2.3 do Termo de Securitização, de modo a atualizar a previsão de publicação dos editais de convocação de assembleias especiais de investidores para que estas passem a ocorrer nos termos do artigo 26 da Resolução CVM nº 60. Ficam os Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 04 de abril de 2024.

Companhia Província de Securitização - Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores

Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 07.594.978/0001-78 | NIRE 35300477570 | Código CVM nº 02426-0

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 22 de março de 2024, às 16 horas, na sede social da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.294, 2º andar, Bela Vista, CEP 01310-100 ("**Companhia**"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por meio de videoconferência, nos termos do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"). **3. Mesa:** Presidente, o Sr. Daniel Rizardi Sorrentino Secretária, a Sra. Juana Melo Pimentel. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre: **(i) a proposta de destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii)** a proposta do limite da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; **(iii)** a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social; **(iv) a convocação dos acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária** e Ordinária, a ser realizada em 25 de abril de 2024 ("**Assembleia**"), incluindo a proposta da administração, a ser submetida ao exame, deliberação e votação da Assembleia; **(v)** a representação da Companhia nas assembleias gerais e reuniões de sócios das sociedades nas quais a Companhia detenha participação; e **(vi)** a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique os atos necessários para efetivação das deliberações tomadas nos itens acima. **5. Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram o quanto segue: **5.1.** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a proposta de destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor total de R$ 1.036.554.667,12 (um bilhão, trinta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e doze centavos), conforme segue: (i) R$ 51.827.733,86 (cinquenta e um milhões, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e trinta e três mil reais e oitenta e seis centavos), correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$ 252.977.866,21 (duzentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e setenta e sete reais, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos), correspondente a 25,69% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, ao pagamento de juros sobre capital próprio já distribuídos e quitados, os quais estiveram sujeitos à retenção de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos, nos termos da legislação fiscal em vigor, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o artigo 24, parágrafo 2º do Estatuto Social; e (iii) a totalidade do lucro líquido remanescente, no montante de R$718.726.178,86 (setecentos e dezoito milhões, setecentos e vinte e seis mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos), à reserva estatutária, que poderá ser utilizada para investimentos e para compor fundos para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, de suas controladas e das sociedades nas quais a Companhia participa, em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações; **5.2.** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a proposta da administração, a ser submetida ao exame, deliberação e votação da Assembleia, do limite da remuneração anual global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de até R$ 49.520.000,00 (quarenta e nove milhões e quinhentos e vinte mil reais); **5.3.** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social, a fim de (a) estabelecer um número mínimo e um número máximo de membros para compor o Conselho de Administração; (b) alterar determinadas competências do Conselho de Administração, bem como atribuir ao Conselho de Administração a competência para a nomeação, dentre seus membros, do Presidente do órgão; (c) alterar o número máximo de membros da Diretoria; (d) prever atribuições gerais aplicáveis aos Diretores sem designação específica, sem prejuízo de atribuições adicionais que venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração; (e) alterar as regras de representação da Companhia; e (f) instituir o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; **5.4.** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a convocação da Assembleia, a ser realizada em 25 de abril de 2024 às 10hrs, nos termos da Proposta da Administração, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (A) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) alteração e consolidação do estatuto social da Companhia, a fim de (a) estabelecer um número mínimo e um número máximo de membros para compor o Conselho de Administração; (b) alterar determinadas competências do Conselho de Administração, bem como atribuir ao Conselho de Administração a competência para a nomeação, dentre seus membros, do Presidente do órgão; (c) alterar o número máximo de membros da Diretoria; (d) prever atribuições gerais aplicáveis aos Diretores sem designação específica, sem prejuízo de atribuições adicionais que venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração; (e) alterar as regras de representação da Companhia; e (f) instituir o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; e (B) em Assembleia Geral Ordinária: (ii) tomar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria; (iv) deliberação sobre a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (v) fixação do número de membros do Conselho de Administração, sujeito à aprovação da reforma estatutária em sede de Assembleia Geral Extraordinária; (vi) eleição dos membros do Conselho de Administração; e (vii) fixação do limite da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, bem como aprovar a proposta da administração a ser oportuna e regulamente submetida à apreciação pela Assembleia; **5.5.** Aprovar que os Diretores sem designação específica poderão representar a Companhia, de forma isolada, em assembleias de acionistas e reuniões de sócios de quaisquer sociedades nas quais a Companhia seja titular de participações societárias ou valores mobiliários de qualquer natureza, devendo votar e deliberar sobre a aprovação de contas da administração, das demonstrações financeiras e do relatório da administração (se aplicável) de tais sociedades para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e para exercícios anteriores (se aplicável), e realizar todos os atos necessários para tais aprovações, incluindo presidir e/ou secretariar quaisquer assembleias ou reuniões de sócios, apresentar protestos, impugnações, declarações de voto, assinar livros de presença, atas e quaisquer documentos e atos societários que se fizerem necessários para tais aprovações; e **5.6.** Autorizar, por unanimidade, os Diretores a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas nos itens acima. **6. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foi encerrada a reunião, que atendeu a todas as formalidades legais, lavrando-se a presente ata, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **7. Lista de Presenças:** O Presidente e a Secretária da Mesa certificam que os seguintes Conselheiros estiveram presentes na reunião: Daniel Rizardi Sorrentino, Diogo Ferraz de Andrade Corona, Edgard Gomes Corona, Leonardo Lujan Gonzalez, Luis Felipe Françoso Pereira da Cruz, Soraya Teixeira Lopes Corona, Ricardo Lerner Castro e Wolfgang Stephan Schwerdtle. São Paulo, 23 de março de 2024. Mesa: **Daniel Rizardi Sorrentino** - Presidente; **Juana Melo Pimentel** - Secretária. **JUCESP** nº 130.708/24-0 em 28/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AAMN INVESTIMENTOS S/A

CNPJ nº 50.079.854/0001-83

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, Submete à apreciação de V.Sas. O Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2023 e em 31/12/2022. A Diretoria

Balanço Patrimonial

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**62.651.334,14**	**58.555.936,42**
Contas a receber	11.895.485,69	15.020.007,23
Depósitos Judiciais	2.503,04	2.503,04
Investimentos	-	-
Imobilizado	58.863.893,77	54.246.308,72
Não Circulante	**70.761.882,50**	**69.268.818,99**
Total do Ativo	**133.413.216,64**	**127.824.755,41**

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**4.686.020,46**	**3.489.627,14**
Não Circulante	**10.235.829,05**	**10.670.829,29**
Capital Social	58.000.000,00	58.000.000,00
Reserva de Capital	-	-
Reserva de Lucros	2.704.458,82	2.346.058,93
Lucros Acumulados	57.786.908,31	53.318.240,05
Total Patrimônio Líquido	**118.491.367,13**	**113.664.298,98**
Total do Passivo	**133.413.216,64**	**127.824.755,41**

Demonstração de Fluxo de Caixa

Método Indireto	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do Exercício	7.167.988,15	10.562.285,68
Ajustes do Lucro Líquido	1.909.552,73	2.363.573,87
Variações Ativo/Passivo Operacional	7.132.179,12	(3.309.918,18)
Caixa Líquido usado em Investimentos	(6.527.137,78)	(3.368.090,97)
Caixa Líquido da atividade de Financiamento	(2.340.920,00)	-
Total	**7.341.662,22**	**6.247.850,40**
Aumento/Redução Caixa e Equivalente	**7.341.662,22**	**6.247.850,40**

Notas Explicativas

Critérios de avaliação dos elementos Patrimoniais: a) Imobilizado: registrado ao custo de aquisição e depreciado às taxas permitidas pela legislação do Imposto de Renda; b) Capital Social, integralmente realizado, é composto de 13.444.000 ações sem valor nominal. c) O Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras Consolidadas, incluem as sociedades SPH Participações Ltda. e Rio Douro Participações Ltda.

Claudinei Decarle - Contabilista -TEC-CRC - 1SP202499/O-3

Demonstração de Resultado do Exercício

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Operacionais Líquidas	16.449.222,34	20.582.525,36
Custo de Vendas	(2.010.529,41)	(1.398.129,27)
Despesas Administrativas	(6.979.320,39)	(5.344.070,43)
Despesas Financeiras	(869.344,64)	(1.845.148,65)
Receitas Financeiras	2.220.802,16	3.966,30
Resultado não Operacional	69.500,08	0,00
Lucro antes da CSLL e IRPJ	8.880.330,14	11.999.143,31
Provisão p/Contribuição Social	(483.219,09)	(422.400,47)
Provisão p/Imposto de Renda	(1.229.122,90)	(1.014.457,16)
Lucro/Prejuízo Líq. Exercício	7.167.988,15	10.562.285,68
Lucro por ação	0,533	0,786

Demonstração de Lucros Acumulados

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	**53.318.240,05**	**43.284.069,03**
Lucro/Prejuízo Líq. Exercício	7.167.988,15	10.562.285,68
Transf.p/reserva legal	(358.399,89)	(528.114,66)
Dividendos distribuídos	(2.340.920,00)	0,00
Saldo Final	**57.786.908,31**	**53.318.240,05**

Smart Compass S.A.

CNPJ 52.858.530/0001-79

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023: (Em Unidade de Real)

Ativo	Nota	2023
Ativo circulante		**528.108,22**
Caixa e equivalentes de caixa	1	157.051,19
Adiantamentos	2	371.057,03
Ativo não circulante		**114.946,66**
Imobilizado	3	114.946,66
Total do ativo		**643.054,88**

Passivo	Nota	2023
Passivo circulante		**23.144,17**
Fornecedores	4	8.198,74
Obrigações fiscais	5	6.365,57
Obrigações trabalhistas	6	8.579,86
Patrimônio líquido		**619.910,71**
Capital social	7	200,00
Resultado acumulado		(132.839,63)
Outras contas - AFAC		752.550,34
Total do passivo		**643.054,88**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023: (Em Unidade de Real)

	2023
Custo dos serviços prestados	(41.851,20)
Lucro operacional bruto	**(41.851,20)**
Despesas operacionais	
Despesas administrativas	(82.062,72)
Outras receitas/despesas operacionais	(8.925,73)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**(132.839,65)**
Receitas financeiras	0,02
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	**(132.839,63)**
Resultado líquido do período	**(132.839,63)**

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercicios Findos em 31 de Dezembro de 2023: (Em Unidade de Real)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	(132.839,63)
Ajustado por:	**(131.910,53)**
- Depreciações/Amortizações	929,10
(Aumento)/Redução em ativos	**(371.057,03)**
- Outros Ativos	(371.057,03)
Aumento/(Redução) em passivos	**23.144,17**
- Fornecedores	8.198,74
- Obrigações sociais e tributárias	6.365,57
- Outros passivos	8.579,86
Caixa líquido proveniente/usado nas atividades operacionais	**(479.823,39)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
- Aquisição de novos imobilizados	(115.875,76)
Caixa líquido proveniente/usado nas atividades de investimentos	**(115.875,76)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
- Integralização de capital	200,00
- Adiantamento para futuro aumento de capital	752.550,34
Caixa líquido proveniente/usado das atividades de financiamentos	**752.750,34**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes	**157.051,19**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes	**157.051,19**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	157.051,19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023: (Em Unidade de Real)

	Capital Social	Reservas de Capital	Resultado Acumulado	Total
Capital Social Integralizado	200,00	-	-	200,00
AFAC	-	752.550,34	-	752.550,34
Resultado do Exercício	-	-	(132.839,63)	(132.839,63)
Saldo em 31/12/2023	**200,00**	**752.550,34**	**(132.839,63)**	**619.910,71**

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023: (Em Unidade de Real)

I. Contexto operacional: A Smart Compass S.A é uma sociedade anônima fechada, com sede no município de Campinas/SP, na Avenida Selma Parada, nº 201, Jardim Madalena, Conjunto 303 - Bloco 03. A Sociedade tem por objeto: Atividades de cobranças e informações cadastrais, gestão e administração da propriedade imobiliária, holdings de instituições não-financeiras, corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis, atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. **II. Base para elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das S.A. e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira tendo como principal objetivo possibilitar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com normas internacionais de contabilidade *(International Financial Reporting Standards - IFRS)*, novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vem sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Adicionalmente, foi publicado o CPC PME que é específico e deve ser aplicado às pequenas e médias empresas, por força da Res. CFC 1.255/09. As referidas alterações foram adequadas para a sociedade no exercício social encerrado em 31/12/2010, exceto em relação à valorização dos estoques, sendo que as práticas utilizadas até então pela sociedade eram aquelas vigentes até 31/12/2007. **III. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram: • **Apuração dos resultados:** O lucro é apurado pelo regime de competência, proveniente da prestação de serviços de suas operações. • **Moeda funcional:** As demonstrações contábeis estão apresentadas na moeda vigente no Brasil, o Real. • **Ativo circulante e não-circulante:** São apresentados pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais, contratuais e pelas variações das taxas de câmbio, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. • **Ativo imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, líquido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação. A depreciação dos bens do imobilizado é calculada pelo método linear, sendo que as taxas utilizadas são baseadas na legislação tributária vigente, divulgadas pela Receita Federal do Brasil, e que expressam a vida útil do bem, segundo a administração da empresa. • **Passivo circulante e não-circulante:** Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **IV. Notas explicativas: 1. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional. A composição do grupo é composta da seguinte maneira:

Descrição	2023
Saldo em trânsito	200,00
Saldo em banco conta movimento	156.851,19
Total de caixa e equivalentes de caixa	**157.051,19**

2. Adiantamentos: O grupo é composto por valores que compreendem créditos junto a fornecedores, cujo detalhamento apresentamos abaixo:

Descrição	2023
Adiantamentos a fornecedores	371.057,03
Total de adiantamentos	**371.057,03**

3. Imobilizado líquido: Demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais de acordo com vida útil dos bens. Temos abaixo os valores de custo histórico, depreciação incorrida e o saldo residual em 31/12/2023 em reais.

Descrição	Valor de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em propriedade de terceiros	56.910,56	213,87	56.696,69
Equipamentos de comunicação	1.903,91	26,98	1.876,93
Móveis e utensílios	57.061,29	688,25	56.373,04
Total	**115.875,76**	**929,10**	**114.946,66**

4. Fornecedores: Os saldos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos. O saldo estava assim representado:

Descrição	2023
Fornecedores nacionais	8.198,74
Total de fornecedores	**8.198,74**

5. Obrigações fiscais: As obrigações fiscais registradas, posição em 31/12/2023, são decorrentes da atividade operacional da empresa, sendo registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos. O saldo estava assim composto:

Descrição	2023
IRRF a recolher	6.365,57
Total de obrigações fiscais	**6.365,57**

6. Obrigações trabalhistas: O grupo é composto pelas provisões trabalhistas posição em 31/12/2023. O saldo estava assim composto:

Descrição	2023
Pró Labore a pagar	1.174,80
INSS a recolher	6.673,29
INSS retido a recolher	731,77
Total de obrigações trabalhistas	**8.579,86**

7. Capital social: O capital social é de R$2.000,00 (dois mil reais) totalmente subscrito, sendo que o valor de R$200,00 já foi integralizado e ainda falta integralizar o valor de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais) e está dividido em 2.000,00 (duas mil) cotas de R$1,00 (um real) cada uma.

Campinas, 31/12/2023.

Smart Compass S.A. — **Bruno Rafael Costa dos Santos**, Administrador

Contactus Assessoria Contabil Ltda — **José Roberto Melani**, Contador - CRC nr. 1SP129058/O

MAIS MU COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A. | CNPJ/MF 21.526.148/0001-34 | NIRE 35300611390. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: Ficam convocados os acionistas da **MAIS MU COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A.** ("Companhia"), para reunirem-se em assembleia geral ordinária, a ser realizada de forma exclusivamente digital, por meio do link meet.google.com/ckt-zfye-ort, nos termos do artigo 124, §2-Aº da Lei nº 6.404/76, no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, em primeira convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se aplicável, referido exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e, (c)Aprovar o envio dos documentos da convocação pertinentes a Assembleia Geral. A Companhia informa que o relatório de auditoria das demonstrações financeiras foi devidamente publicado em 04 de abril de 2024 no Jornal O Dia SP, página 6, e poderá ser acessado na íntegra no sítio eletrônico do referido jornal. Adicionalmente, a Companhia informa que o Boletim de Voto à Distância será disponibilizado por e-mail. Eventuais solicitações dos acionistas podem ser encaminhadas por e-mail para juridico@maismu.com.br. São Paulo, 8 de abril de 2024.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 86FF-F0D6-5957-B423.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 86FF-F0D6-5957-B423.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/86FF-F0D6-5957-B423 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 86FF-F0D6-5957-B423

Hash do Documento

4451F46FF439C8CEC84030AB0A23E43AA4D08F33773D30ED94A7387FACB505CD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/04/2024 00:05 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Jornal O DIA SP

PUBLICAÇÕES LEGAIS - 2

Edição Digital Certificada*Sábado a segunda-feira, 6, 7 e 8 de abril de 2024

CONCRESERV CONCRETO S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ Nº 06.262.453/0001-72 - NIRE 35300497520

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - DELIBERAÇÃO E APROVAÇÃO DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS

DATA: 27 de janeiro de 2023. HORA: 10 horas. LOCAL: Sede da companhia, Rua Antonio Guganis, nº 276, Bairro Jardim São Paulo Zona Norte, CEP: 02.044-110, São Paulo/SP. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 124, §4º, são dispensadas as formalidades de convocação, em razão da presença de todos os acionistas da Companhia: FÁBIO GONZALES NOVAIS, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 32.874.164-4 e do CPF nº 337.110.888-05, residente e domiciliado na Av. Parada Pinto, 3558, Ap. 111, Vila Nova Cachoeirinha, São Paulo, SP, CEP 02611-001, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR-PRESIDENTE, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 29/09/2025. MARCELO GONZALES NOVAIS, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 43.945.661-7 e do CPF nº 356.942.648-35, residente e domiciliado na Av. Parada Pinto, 3558, Ap. 141, Vila Nova Cachoeirinha, São Paulo, SP, CEP 02611-001, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR-EXECUTIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 29/09/2025. COMPOSIÇÃO DA MESA: Fábio Gonzales Novais, presidente para o ato; Marcelo Gonzales Novais, secretário para o ato. ORDEM DO DIA: (i) Reforma do Estatuto Social para (i.a) alterar o Artigo Quinto a fim de explicitar que as ações de emissão da companhia são sem valor nominal; (i.b) alterar o Artigo Vigésimo para fins de incluir previsão de emissão de debêntures conversíveis em ações preferenciais da Companhia; (ii) Consolidação do Estatuto Social; (iii) Deliberar sobre a emissão, para subscrição privada, de debêntures conversíveis em ações preferenciais, da espécie quirografária, em série única, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e consequente aumento de capital; (iv) Autorizar a Diretoria a adotar todas as medidas necessárias à emissão das debêntures, inclusive a emissão de uma 2ª emissão, nas mesmas condições da 1ª emissão. DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia e composta a Mesa Dirigente, foram tomadas as seguintes deliberações e decisões: (i) (i.a) Aprovada, por unanimidade, a alteração do Artigo Quinto do Estatuto Social, para explicitar que as ações de emissão da Companhia são sem valor nominal, passando o referido artigo a viger com a seguinte redação: Artigo Quinto: O capital social é de R$ 13.182.342,00 (treze milhões, cento e oitenta e dois mil e trezentos e quarenta e dois reais), representado por 329.558.550 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas. (i.b) Aprovada, por unanimidade, a alteração do Artigo Vigésimo do Estatuto Social, para inclusão da possibilidade de distribuição de debêntures conversíveis em ações, o qual passará a viger com a seguinte redação: Artigo 20 - Dentro das condições estabelecidas em lei, poderá a sociedade efetuar (i) a distribuição privada de debêntures conversíveis em ações, e (ii) a distribuição privada de debêntures não-conversíveis e não-permutáveis por ações mediante ofertas públicas com esforços restritos. Parágrafo único: As ofertas públicas distribuídas com esforços restritos deverão ser destinadas exclusivamente a investidores qualificados e intermediadas por integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. (ii) Aprovada, por unanimidade, a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo I da presente Ata. (iii) Aprovada, por unanimidade, a proposta de emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações preferenciais, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada aos credores da Companhia, contemplados pelo Plano de Recuperação Judicial ("Emissão", "Debêntures" respectivamente), conforme detalhado na Minuta da Escritura Particular da 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações (Anexo II), bem como o consequente aumento de capital, com as seguintes características: 1. VALOR DA EMISSÃO: R$ 96.832.074,00 (noventa e seis milhões, oitocentos e trinta e dois mil, setenta e quatro reais); 2. EMISSÃO E SUBSCRIÇÃO: A emissão será realizada por instrumento particular, ficando os respectivos boletins de subscrição à disposição dos subscritores na sede da emissora pelo prazo de 30 (trinta) dias, após o que a respectiva escritura de emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo. As debêntures que eventualmente não sejam subscritas no prazo antes referido serão canceladas, realizando-se uma nova emissão no prazo de 12 meses contados do término do referido prazo para subscrição, nas mesmas condições da presente emissão, e pelo valor das debêntures não subscritas. 2. NÚMERO DE SÉRIES: A emissão será realizada em série única; 3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO: R$ 1,00 (um real)("Valor Nominal Unitário"); 4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES: Serão emitidas 96.832.074 (noventa e seis milhões, oitocentos e trinta e duas mil, setenta e quatro) Debêntures; 5. PREÇO E FORMA DE SUBSCRIÇÃO: o preço de subscrição será de R$ 1,00 (um real) para cada debênture, sendo subscrito com os créditos de titularidade dos debenturistas contra a Companhia, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da emissora, sendo que os valores em centavos serão arredondados para cima. 6. DATA DE EMISSÃO: A data de emissão das Debêntures será o dia 27 de janeiro de 2023 ("Data de Emissão"); 7. COLOCAÇÃO: As Debêntures serão objeto de distribuição privada aos credores da Companhia, contemplados pelo Plano de Recuperação Judicial; 8. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO: As Debêntures não serão registradas para distribuição; 9. CONVERSIBILIDADE: As Debêntures serão conversíveis em ações preferenciais da Companhia, cuja vantagem consistirá na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no forma do art. 17, II, da Lei 6.404/76; 10. FORMA: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados; 11. ESPÉCIE: As Debêntures serão da espécie quirografária, com exclusividade aos credores da Companhia, contemplados pelo Plano de Recuperação Judicial, e não terão garantia real ou flutuante, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações; 12. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO: O prazo de vencimento das Debêntures será de 20 (vinte) anos contados da Data de Emissão; 13. PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO E DA REMUNERAÇÃO: O Valor Nominal das Debêntures e a Remuneração serão pagos no final do prazo de vencimento, ressalvada a hipótese de resgate antecipado facultativo; 14. REMUNERAÇÃO: As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente à variação da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo além de juros de 1% (um por cento) ao ano; 15. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado; 16. REPACTUAÇÃO: Não haverá repactuação programada das Debêntures; 17. RESGATE FACULTATIVO: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir de 60 (sessenta) dias contados da Data da Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, sem qualquer acréscimo de prêmio ou penalidade de qualquer natureza; 18. FINALIDADE: Cumprimento das condições previstas no Plano de Recuperação Judicial da Companhia. 19. CANCELAMENTO: Não havendo subscrição de todas debêntures emitidas, haverá o cancelamento automático delas. As demais debêntures subscritas serão mantidas. Ademais, os credores que não tiverem subscrito as debêntures com o valor da dívida que detêm em seu favor, só terão seu direto a receber os valores quando subscreverem. (iv) Fica autorizada à Diretoria promover todas as medidas necessárias à emissão das debêntures, inclusive para formalizar o aumento de capital social da Companhia e emissão das respectivas ações preferenciais. ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais havendo tratar, o senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a solicitou, declarou encerrada a Assembleia, da qual, para fins do art. 130, § 1°, da Lei n° 6.404, de 15/12/76, lavrou-se esta ata em forma de sumário, que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e Secretário, sendo essa cópia fiel da ata lavrada no livro de Atas de Assembleia Geral. Presente a totalidade dos acionistas, representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no livro próprio. O Presidente e o Secretário declaram que a presente reunião atendeu todas as formalidades legais. São Paulo/SP, 27 de janeiro de 2023. FÁBIO GONZALES NOVAIS - Presidente. MARCELO GONZALES NOVAIS - Secretário. ANEXO I - CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO - Artigo Primeiro: CONCRESERV CONCRETO S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, que se regerá pelo presente estatuto, pela Lei n° 6.404, de 15/12/1976, e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. Artigo Segundo: A sociedade tem sede, foro e administração na Rua Antônio Guganis, n° 276, Bairro Jardim São Paulo – CEP 02044-110 – São Paulo/SP, e filiais nos seguintes pontos do território nacional, podendo abrir outras ou fechar as existentes, a critério da Diretoria: FILIAL 01: Rodovia Regis Bitencourt n° 4477, bairro Centro – CEP 06768-000 - Taboão da Serra/SP, registrada na JUCESP sob o n° 359035285567 em 21/11/2008 e CNPJ 06.262.453/0002-53, com o objeto social da matriz, exceto a atividade de: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. FILIAL 02: Rua Soldado Amarilho Gonçalves de Queiroz, n° 21, Bairro Parque Novo Mundo – CEP 02147-010 – São Paulo/SP, registrada na JUCESP sob o n° 35903753528 em 15/01/2010 e CNPJ 06.262.453/0003-34, com o mesmo objeto social da matriz, exceto a atividade de: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. FILIAL 03: Caminho dos Pilões, n° 100, Bairro Fabril – CEP 11543-000 – Cubatão/SP, registrada na JUCESP sob o n° 35903854901 em 17/09/2010 e CNPJ 06.262.453/0004-15, com o mesmo objeto social da matriz exceto a atividade de: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. FILIAL 05: Av. Piraporinha, n° 1073, Bairro Planalto – CEP 09891-002 – São Bernardo do Campo/SP, registrada na JUCESP sob o n° 35903753536 em 15/01/2010 e CNPJ 06.262.453/0006-87, com o mesmo objeto social da matriz exceto a atividade de: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. FILIAL 06: Rua Soldado Amarilho Gonçalves de Queiroz, n° 25, bairro Parque Novo Mundo – CEP 02147-010 – São Paulo/SP, registrada na JUCESP sob n° 35903977671 em 14/06/2011 e CNPJ 06.262.453/0007-68, com objeto social de: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. FILIAL 07: Estrada Geraldo Miranda, n° 705, bairro Chácara Estância Paulista – CEP 08653-055 – Suzano/SP, registrada na JUCESP sob o n° 35903977655 em 14/06/2011 e CNPJ 06.262.453/0008-49, com o mesmo objeto social da matriz exceto a atividade de: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. FILIAL 08: Rua Victorio Primon, n° 585, bairro Limão – CEP 02550-050 – São Paulo/SP, registrada na JUCESP sob n° 35903977680 em 14/06/2011 e CNPJ 06.262.453/0009-20, com o mesmo objeto social da matriz exceto a atividade de: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. FILIAL 09: Av. Amâncio Gaiolli, n° 299, bairro Água Chata - CEP 07251-250 – Guarulhos/SP, registrada na JUCESP sob n° 35903977663 em 14/06/2011 e CNPJ 06.262.453/0010-63, com o mesmo objeto social da matriz exceto a atividade de: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. FILIAL 10: Estrada Geraldo Miranda, n° 705 – Sala 01, bairro Chácara Estância Paulista – CEP 08653-055 – Suzano/SP, registrada na JUCESP sob n° 35903977647 em 14/06/2011 e CNPJ 06.262.453/0011-44, com objeto social de serviços de mecânica, funilaria e pintura em veículos da própria empresa. FILIAL 11: Rua Zituo Karasawa, n° 181 – Esq. Jacu Pêssego LT 182 A, bairro Colônia (Zona Leste) – CEP 08260-120 – São Paulo/SP, registrada na JUCESP sob n° 35903977639 em 14/06/2011 e CNPJ 06.262.453/0012-25, com o mesmo objeto social da matriz exceto a atividade de: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. FILIAL 12: Estrada Doutor Cícero Borges de Morais, n° 856, bairro Dos Altos – CEP 06407-000 – Barueri/SP, registrada na JUCESP sob n° 35904416525 em 06/09/2012 e CNPJ 06.262453/0013-06, com o mesmo objeto social da matriz exceto a atividade de: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. FILIAL 13: Av. Carlos Caldeira Filho, n° 453, bairro Vila Andrade – CEP 05730-190 – São Paulo/SP, registrada na JUCESP sob n° 35904527726 em 18/07/2013 e CNPJ 06.262.453/0014-97, com o mesmo objeto social da matriz exceto a atividade de: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. FILIAL 14: Estrada Intendente Antônio Damasco, n° 1158, bairro Ratones – CEP 88052-100, Florianópolis/SC, CNPJ 06.262.453/0018-10 com o objeto social de central de concreto, ou seja, prestação de serviços de concretagem. FILIAL 15: Via em projeto, n° 316, QD 794 LT370, bairro Tabuleiro de Martin – CEP 57081-583, Maceio/AL, CNPJ 06.262.453/0017-30 com o objeto social de central de concreto, ou seja, prestação de serviços de concretagem. FILIAL 16: Rua Antonio Francisco de Araujo, n° S/N, Via local 2 bairro Parque Esperança – CEP 58108-646, Cabedelo/PB, CNPJ 06.262.453/0020-35 com o objeto social de central de concreto, ou seja, prestação de serviços de concretagem. FILIAL 18: Av. Severo Dullius, n° 1025, bairro Anchieta – CEP 90200-310 – Porto Alegre/RS, registrada na JUCESP sob n° 43999117519 em 17//02/2019, e na JUCERGS sob n° 43901829167 em 13/04/2016, e CNPJ 06.262.453/0016-59, com objeto social de central de concreto, ou seja, prestação de serviços de concretagem. FILIAL 19: Rua Mercante, S/N, Quadra lote 03 bairro Aviario – CEP 44096-218 – Feira de Santana/BA, com objeto social de central de concreto, ou seja, prestação de serviços de concretagem. FILIAL 21: Av. 1, s/n°, Lote 17 Quadra 4, bairro Parque Norte – CEP 33200-000 – Vespasiano/MG, CNPJ 06.262.453/0019-00, com objeto social de central de concreto, ou seja, prestação de serviços de concretagem. Artigo Terceiro: A sociedade tem por objeto social o comércio de materiais de construção em geral, materiais elétricos, hidráulicos e ferramentas; comércio de bens móveis e imóveis; aluguel de máquinas e equipamentos; execução de subempreitada de construção civil, com utilização de materiais adquiridos de terceiros, consistentes nos serviços técnicos de concretagem, argamassa, bombeamento, dosagem, transporte e entrega de concreto; prestação de serviços de construção em geral, reforma, conserto, instalação, manutenção, limpeza e conservação de imóveis e terrenos; e transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. Artigo Quarto: A sociedade tem prazo de duração indeterminado. CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL - Artigo Quinto: O capital social é de R$ 13.182.342,00 (treze milhões, cento e oitenta e dois mil e trezentos e quarenta e dois reais), representado por 329.558.550 (trezentas e vinte e nove milhões, quinhentas e cinquenta e oito mil quinhentas e cinquenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas. Artigo Sexto: Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Único: A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registros de Ações Nominativas". CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO - Artigo Sétimo: A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 2 (dois) membros, simplesmente denominados Diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Artigo Oitavo: Nos casos de ausência ou impedimentos temporários, os Diretores substituir-se-ão mutuamente. Parágrafo Primeiro: Os Diretores permanecerão nos respectivos cargos e no pleno exercício de suas funções até que seus sucessores sejam empossados, exceto em casos de renúncia ou destituição. Parágrafo Segundo: Os Diretores será investidos nos seus cargos mediante termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reunião da Diretoria, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua eleição. Artigo Nono: Nas hipóteses de ausência ou impedimento definitivo de qualquer Diretor ou mesmo ocorrendo renúncia de tal cargo será eleito novo Diretor por Assembleia Geral dentro de 15 dias a contar do evento que originou a sua ausência ou impedimento, cuja gestão terminará no prazo de gestão faltante do diretor substituído. Artigo Décimo: Competem aos Diretores, isoladamente ou em conjunto, administrar todos os negócios sociais, representando a sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou dele, inclusive perante a repartições publicas federais, estaduais e municipais e outras entidades de direito público, praticar, enfim, todos e quaisquer atos que julgar necessário para o bom andamento dos negócios sociais. Os atos de compra, venda, alienação, e hipoteca de imóveis, no entanto, dependerão de autorização da Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro: A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, na sede social, ou em qualquer outro local. Parágrafo Segundo: As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer diretor, sempre que o interesse social assim exigir, com antecedência mínima de 3 (três) dias. As convocações se darão mediante comunicação escrita aos demais diretores, por meio de carta registrada, fax, e-mail ou qualquer outra forma escrita passível de confirmação de recebimento, com indicação do local, dia, hora e Ordem do Dia. A convocação pode ser dispensada, se houver um programa calendário para todo o semestre ou ano, ou pela presença de todos os Diretores à reunião. Parágrafo Terceiro: A reunião torna-se dispensável quando todos os diretores estiverem concordes a respeito da materia que seria objeto dela. Parágrafo Quarto: A Diretoria deliberará por maioria absoluta de votos. Parágrafo Quinto: As reuniões da Diretoria serão lavradas em atas, no competente livro próprio. Artigo Décimo Quinto: Competem aos Diretores substituir-se mutuamente nas suas ausência e impedimentos que deverão ser registradas no livro de Atas das Reuniões de Diretoria. Artigo Décimo Segundo: As procurações deverão ser assinadas pelos Diretores, isoladamente ou em conjunto, nas quais deverão ser especificados claramente os poderes e os prazos de vigência, exceto as procurações "ad-judicia". Artigo Décimo Terceiro: A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL - Artigo Décimo Quarto: O Conselho Fiscal poderá ou não ser eleito, conforme decisão da Assembleia Geral, que poderá ter a característica de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, permitida a reeleição. Parágrafo Único: O Conselho Fiscal terá a remuneração que for estabelecida pela Assembleia Geral. CAPÍTULO VI - DA ASSEMBLEIA GERAL - Artigo Décimo Quinto: A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem. Parágrafo Único: As convocações para a Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, serão feitas preferencialmente por carta, e-mail ou telegrama, com prova de recebimento. Caso se mostrem frustradas as tentativas de convocação pessoal dos acionistas, a convocação poderá ser efetivada validamente pela imprensa, na forma da Lei de Sociedades Anônimas. Artigo Décimo Sexto: A Assembleia Geral será presidida por um acionista escolhido entre os presentes e secretariada por pessoa indicada pelo Presidente. CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL - Artigo Décimo Sétimo: O exercício social coincidirá com o ano civil, devendo ser levantado o balanço geral e demais demonstrações financeiras em 31 de dezembro de cada ano. Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei. Parágrafo Primeiro: A Diretoria poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras intermediárias sempre que julgar conveniente. Os resultados apurados nestes balanços poderão ser destinados a distribuições ou antecipações de dividendos intermediários ou para outras aplicações a critério da Assembleia Geral dos Acionistas. Parágrafo Segundo: Fica autorizada, a critério da Assembleia Geral, e desde que dentro dos limites contábeis e econômicos da companhia, a distribuição desproporcional de dividendos aos acionistas. Parágrafo Terceiro: A qualquer tempo poderão ser criadas ações preferenciais sem direito a voto ou convertidas em ações ordinárias existentes neste tipo de ação para fins de distribuição desproporcional de dividendos, ou, ainda, canceladas ações de qualquer espécie. Artigo Décimo Oitavo: O lucro líquido apurado terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal, observando o disposto no art. 193 da Lei n° 6404/76; e (ii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, por proposta da administração. Parágrafo Primeiro: Também de acordo com a decisão dos acionistas em Assembleia Geral, poderá ser implementado o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, sendo que o valor pago a este título poderá ser considerado como distribuição de dividendos pela Companhia. Parágrafo Segundo: Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos seguintes valores: (i) Quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) Importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. CAPÍTULO VIII - DA LIQUIDAÇÃO - Artigo Décimo Nono: A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as normas legais pertinentes, cabendo a Assembleia estabelecer o modo de sua liquidação. CAPÍTULO IX - DA DISTRIBUIÇÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES - Artigo Vigésimo: Dentro das condições estabelecidas em lei, poderá a sociedade efetuar (i) a distribuição privada de debêntures conversíveis em ações; e (ii) a distribuição privada de debêntures não-conversíveis e não permutáveis por ações mediante ofertar públicas com esforços restritos. Parágrafo Único: As ofertas públicas distribuídas com esforços restritos deverão ser destinadas exclusivamente a investidores qualificados e intermediadas por integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Artigo Vigésimo Primeiro: Os casos omissos neste estatuto social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei n° 6.404/76 e de outras leis m normativos em vigor, pertinentes à matéria. Artigo Vigésimo Segundo: Na hipótese de ser celebrado Acordo de Acionistas, a sociedade deverá observá-lo em todos os seus termos, cabendo à Administração abster-se de registrar transferência de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente das Assembleias Gerais abster-se de computar os votos lançados em infração a tal acordo. Artigo Vigésimo Terceiro: A sociedade e os acionistas se obrigam, no caso de abertura de seu capital, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantedora de mercado de balcão organizado, que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstas na regulamentação de fundos de investimentos em participações. CAPÍTULO X - DO FORO - Artigo Vigésimo Quarto: Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiada que seja. ANEXO II - MINUTA DA ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES E RESPECTIVOS ANEXOS - INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA PARA SUBSCRIÇÃO PRIVADA AOS CREDORES CONTEMPLADOS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA CONCRESERV CONCRETO S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL Pelo presente instrumento particular: (i) Concreserv Concreto S/A Em Recuperação Judicial, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antonio Guganis, nº 276, Bairro Jardim São Paulo Zona Norte, CEP: 02.044-110, devidamente inscrita CNPJ sob nº. 06.262.453/0001-72, com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300497520, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); (ii) [•] ("Subscritor"). Celebram, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, Para Subscrição Privada aos Credores Contemplados no Plano de Recuperação Judicial da Concreserv Concreto S/A Em Recuperação Judicial" ("Escritura"), na forma da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), mediante as seguintes cláusulas ("Cláusulas") e condições: Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "Dia(s) Útil(eis)" qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo. CLÁUSULA I – AUTORIZAÇÃO - 1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 27 de janeiro de 2023 ("AGE Emissora"), na qual: (i) foram aprovadas as condições da Emissão (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 20 do Estatuto da Emissora; e (ii) a Diretoria da Companhia foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão (conforme abaixo definido). CLÁUSULA II – REQUISITOS - 2.1. A presente 1ª emissão privada de debêntures conversíveis em ações, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), mediante subscrição privada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o previsto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações: 2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicações dos Atos Societários: A ata da AGE Emissora será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "O Dia" nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, assim como seguirão este procedimento eventuais atos societários da Emissora posteriores, que sejam realizados em razão da Emissão. 2.2.1. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial: Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da assinatura desta Escritura. Uma via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP será arquivada no(s) cartório(s) de registro(s) de títulos e documentos competente(s), conforme mencionados na Cláusula 2.1.3.1 abaixo. 2.3. Qualquer Aditamento à presente Escritura deverá conter, em seu anexo, a versão consolidada dos termos e condições da Escritura, contemplando as alterações realizadas. 2.4. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA: A Emissão se dará mediante subscrição privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, ou intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários e, assim, não será registrada na CVM, em quaisquer outros órgãos reguladores ou na ANBIMA, não se sujeitando aos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, bem como às normas emanadas pela CVM. A titularidade das Debêntures será registrada no Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Emissora, e eventuais transferências das Debêntures serão registradas no Livro de Registro de Transferências de Debêntures Nominativas da Emissora. 2.4. Registro para Custódia das Debêntures e Liquidação Financeira: As Debêntures não serão registradas para custódia eletrônica e liquidação financeira em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. 2.4.1. As Debêntures não serão registradas para negociação secundária em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. A negociação das Debêntures se dará de forma livre e privadamente, sem registro no mercado regulamentado de valores mobiliários ou câmaras de custódia eletrônica e de liquidação. 2.5. Dispensa da Nomeação de Agente Fiduciário: Não será nomeado agente fiduciário para representação dos Debenturistas. CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO - 3.1. Objeto Social da Emissora: De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social consiste no comércio de materiais de construção em geral, materiais elétricos, hidráulicos e ferramentas, comércio de bens móveis e imóveis, aluguel de máquinas e equipamentos em geral. Execução de sub-empreitada de construção civil, com utilização de materiais adquiridos de terceiros, consistentes nos serviços técnicos de concretagem, argamassa, bombeamento, dosagem, transporte e entrega de concreto. Prestação de serviços de construção em geral, reforma conserto, instalação, manutenção, limpeza e conservação de imóveis, terrenos, e Transporte rodoviário de carga, exceto, produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. 3.2. Número da Emissão: A presente Emissão constitui a 1ª (Primeira) emissão de debêntures da Emissora. 3.3. Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$ 96.832.074,00 (noventa e seis milhões, oitocentos e trinta e dois mil, setenta e quatro reais) ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão (conforme abaixo definido). 3.4. Quantidade de Debêntures e Número de Séries: Serão emitidas 96.832.074 (noventa e seis milhões, oitocentas e trinta e duas mil, setenta e quatro) Debêntures. A Emissão será realizada em série única. 3.5. Escrituração e Transferência: Conforme disposto na Cláusula 2.4 acima, as Debêntures serão registradas e escrituradas no "Livro de Registro de Debêntures Nominativas" da Emissora, e quaisquer transferências de Debêntures serão registradas e escrituradas no "Livro de Transferência de Debêntures". 3.6. Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados ao pagamento de credores da Emissora. 3.7. Forma de Subscrição: As Debêntures serão emitidas para subscrição privada, sem a intermediação ou esforço de venda de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEBÊNTURES - 4.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 27 de janeiro de 2023 ("Data de Emissão"). 4.2. Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio do Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Emissora, conforme disposto na Cláusula 2.4 acima. 4.3. Conversibilidade: As Debêntures serão conversíveis em ações preferenciais da Emissora, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade de reembolso do capital sem prêmio. A conversibilidade se dará à razão de uma debênture por ação preferencial, e o preço de subscrição será equivalente ao saldo devedor das debêntures no momento da conversão. As debêntures serão convertidas em ações preferenciais somente após a data de vencimento, na hipótese de não terem sido resgatadas até o seu vencimento e mediante carta de solicitação de conversão a ser enviada pelo Debenturista aos Diretores da Emissora. 4.4. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, com exclusividade aos credores da Emissora, contemplados pelo Plano da Recuperação Judicial. 4.5. Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 20 (vinte) anos contados da data de Emissão ("Data de Vencimento"). 4.6. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1,00 (um real) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). 4.7. Preço de Subscrição: As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário. 4.8. Prazo e Forma de Subscrição: As Debêntures serão totalmente subscritas por meio da assinatura do boletim de subscrição, constante do Anexo III desta Escritura ("Data de Subscrição"). 4.9. Integralização: As Debêntures serão integralizadas à vista com os créditos titularizados pelos subscritores em face da Emissora, nos termos do respectivo Plano de Recuperação Judicial, os quais serão capitalizados pela Companhia. 4.10. Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. 4.11. Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário incidirá remuneração correspondente à variação acumulada da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acrescida de juros remuneratórios à taxa de 1% (um por cento) ao ano, calculados pro rata temporis , com termo inicial na Data de Integralização, perfazendo a denominada "Remuneração das Debêntures"; cumulativamente, as Debêntures receberão o equivalente a 10% (dez por cento) do lucro líquido de cada exercício da Companhia, a partir do encerramento do primeiro exercício social que se tenha iniciado após a emissão das Debêntures, sendo tal montante pago aos Debenturistas na proporção da quantidade de Debêntures por si titularizadas. 4.12. Pagamento da Remuneração: A Remuneração das Debêntures será paga na Data de Vencimento das Debêntures, bem como nas datas dos eventuais vencimentos antecipados ou Resgate Antecipado Facultativo, ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures"). 4.12.1. Farão jus aos pagamentos relacionados à Remuneração das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior respectiva Data de Pagamento, conforme previsto nesta Escritura. 4.13. Repactuação Programada: Não haverá repactuação programada das Debêntures. 4.14. Amortização do Valor Nominal Unitário: As Debêntures não serão amortizáveis. 4.15. Local de Pagamento: Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora diretamente ao titular das Debêntures, no respectivo vencimento, conforme as datas previstas nesta Escritura, por meio de transferência à conta bancária indicada pelo titular das Debêntures à Emissora, mediante comunicação por escrito a ser enviada no endereço constante da Cláusula 10.1 com, no mínimo, 05 (cinco) Dias Úteis de antecedência em relação aos pagamentos devidos. Para fins de esclarecimento, é suficiente que o titular das Debêntures comunique a Emissora nos termos previstos nesta Cláusula apenas antes do primeiro pagamento a que fizer jus e quando os dados informados sofrerem qualquer alteração. 4.16. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação a quaisquer das Partes desta Escritura, inclusive ao titular das Debêntures, no que se refere à Remuneração das Debêntures, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. 4.17. Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora por prazo superior a 30 (trinta) dias do vencimento, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, caso ocorra qualquer evento de vencimento antecipado 1% (um por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). 4.18. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora nos jornais indicados na Cláusula 2.1, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária das Debêntures e/ou Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento. 4.19. Publicidade: Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, exceto por aqueles atos cuja publicidade é obrigatória, tais como convocações de Assembleia Geral de Debenturistas, atas de Assembleia Geral de Debenturistas, dentre outros, deverão ser obrigatoriamente divulgados sob forma de Aviso aos Debenturistas nos jornais utilizados pela Emissora para suas divulgações, nos termos de sua Política de Divulgação, observadas as limitações impostas pela legislação em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar aos Debenturistas a respeito de qualquer divulgação na data da sua realização, sendo certo, ainda, que, caso a Emissora altere seus canais de divulgação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação aos Debenturistas a esse respeito. A divulgação de qualquer Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas. 4.20. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista. CLÁUSULA V - RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA - 5.1. Resgate Antecipado Facultativo Total: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 60 (sessenta) dias contados da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado do facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). 5.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas em conjunto com publicação de anúncio, nos Jornais, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Comunicação de Resgate"), sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total. 5.2.1. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas. 5.2.2. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. 5.3. Aquisição Facultativa: É vedada a aquisição facultativa das Debêntures, salvo autorização da maioria dos Debenturistas reunidos em assembleia geral. CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO - 6.1. Vencimento Antecipado - 6.1.1. Observado o disposto na Cláusula 6.1.3, os Debenturistas poderão declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração Padrão das Debêntures, calculada pro rata temporis desde a Data de Subscrição, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, na ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um "Evento de Vencimento Antecipado"): (i)ocorrer qualquer uma das situações previstas nos artigos 333 e 1425 do Código Civil com relação à Emissora; (ii) caso a Emissora incorra em mora ou inadimplemento das obrigações, pecuniárias ou não, previstas nesta Escritura; (iii) decretação de falência da Emissora; (iv) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora; (v) falsidade ou incorreção das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, nesta Escritura; (vi) autuação, pela Emissora em desconformidade com as disposições da Lei nº. 12.846, de 01 de agosto de 2013 ou qualquer outra legislação que seja aplicável. 6.1.2. Na ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula 6.1.1 desta Escritura, os Debenturistas poderão convocar, a qualquer tempo a partir do momento em que tomarem ciência do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas, a qual deverá ser realizada nos prazos e demais condições descritas na Cláusula VIII, para deliberar sobre a decretação ou não de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures. 6.1.3. Se, e exclusivamente nesta hipótese, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.1.2, Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação decidirem por declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os Debenturistas deverão declarar o vencimento antecipado de todas obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com aviso de recebimento à Emissora, com cópia para os Debenturistas, nesse sentido. 6.1.3.1. Para evitar quaisquer dúvidas, se a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.1.2 não for instalada, em segunda convocação, ou, ainda que seja instalada, nela não for deliberada, por qualquer razão, a declaração, ou não, do vencimento antecipado, este não deverá ser declarado. 6.1.4. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.1.2, Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação decidirem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os Debenturistas não deverão declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures. 6.1.5. Em caso de decretação do vencimento antecipado, pelos Debenturistas, das obrigações decorrentes das Debêntures, na forma da Cláusula 6.1.2, a Emissora se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures, calculados pro rata temporis, desde a Data de Subscrição até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelos Debenturistas à Emissora no endereço constante da Cláusula 10.1, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA - 7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e na legislação e regulamentação aplicáveis, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora, obriga-se, ainda, a: (i) arcar, solidariamente, com todos os custos relativos às Debêntures, incluindo, mas não se limitando aos custos de registro e publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais Aditamentos e as Aprovações Societárias; (ii) fornecer aos Debenturistas: (a) os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas, isto é, que sejam, direta ou indiretamente, relacionadas à Emissão ou às Garantias, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação específica dos Debenturistas nesse sentido; (b) em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelos Debenturistas, a fim de que estes possam cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura; (c) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a esta Escritura ou às Garantias, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial; e (d) informações sobre o descumprimento de qualquer Cláusula, termos ou condições desta Escritura. (iii) notificar em até 10 (dez) Dias Úteis os Debenturistas sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão material de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura, bem como sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado previsto nesta Escritura; (iv) não realizar operações fora do seu objeto social; (v) não praticar atos em desacordo com seu estatuto social ou a Escritura; (vi) cumprir todas as leis, normas e regulamentos aplicáveis à Emissora e respectivas controladas, incluindo eventuais políticas ambientais; (vii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora; (viii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura da Escritura; (ix) manter válidas e regulares as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura; (x) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; (xi) consolidar a Escritura sempre que for celebrado um Aditamento; (xii) entregar aos Debenturistas, se assim lhe for solicitado, cópia autenticada de todos os documentos acima mencionados, informando imediatamente aos Debenturistas, por escrito, a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental; e (xiii) ressarcir os Debenturistas de qualquer quantia que este seja compelido a pagar por conta de dano socioambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado a esta Escritura, assim como indenizará os Debenturistas, por qualquer perda ou dano, inclusive a sua imagem, que os Debenturistas venham a experimentar em decorrência de dano socioambiental. CLÁUSULA VIII - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS - 8.1. Assembleia Geral de Debenturistas: Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"). 8.1.1. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas. 8.2. Convocação e Instalação: A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pela Emissora, por Debenturistas que representem 10%, no mínimo, das Debêntures em Circulação. 8.2.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados nesta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura. 8.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data da publicação do novo edital de convocação. 8.2.4. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação. 8.2.5. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum. 8.3. Mesa Diretora: A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão representantes eleitos pelos Debenturistas. 8.4. Quórum de Deliberação: Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, titulares de Debêntures ou não. 8.4.1. Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; (c) sociedades sobre controle comum; e (d) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau. 8.4.2. Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura. 8.4.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem. 8.4.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, inclusive em votos no âmbito de reuniões de credores em processos de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora ou Garantidoras, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas. CLÁUSULA IX - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA - 9.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas, na data da assinatura desta Escritura, que: (i) é sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil; (ii) obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive societárias e regulatórias, para celebrar a Escritura; (iii) tem plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas na Escritura; (iv) as pessoas que a representam na assinatura da Escritura têm poderes bastantes para tanto; (v) a celebração da Escritura e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem o seu estatuto social ou disposição legal, regulamentar, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem resulta (i) em vencimento antecipado, rescisão e/ou inadimplemento de obrigação prevista nesses instrumentos ou (ii) em ônus ou gravame sobre ativos ou bens da Emissora, exceto aqueles expressamente previstos nesta Escritura; (vi) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais competentes; (vii) tem plena ciência e concorda integralmente que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; (viii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes da Escritura e não ocorreu e não está em curso qualquer Evento de Vencimento Antecipado; (ix) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro procedimento de investigação governamental que possa afetar a Emissão, as garantias ou os negócios da Emissora; (x) a Escritura, a Garantia e as obrigações previstas nestes instrumentos constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis nos termos da Escritura; (xi) as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes; (xii) a Emissora tem todas as autorizações, alvarás e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades; (xiii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença ou ordem de qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento das obrigações previstas na Escritura; (xiv) não omitiu qualquer fato que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora; (xv) respeita a legislação e regulamentação relacionadas ao meio ambiente, além de saúde e segurança do trabalho, bem como declara que suas atividades não utiliza a mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo, assim declaradas pela autoridade competente; (xvi) a utilização dos valores objeto desta Escritura não implicará violação da legislação socioambiental; (xvii) está em cumprimento com a Lei Federal brasileira no 12.846/13 e demais legislações relacionadas aplicáveis; (xviii) (a) não violou ou viola lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, conforme alterada; (b) a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada; e a Lei nº 12.846, de 01º de agosto de 2013, conforme alterada, e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 (FCPA) e o UK Bribery Act, conforme aplicáveis ("Leis Anticorrupção"); (c) não ofereceu, pagou, comprometeu-se a pagar ou prometeu pagar ou autorizou o pagamento de dinheiro ou outros bens de valor, contribuição, reembolso de despesa, presenteou, deu benefícios ou entregou qualquer tipo de bem para qualquer pessoa que seja um oficial, agente, funcionário ou representante de qualquer autoridade governamental ou a qualquer cliente existente ou potencial (relacionado ou não a uma autoridade governamental), ou a qualquer partido político, qualquer candidato a cargo público ou a escritórios de partidos políticos, ou a qualquer outra pessoa, sabendo ou tendo razões para acreditar que toda ou qualquer parte do dinheiro ou algo de valor oferecido, dado ou prometido (i) facilitaria ou buscaria facilitar, a obtenção de um tratamento favorável nos negócios, (ii) remuneraria o tratamento favorável em negócios, (iii) facilitaria ou buscaria facilitar a obtenção de concessões especiais ou serviria como pagamento por concessões especiais já obtidas, a favor ou em relação a qualquer pessoa, ou (iv) representaria a violação de Leis Anticorrupção. 9.2. A Emissora se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados, por decisão definitiva transitada em julgado em razão da não veracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas. CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES GERAIS - 10.1.Comunicações: As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços: (i) Para a Emissora: CONCRESERV CONCRETO S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL Rua Antonio Guganis, nº 276, Bairro Jardim São Paulo Zona Norte, CEP:02.044-110, São Paulo/SP At.: Srs. Fábio Gonzales Novais e Marcelo Gonzales Novais Tel.: (11) 3611-7792 E-mail: juridico@concreserv.com.br; contabilidade@concreserv.com.br. (ii) Para o Debenturista: no endereço indicado no boletim de subscrição, constante do Anexo III desta Escritura. 10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios ou por e-mail com confirmação de leitura. 10.1.2. A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura. 10.2 Renúncia: Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso. 10.2.1. Para fins de esclarecimento, qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes. 10.3. Despesas: Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, nos termos desta Escritura. 10.4. Título Executivo Judicial e Execução Específica: Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784 , inciso I da Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições do artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura. 10.5. Outras Disposições: 10.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título. 10.5.2. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso. 10.5.3. Para os fins desta Escritura, "Dia Útil" significa com relação a qualquer pagamento que seja realizado pela Emissora, bem como com relação a outras obrigações previstas nesta Escritura, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo. 10.5.4. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer Cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à Cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da Cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da Cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere. 10.5.5. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade. 10.5.6. Os prazos estabelecidos nesta Escritura serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento. 10.6. Lei Aplicável e Cláusula Compromissória. 10.6.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil. 10.6.2. Sem prejuízo da possibilidade dos Debenturistas iniciarem no foro da cidade de São Paulo execução por quantia certa fundada nesta Escritura, as partes envidarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a esta Escritura, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação desta Escritura ("Controvérsia"). 10.6.3. Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nesta Escritura, que serão substituídos pela arbitragem. 1. As Partes desde já convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar na cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as Cláusulas desta Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá o previsto nesta Escritura. 2. A Parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme as o Regulamento. 3. A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes. 4. A sentença arbitral será proferida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível. 5. As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta Cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da Cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura em 04 vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 testemunhas abaixo assinadas. São Paulo, SP, 27 de janeiro de 2023. CONCRESERV CONCRETO S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Emissora) Nome: Cargo. Nome: Cargo: (Subscritor). Jucesp - registro n. 063.786/23-0 em 08/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A0C8-DA19-87BF-260E.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A0C8-DA19-87BF-260E.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A0C8-DA19-87BF-260E ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A0C8-DA19-87BF-260E

Hash do Documento

E261D31BF80C6C366C8AD630ACD7658780E76D68C97392E73AE5CC68A2AAA810

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/04/2024 é(são) :

- ☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/04/2024 00:05 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Urbia Gestão de Parques SPE S.A.

CNPJ nº 35.814.889/0001-25

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2023, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 06 de abril 2024. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	287	13.093
Clientes	6	49.307	47.656
Estoque	–	824	–
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.183	226
Adiantamentos a fornecedores	–	1.016	1.199
Adiantamentos a colaboradores	–	11	–
Despesas antecipadas	8	3.246	2.755
		55.874	64.929
Não circulante			
Clientes	6	34.000	52.000
Despesas antecipadas	8	1.504	1.622
Depósitos judiciais	–	615	30
Impostos e contribuições diferidos	23 (a)	3.679	5.845
Impostos e contribuições a recuperar	7	4	4
Partes Relacionadas	9	814	245
		40.616	59.746
Investimentos em participações	–	–	9
Intangível operacional	10 (a)	300.602	220.658
Intangível próprio	10 (b)	11.476	4.711
Ativo imobilizado	11	5.428	5.196
		317.506	230.574
		358.122	290.320
Total do ativo		413.996	355.249

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	25.583	88.856
Fornecedores	–	17.382	10.161
Obrigações e encargos trabalhistas	13	4.440	3.559
Obrigações tributárias	14	6.291	1.822
Adiantamento de clientes	15	41.175	31.817
Adiantamento de outorga	16	3.006	2.248
Outras obrigações a pagar	17	1.837	5.474
Obrigações ao poder concedente	–	449	572
		100.163	144.509
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	176.680	70.361
Impostos diferidos	23 (b)	5.842	2.637
Adiantamentos de clientes	15	47.007	65.546
Adiantamento de outorga	16	35.797	38.052
Provisão para perda de investimento	–	144	–
		265.470	176.596
Total do passivo		365.633	321.105
Patrimônio líquido			
Capital social	18	32.871	32.871
Reservas legal		711	–
Reservas de lucros	–	14.781	1.273
Total do patrimônio líquido		48.363	34.144
Total do passivo e patrimônio líquido		413.996	355.249

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social			Reserva de lucros			
	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucro acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	32.871	(16.486)	16.385	–	–	(9.074)	7.311
Integralização do capital social	–	16.486	16.486	–	–	–	16.486
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	10.347	10.347
Reserva legal	–	–	–	–	1.273	(1.273)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.871	–	32.871	–	1.273	–	34.144
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	14.219	14.219
Constituição da reserva de lucros	–	–	–	–	14.219	(14.219)	–
Constituição da reserva legal	–	–	–	711	(711)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	32.871	–	32.871	711	14.781	–	48.363

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: Em 8 de março de 2019, a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. **("Construcap")** sagrou-se vencedora da Concorrência Internacional nº 001/SVMA/2018, licitação da prefeitura de São Paulo para prestação dos serviços de gestão, operação, manutenção e serviços de engenharia de seis parques urbanos públicos no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida à Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósitos específicos ("SPE") que seria a subscritora do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Urbia", "Sociedade" ou "Concessionária") é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"), uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, com sede na Avenida Rebouças, 3.970, andar 32 - sala 32, Pinheiros - São Paulo. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 18 de dezembro de 2019, sob o CNPJ 35.814.889/0001-25. O capital social da Sociedade foi subscrito o valor de R$ 32.871 mil e integralizado pelo acionista sua totalidade. Além disso, houve o pagamento da Outorga Fixa requerida como contraprestação à assinatura do Contrato de Concessão, no valor de R$ 70.501 mil, ao Município de São Paulo. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 20 de dezembro de 2019 foi assinado o Contrato de Concessão, entre o Município de São Paulo, representado pela Secretaria Municipal de Governo e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, ("Poder Concedente"), e a Urbia Gestão de Parques SPE S.A. para concessão da prestação de serviços de gestão, operação e manutenção dos Parques: Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, bem como execução de obras e serviços de engenharia ("Concessão"), com valor monetário estimado de R$ 1.338.103.615,56 (um bilhão trezentos e trinta e oito milhões cento e três mil seiscentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos), no prazo total de 35 anos. A Sociedade vem executando as obras e serviços de engenharia conforme o Contrato de Concessão e seus aditivos, sendo que os principais investimentos já foram iniciados e continuarão ocorrendo nos próximos exercícios. Todas as informações referentes à assinatura do Contrato de Concessão foram publicadas no Diário Oficial em 21 de dezembro de 2019, vide página 80 e estão disponíveis no Portal da Prefeitura de São Paulo. Referente ao setor de atuação da Sociedade, importa destacar os parques urbanos como importantes infraestruturas sociais, que prestam serviços ambientais e ecossistêmicos à cidade e se destinam à convivência e ao lazer dos visitantes, atendendo suas demandas de entretenimento, esporte, contemplação da natureza, realização de atividades e eventos culturais. São áreas que congregam, portanto, diversas demandas dos munícipes, e que, por isso, recebem relevante afluxo de pessoas todos os dias. O conceito de parque urbano não se confunde ao dos parques naturais e unidades de conservação, onde a natureza é a principal protagonista e a visitação muitas vezes é limitada à contemplação destas vastas áreas. Nos parques urbanos há estímulo ao contato e interação diretos com a natureza no meio urbano, contando com locais e equipamentos para prática de esportes, realização de eventos culturais, espetáculos, exposições, educação ambiental, cursos, além de prover toda a infraestrutura necessária ao atendimento dos usuários, como banheiros, áreas de alimentação e bebida, bebedouros, *playgrounds*, mobiliário urbano etc. Neste contexto, as atividades operacionais da Sociedade focam-se nos serviços de gestão, operação, zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, segurança patrimonial, manutenção e serviços de engenharia para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão e para a prestação do devido serviço público aos visitantes. Além disso, é direito da Concessionária a exploração comercial das áreas, realização de eventos, ações de patrocínio e marketing, cessão de área para serviços, atividades e ocupações variadas, operação dos equipamentos culturais para espetáculos, exposições, feiras, mostras, eventos corporativos etc., entre outros direitos emergentes do Contrato de Concessão, observados os limites e condições dispostos neste. O início das atividades operacionais da Urbia se deu com a promulgação da ordem de início assinada em 20 de janeiro de 2020 pelo Poder Concedente, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo no dia seguinte. A Urbia assumiu a administração pública dos Parques Lajeado e Tenente Faria Lima em 21 de janeiro de 2020, Parque do Ibirapuera em 20 de outubro de 2020 e Parque Eucalipto em 15 de novembro de 2020. Os Parques Jacinto Alberto e Jardim da Felicidade em 15 de novembro de 2021. Cabe à Concessionária implementar um programa de intervenções em cada parque, com o objetivo de realizar obras que irão corrigir questões de infraestrutura, recuperar edificações e áreas verdes, além de melhorar a experiência do usuário e prover serviços e opções de consumo a estes, conforme o Caderno de Encargos da Concessão e os Planos Diretores de cada parque, limitado àquilo de responsabilidade da Sociedade. A Sociedade já iniciou o Programa de Intervenções nos Parques, conforme propostas apresentadas no Plano de Intervenções e cronogramas estabelecidos com o Poder Concedente para cada Parque, além de realizar ações corretivas, reparos e melhorias de manutenção. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em reais (R$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 3. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de março de 2024. **3. Práticas contábeis materiais adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazos, para investimento e/ou outros fins. A Sociedade considera caixa saldos em conta corrente de movimento, aplicações financeiras de conversibilidade imediata. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **• Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; **• Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, elas são divulgadas em Notas Explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram reconhecidos e/ou divulgados saldos relacionados a demandas judiciais pelo fato de não haver processos ou reclamações processuais em que a Sociedade é diretamente responsabilizada nas esferas: cível, trabalhista e tributária. A Sociedade possui uma ação popular movida por C. H. com o objetivo de obter a declaração de nulidade dos atos de encerramento de aulas e de substituição do plano pedagógico da Escola de Música do Auditório, com valor de causa atribuído em R$1.500.000,00, classificada como perda possível, mas com emissão de Parecer do Ministério Público de São Paulo opinando-se de maneira favorável, em sede preliminar, à extinção do processo e, no mérito, à improcedência da ação popular. Além disso, as demais reclamações foram classificadas pela Administração com risco de perda possível, tendo como base a opinião de seus Assessores Jurídicos e, portanto, não foi realizado o provisionamento de valores. O saldo somado desses processos em 31 de dezembro de 2023 é o montante de R$ 1.941.519. A Sociedade, nos termos da legislação trabalhista vigente, pode, eventualmente, ser acionada por conta de processos ou reclamações trabalhistas movidas por empregados de empresas por ela subcontratadas, e não sanadas pela empresa responsável, sem prejuízo da análise de mérito. As referidas reclamações foram classificadas pela Administração com risco de perda possível, tendo como base a opinião de seus Assessores Jurídicos e, portanto, não foi realizado o provisionamento de valores. Adicionalmente, a Sociedade adota mecanismos para que suas subcontratadas sigam a legislação trabalhista, além de realizar retenção de valores a título de caução como forma de mitigar sua exposição nos processos. O saldo desses processos em 31 de dezembro de 2023 é o montante de R$ 174.580. **c. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria Concessionária. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento da Outorga Fixa, já realizado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e é amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional de cada parque. Até o atual período, os itens ativados no Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre os empréstimos e gastos pertinentes às melhorias previstas no objeto da Concessão, que contribuirão para a determinação futura do intangível, portanto, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária. Trata-se de intervenções reversíveis ao bem público, nos termos da legislação aplicável e dos encargos o Contrato de Concessão. O intangível em constituição, portanto, segue a lógica de arcar com os referidos encargos e gerar fluxo de caixa futuro. Além disso, valores gastos a título de estudos, projetos, mão de obra especializada e planos estratégicos, entre outros, também foram adicionados ao intangível. **d. Ativo Imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base do método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. As taxas medias de depreciação aplicadas estão demonstradas na nota explicativa nº 11. **e. Adiantamentos de clientes:** Os Adiantamentos estão demonstrados ao valor de custo e correspondem aos recebimentos efetuados antecipadamente pelo direito de uso e exploração de espaço dos parques. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço estão classificados no passivo não circulante. Nota 15. **f. Adiantamentos de outorga:** A Sociedade celebrou o contrato para cessão do direito de uso da área de Estacionamento, para fins de investimento, modernização e exploração econômica, mediante pagamento de taxa de adesão à infraestrutura na assinatura do contrato e pagamentos recorrentes anuais. A apropriação da receita oriunda do pagamento *upfront* é realizada pelo período do contrato. O valor pago é classificado como passivo circulante e, quando superior a 12 meses após a data do balanço, como passivo não circulante. Isso foi feito com o contrato de cessão de área para instalação futura de infraestrutura de distribuição de sinal de telefonia. Nota 16. **g. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere a Concessionária o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do mesmo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional constatada e projetada em cada parque da Concessão. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga é efetuada com base no período contratual de 35 anos e proporcionalmente à demanda operacional projetada em cada parque. Está previsto também no Contrato o pagamento da outorga variável que deverá ser apurado sobre a Receita Operacional Bruta. Há duas outorgas variáveis, uma de percentual fixo de 1,12% e outra variável, que pode ir de 1% a 0%, mediante avaliação de indicadores de desempenho determinados conforme anexo V do Contrato. Neste caso, não há ativação do custo no Intangível, sendo contabilizada como custo operacional de cada exercício no resultado operacional da Sociedade. **h. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para ajuste do valor contábil líquido frente ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente, comparados ao Intangível Líquido presente (*carrying amount*). Não foram apurados redução ao valor recuperável do ativo intangível *(Impairment)* para o presente exercício. **i. Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **j. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **k. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. Todos os aportes de capital obrigatórios segundo o Contrato de Concessão já foram executados conforme prazos e condições ali dispostos. **l. Apropriação de despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias à sua manutenção, foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência. **m. Receita operacional:** As receitas das Sociedades serão registradas nas demonstrações contábeis de acordo com os dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Contratos com clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que prováveis benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação a qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: **1)** Identificação do contrato; **2)** Identificação das obrigações de desempenho; **3)** Determinação do preço da transação; **4)** Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; **5)** Reconhecimento da receita. Essas operações estão, atualmente, relacionadas exclusivamente com a gestão, incluindo, as responsabilidades e direitos, sobre os Parques. O Parque Ibirapuera possui quase a totalidade dos atrativos, demanda de visitantes, espaços, equipamentos culturais e propriedades comerciais dentro da Concessão. Assim, este Parque representa a maior fonte de recursos à Concessionária. **n. Contas a receber:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados e quando se torna parte das disposições contratuais. Exemplo o contrato de patrocinadores, segregando as parcelas de curto e longo prazo. **o. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente, diferido fiscal e diferido contábil. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando- se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **p. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. (nota 12). **q. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **r. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações e passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro é: **Perda da redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil dos ativos de longo prazo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando existir perda de seu valor recuperável será constituída uma provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Fato que não ocorreu no período findo em 31 de dezembro de 2023. **Amortização do intangível:** A Sociedade possui ativos intangíveis operacionais que são demonstrados ao custo da aquisição, deduzidos da amortização calculada de acordo com a curva de demanda de cada Parque pelo período da concessão de 35 anos. **3.1. Principais práticas contábeis adotadas: a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Sociedade. A Sociedade efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais. **b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Sociedade, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro:** i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Sociedade. ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two:* Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023. As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*. A Administração determinou que a Sociedade não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos. **d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros:** As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis anuais da Sociedade. **3.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber: **a)** Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **b)** Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **c)** Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **d)** Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024. Atualmente, a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Sociedade avaliará o impacto das alterações finais à IAS na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Sociedade não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **4. Gestão de risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Sociedade não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. **b. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude de a Sociedade não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção e operação. Adicionalmente, a Sociedade não possui contratos de construção ou operação indexados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxas de juros:** A Sociedade está exposta à taxa de juros e ao CDI relativo às debêntures emitidas. **c. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Administrativa e Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **d. Gestão de Capital:** Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	96.436	75.440
Custos dos serviços prestados	20	(42.144)	(48.525)
Lucro bruto		**54.292**	**26.915**
(Despesa) e receitas operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	21	(25.303)	(13.387)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	(980)	302
Resultado com equivalência patrimonial	–	(153)	(1)
		(26.436)	**(13.086)**
Lucro antes do resultado financeiro		**27.856**	**13.829**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	127	1.154
Despesas financeiras	22	(5.090)	(3.740)
		(4.963)	**(2.586)**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**22.893**	**11.243**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23 (c)	(3.587)	(441)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23 (a) (iii)	(5.086)	(455)
Lucro líquido do exercício		**14.219**	**10.347**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício	14.219	10.347
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	14.219	10.347

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**22.892**	**11.243**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Apropriação de encargos sobre mútuos	186	468
Apropriação de encargos sobre empréstimos	22.609	14.140
Amortização do Intangível	7.306	3.987
Depreciação	726	372
Equivalência patrimonial	153	–
Impostos diferidos	284	–
	54.157	30.210
Variações nas contas patrimoniais		
Clientes	16.347	17.601
Estoque	(824)	–
Impostos e contribuições a recuperar	(957)	(14)
Adiantamentos a fornecedores	183	(552)
Adiantamentos a colaboradores	(11)	–
Despesas antecipadas	(373)	(3.090)
Depósitos judiciais	(585)	(30)
Fornecedores	7.221	5.325
Obrigações e encargos trabalhistas	1.107	2.218
Obrigações tributárias	656	726
Adiantamentos de clientes	(9.181)	(20.225)
Adiantamento de outorga	(1.497)	(2.249)
Obrigações ao poder concedente	(123)	243
Outras obrigações a pagar	(3.635)	4.260
	8.329	4.213
Disponibilidades geradas pelas operações	62.485	34.423
Juros pagos	(23.442)	(10.881)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	39.043	23.542
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Integralização de capital nas coligadas	–	(9)
Custo de ativação do intangível	(94.015)	(111.048)
Aquisições do Imobilizado	(958)	(3.931)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(94.973)	(114.988)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com terceiros		
Captação de empréstimo e financiamento	146.791	95.945
Amortização de empréstimos e financiamentos	(102.912)	(8.670)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	43.879	87.275
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas		
Capital social	–	16.486
Captação de mútuo com acionistas	10.400	–
Pagamento de mútuo com acionistas	(10.586)	–
Contas-correntes com partes relacionadas	(569)	(705)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(755)	15.781
Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(12.806)**	**11.610**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	13.093	1.483
No final do período	287	13.093
Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(12.806)**	**11.610**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Gestão de parques	102.779	74.435
Outras receitas	499	8.238
	103.278	**82.673**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(39.526)	(42.103)
	(39.526)	**(42.103)**
Valor adicionado bruto	**65.752**	**40.570**
Depreciação e amortização	(8.031)	(4.018)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**55.721**	**36.552**
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	(153)	(1)
Receitas financeiras	133	1.210
Valor adicionado total a distribuir	**55.701**	**37.761**
Distribuição do valor adicionado	**55.701**	**37.761**
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	5.850	4.039
Benefícios	2.042	1.804
FGTS	1.898	1.353
	9.790	**7.196**
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	20.287	11.276
Estaduais	168	120
Municipais	1.877	1.271
	22.332	**12.667**
Remuneração de capital de terceiros:		
Juros	2.145	3.480
Aluguéis	4.087	3.796
Outras rem.	3.127	275
	9.360	**7.551**
Remuneração de capital de próprio:		
Lucro retido	14.219	10.347

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	287	158
Aplicações financeiras	–	12.935
	287	13.093

6. Clientes:	31/12/2023	31/12/2022
Patrocínio	66.002	83.388
Reequilíbrio	13.439	10.370
Cessão de espaço	1.667	5.418
Outros valores a receber	2.199	480
	83.307	99.656
Circulante	49.307	47.656
Não circulante	34.000	52.000

Os créditos são derivados de cessão de espaço nas dependências do Parque Ibirapuera, bilheteria do planetário e patrocínio. Não há títulos vencidos, e a Administração não tem indícios ou espera que incorra em perdas na sua realização. A Sociedade pleiteou perante o Poder Concedente o reequilíbrio econômico-financeiro sobre o contrato de concessão atualizado no valor de R$ 13.439, atualizado conforme regramento contratual até 31 de dezembro de 2023.

7. Impostos e contribuições a recuperar:	31/12/2023	31/12/2022
Créditos de Pis e Cofins	705	158
IRRF a recuperar	230	–
INSS a recuperar	164	–
IRPJ e CSLL a recuperar	84	68
ISS a recuperar	4	4
	1.187	230
Circulante	1.183	226
Não circulante	4	4

8. Despesas antecipadas:	31/12/2023	31/12/2022
PMI - Project Management (*)	790	816
Outras despesas antecipadas	3.960	1.427
Eventos futuros	–	2.134
	4.750	4.377
Circulante	3.246	2.755
Não circulante	1.504	1.622

(*) Refere-se a valores pagos a títulos de ressarcimento aos autores dos estudos iniciais aproveitados em razão do chamamento público nº 001/2017 - SMDP, está contabilizado como despesa antecipada e será amortizado durante o período da concessão.

9. Transações com partes relacionadas:

No Ativo não circulante		31/12/2023	31/12/2022
Natureza da operação:	**Parte relacionada:**		
Conta corrente	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	664	245
AFAC	Maria É Dia Franquia de Impacto S.A.	150	–
		814	245

No Intangível		31/12/2023	31/12/2022
Natureza da operação:	**Parte relacionada:**		
Prestação de Serviço	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	41.663	56.518
		41.663	56.518

No Passivo		31/12/2023	31/12/2022
Natureza da operação:	**Parte relacionada:**		
Fornecedores	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	9.272	956
		9.272	956

Natureza de serviços prestados pela Construcap CCPS: Serviços executados em obras civis, incluindo demolição, construção, reforma e manutenção, com fornecimento de mão de obra e equipamentos, a fim de melhorar e ampliar a infraestrutura dos Parques, seus caminhos, a acessibilidade, seu imobiliário, a sinalização e a comunicação visual, as estruturas de serviços e apoio aos usuários e de apoio operacional. **10. Ativo intangível:** As premissas adotadas para apropriação do Ativo Intangível e concessão estão elaboradas de acordo com adoção do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), itens 97 e 98: • Estabeleceu-se o critério de segregação do valor da outorga por cada parque; • Foi desenvolvido uma projeção do benefício econômico de cada parque, de acordo com a quantidade de usuários que visitam os parques, conforme citado no anexo Anexo VI - Plano de Negócio de Referência do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"); • O ativo intangível da concessão é amortizado de maneira proporcional ao benefício econômico projetado, a partir do momento que os parques foram assumidos pela Sociedade, ou seja, quando iniciado o seu uso; • Os juros capitalizados referem-se aos juros sobre empréstimos com terceiros, conforme nota 12. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao capital de terceiros aplicado como forma de investimentos em cada parque. A partir do momento em que esses investimentos são concluídos, gerando potenciais benefícios econômicos à Sociedade, a parcela de sua demanda passa a ser considerada na proporção do cálculo dos juros contabilizados como despesa financeira; • Gastos pertinentes as melhorias previstas no objeto da concessão, estudos, projetos e planos estratégicos, de maneira geral que contribuirão para a determinação futura do intangível, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária; • Taxa média utilizada a amortização no trimestre:

	Ibirapuera	Lajeado	Tenente	Eucaliptos	Jacintho Alberto	Jardim da Felicidade
Taxa média exclusiva	2,473%	2,355%	2,355%	2,401%	2,434%	2,434%
Taxa média comum	2,428%	0,010%	0,010%	0,004%	0,016%	0,004%

continua→

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6A9F-2BFF-D180-95C7.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6A9F-2BFF-D180-95C7.

→ continuação

Notas explicativas da Administração ás demonstrações contábeis da Urbia Gestão de Parques SPE S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

10. (a) - Intangível operacional:

Composição:

	Custo	Amortização Acumulado	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido
Direito de outorga da concessão	70.501	(5.574)	64.927	66.650
Material	14.230	–	14.230	13.218
Melhorias de infraestrutura	141.908	(4.981)	136.927	95.571
Desenvolvimento	43.159	(1.238)	41.921	22.606
Juros capitalizados	42.247	(1.377)	40.870	20.841
IOF capitalizados	1.819	(92)	1.727	1.772
	313.864	(13.262)	300.602	220.658

Movimentação:	31/12/2022	Adições	Amortização	31/12/2023
Direito de outorga da concessão	66.650	–	(1.723)	64.927
Material	13.218	1.012	–	14.230
Melhorias de infraestrutura	95.571	44.439	(3.083)	136.927
Desenvolvimento	22.606	20.150	(835)	41.921
Juros capitalizados	20.841	20.834	(805)	40.870
IOF capitalizados	1.772	–	(45)	1.727
	220.658	86.435	(6.491)	300.602

10. (b) - Intangível próprio:

Composição:

	Custo	Amortização Acumulado	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido
Softwares	5.443	(815)	4.628	4.711
Marcas e Patentes	79	–	79	–
Intangível em Formação	6.769	–	6.769	–
	12.291	(815)	11.476	4.711

Movimentação:	31/12/2022	Adições	Amortização	31/12/2023
Softwares	4.711	732	(815)	4.628
Marcas e Patentes	–	79	–	79
Intangível em Formação	–	6.769	–	6.769
	4.711	7.580	(815)	11.476

11. Ativo imobilizado:

Composição:

	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido	Taxa médias anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	4.573	(620)	3.953	3.600	10%
Móveis e utensílios	666	(126)	540	517	10%
Equipamentos de informática	1.250	(385)	865	999	20%
Veículos	8	(5)	3	5	20%
Instalações	85	(18)	67	75	10%
	6.582	(1.154)	5.428	5.196	

Movimentação:	31/12/2022	Adições	Depreciação	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	3.600	764	(411)	3.953
Móveis e utensílios	517	84	(61)	540
Equipamentos de informática	999	110	(244)	865
Veículos	5	–	(2)	3
Instalações	75	–	(8)	67
	5.196	958	(726)	5.428

12. Empréstimos e financiamentos:

Instituição Financeira	Modalidade	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
Banco Bradesco S.A. (a)	Capital de Giro	CDI + 3,02% a.a.	–	88.220
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (b)		5,55% e TLP+ 4,50% a.a.	116.602	–
Itaú S.A. (c)	Debêntures	CDI + 3,27% a.a.	70.479	70.491
Banco ABC	Conta garantida	CDI + 3,65% a.a.	10.120	
Banco Bradesco S.A.	Conta garantida	CDI + 4,89% a.a.	4.705	–
Daycoval Leasing - Banco Multipli S.A.	Leasing	–	66	152
Banco Santander S.A.	Leasing	–	336	354
(–) Ajuste a Valor Presente - Leasing			(45)	–
			202.263	159.217
Circulante			25.583	88.856
Não circulante			176.680	70.361

*CDI - Certificado de Depósito Interbancário; *TLP - Taxa de longo prazo. (a) O saldo devedor dos empréstimos de capital de giro captados junto ao Banco Bradesco foi liquidado durante o exercício. (b) Em dezembro de 2022, a Sociedade, assinou, junto ao BNDES, o Contrato de Financiamento que disponibiliza crédito com a finalidade de apoio à requalificação dos parques urbanos Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, que compõem Zonas Especiais de Interesse de Proteção Ambiental, no âmbito do Contrato de Concessão 057/SVMA/2019. O montante está sendo desembolsado de maneira parcelada, conforme as condições de liberação previstas, e está dividido em dois subcréditos, sendo R$ 80.000 provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e R$ 70.000 oriundos do FINEM. Esta operação não só qualifica a estrutura de capital da Sociedade, como reforça seu compromisso socioambiental. • Em março, maio e agosto de 2023, os valores de R$ 71.500, R$ 9.000 e R$ 34.000 respectivamente, foram creditados à Sociedade conforme a linha de crédito com o BNDES e utilizados para fazer frente aos investimentos previstos no projeto. (c) Em dezembro de 2022 a Sociedade emitiu de 70 mil debêntures não conversíveis em ações, juntamente ao Banco Itaú BBA no valor unitário de 1.000 reais cada, captando o montante de R$ 70.000 - (2023 - R$ 70.479) em recurso de longo prazo, com destinação para liquidação parcial do empréstimo ponte celebrado com a instituição Banco Bradesco, investimentos contratuais da concessão entre outros usos.

As parcelas do não circulante são demonstradas a seguir por ano de vencimento:

Ano de vencimento	2023	2022
2024	–	2.272
2025	18.151	8.557
2026	18.698	8.557
2027	19.526	8.551
2028	20.431	8.485
2029	21.420	8.485
Demais anos	78.453	25.454
	176.680	70.361

Garantias da operação: Em relação à Escritura de Debêntures com o Banco Itaú BBA, as garantias estabelecidas foram: (i) Aval corporativo no formato de garantia fidejussória, pela acionista, até o *completion* físico e financeiro do Projeto, conforme parâmetros previstos na Escritura; (ii) cessão fiduciária de recebíveis (iii); e alienação fiduciária de ações emitidas pela Sociedade. A Sociedade encontra-se adimplente com relação à obrigações financeiras e não financeiras estipuladas na escritura na emissão de Debêntures. **Cláusulas restritivas contratuais:** Há *convenants* financeiros da Sociedade vinculados ao contrato de empréstimo com BNDES e da Debênture com o Banco Itaú BBA, conforme cláusula vigésima oitava da Escritura de Emissão, que prevê que deverá ser mantido minimamente o valor do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,30, com medição a partir de 2025, e conforme parágrafo décimo do contrato com o BNDES que estabelece os seguintes requisitos: • Para pagamento aos acionistas a título de dividendos e juros sobre capital próprio em cada exercício social deverá observar os seguintes indicadores: (a) Quando o ICSD for igual ou superior a 1,50, a cliente poderá distribuir recursos, independentes de anuência prévia do BNDES. (b) Quando o ICSD for inferior a 1,50 e igual ou superior a 1,3, a cliente poderá distribuir 25% do resultado, independentes de anuência prévia do BNDES. (c) Quando o ICSD for inferior a 1,30 fica vedada a distribuição de resultado pela cliente, sem anuência prévia do BNDES. (d) Em qualquer das hipóteses anteriores, deverá ser realizada a comunicação prévia ao BNDES do valor a ser distribuído, com a comprovação do atendimento dos requisitos mencionados nas alíneas anteriores.

Cálculo do ICSD:

ICSD = GOC / SD

GOC = EBITDA ajustado (–) Impostos sobre o lucro
(a) (b)

(a) **EBITDA ajustado =** lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos (+) depreciação e amortização;
(b) **Impostos sobre o lucro =** total do IRPJ e CSLL corrente;
(c) **Serviço da dívida (SD) =** Amortização de principal (+) juros dos empréstimos.

Cálculo:

EBITDA ajustado	35.888
Impostos sobre o lucro	(3.587)
GOC =	32.301
Serviço da dívida (SD) =	24.293
ISCD =	1,33

Conforme exposto acima, embora não tenha havido o *completion* físico do projeto, os *covenants* financeiros dos dois contratos de financiamento estão sendo respeitados.

13. Obrigações e encargos trabalhistas:	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	1.831	1.487
Salários a pagar	962	888
INSS a recolher	816	506
Provisão de encargos sobre férias	654	557
FGTS a recolher	167	121
Pensão alimentícia	6	–
Contribuições sindicais	4	–
	4.440	3.559

14. Obrigações tributárias:	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL a recolher	3.778	241
Impostos sobre faturamento	1.036	526
IRRF retido sobre folha	582	356
Pis/Cofins/CSLL retidos	470	400
INSS retido	317	178
ISS retido	108	80
IRRF retido	–	41
	6.291	1.822

15. Adiantamento de clientes:	31/12/2023	31/12/2022
Patrocínio	84.192	95.496
Cessão de espaço	3.189	1.006
Infraestrutura	801	861
	88.182	97.363
Circulante	41.175	31.817
Não circulante	47.007	65.546

16. Adiantamento de outorga:	31/12/2023	31/12/2022
Outorga de estacionamento	38.803	40.300
Circulante	3.006	2.248
Não circulante	35.797	38.052

Em 30/09/2020, a Sociedade celebrou o Contrato de Cessão de Direito de Uso de Área para a Exploração Econômica de Estacionamento com a Administradora Geral de Estacionamentos S.A. ("Indigo"), com prazo de 20 anos e início de vigência a partir de 04/11/2020. A remuneração inicial paga na assinatura do contrato será diferida durante a sua vigência.

17. Outras obrigações a pagar:	31/12/2023	31/12/2022
Cauções	1.791	2.234
Outras obrigações a pagar	46	3.240
	1.837	5.474

As retenções de caução são retenções contratuais de valores estipulados em contrato que são retidos para pagamento até o final da prestação de serviço: **18. Patrimônio Líquido: 18.1. Capital social:** O capital social está representado por 32.871.029 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizados. **18.2. Reserva de lucros: Reserva legal:** Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. **18.3. Dividendos:** A Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas ou pagamento de títulos de participação de lucros com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, sempre que permitido for levantar balanços extraordinários para os fins retro mencionado. Ressalta-se que em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado. Conforme a Escritura da Emissão de Debêntures, o pagamento de dividendos pela Sociedade só poderá ocorrer após a conclusão Físico-Financeira do Projeto, portanto, a partir do encerramento do ano de 2024, ou caso não esteja em curso qualquer inadimplemento de suas obrigações, desde que (i) os Investimentos Obrigatórios estejam finalizados, (ii) não haja qualquer inadimplemento (pecuniário ou não) da Emissora e/ou da Fiadora no âmbito da Escritura; e (iii) a Emissora comprove situação economicamente favorável, sendo certo que a posterior liberação para distribuição de dividendos não poderá gerar um Efeito Adverso Relevante, nos termos da Escritura. Até o momento, não foram registradas distribuições de dividendos. **18.4. Lucro por ação:** A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2023	31/12/2022
Total de ação ordinárias	32.871	32.871
Lucro líquido	15.492	1.273
Lucro líquido por ação	0,47	0,04

19. Receita operacional líquida:	31/12/2023	31/12/2022
Publicidade e patrocínio	42.861	35.581
Cessão de uso de espaço	40.595	27.597
Locação de equipamentos	12.347	8.974
Eventos e atividades	3.291	1.994
Reequilíbrio	3.069	638
Construção	1.479	7.268
Mobilidade	560	–
Tecnologia	478	118
Outros	1.688	171
Vendas Canceladas	(2.110)	–
Receita bruta	104.258	82.341
(–) Deduções sobre faturamento		
Tributos sobre faturamento	(6.659)	(5.979)
Outorga sobre faturamento	(1.163)	(922)
	(7.822)	(6.901)
Receita líquida	96.436	75.440

20. Custos dos serviços prestados:	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados	(25.041)	(27.123)
Amortização	(6.490)	(3.987)
Pessoal	(5.273)	(6.083)
Aluguéis	(1.651)	(3.465)
Materiais	(1.171)	(1.255)
Seguros	(872)	(710)
Outros	(1.646)	(5.902)
	(42.144)	(48.525)

21. Despesas comerciais, gerais e administrativas:	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(10.182)	(5.537)
Serviços prestados	(8.924)	(6.474)
Aluguéis	(2.327)	(331)
Depreciação	(726)	(344)
Amortização	(815)	–
Outras despesas	(2.329)	(701)
	(25.303)	(13.387)

22. Resultado Financeiro:

Receitas financeiras:	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre aplicações financeiras	80	657
Descontos obtido	3	2
Outros	50	551
Impostos sobre receitas financeiras	(6)	(56)
	127	1.154

Despesas financeiras:	31/12/2023	31/12/2022
Encargos sobre empréstimos	(1.963)	(1.866)
Outras despesas financeiras	(3.127)	(1.874)
	(5.090)	(3.740)

23. Impostos diferidos: (a) Impostos diferidos ativos: (i) Prejuízo fiscal:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal exercício anterior	(17.191)	(18.528)
Movimentação da base do diferido, líquidos	6.369	1.337
Base ajustada	(10.822)	(17.191)
No ativo não circulante		
IRPJ	2.706	4.298
CSLL	974	1.547
	3.679	5.845
Na demonstração de resultado		
IRPJ	1.592	334
CSLL	573	120
	2.165	455

(ii) Base contábil temporária:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre bases temporárias lançado ao resultado, exercício anterior	4.936	4.936
Movimentação da base do diferido, líquidos	8.591	–
	13.527	4.936
No passivo não circulante		
IRPJ	3.382	1.234
CSLL	1.217	444
	4.599	1.678
Na demonstração de resultado		
IRPJ	2.148	–
CSLL	773	–
	2.921	–

(iii) Movimentação do diferido no resultado:	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal (ativo)	2.165	455
IRPJ e CSLL sobre base temporária (passivo)	2.921	–
IRPJ e CSLL diferidos lançado no resultado, (líquidos)	5.086	455

(b) Composição dos diferidos passivos:	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Receita da construção (liquido de amortizações)	3.382	1.234
	3.382	1.234
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Receita da construção (liquido de amortizações)	1.217	444
	1.217	444
Programa de Integração Social ("PIS")		
Receita de reequilibrio financeiro	222	171
	222	171
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Receita de reequilibrio financeiro	1.021	788
	1.021	788
Total dos impostos diferidos passivos	5.842	2.637
Circulante	–	–
Não Circulante	5.842	2.637

(c) Imposto Corrente:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes das provisões tributárias:	22.893	11.243
Adições	276	499
Exclusões	(1.940)	(7.286)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro fiscal	21.229	4.456
(–) Compensação do IRPJ sobre prejuízos fiscais	(6.369)	(1.337)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro fiscal após compensação dos prejuízos fiscais	**14.860**	**3.119**
Abatimentos dedutíveis para fins de IRPJ	1.074	**403**
Abatimentos dedutíveis para fins de CSLL	367	**192**
Imposto de renda de pessoa jurídica - corrente	2.617	(353)
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente	971	(88)
	3.587	**(441)**

24. Instrumento financeiro: Sensibilidade a taxas de juros: Na data dessas informações, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

Instrumento de taxa variável	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (nota 5)	–	12.935
Clientes (nota 6)	83.307	99.656
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	(202.263)	(159.217)

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados.

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	I Provável	II 50%	III 25%	IV -25%	V -50%
Empréstimos e financiamentos	(202.263)	CDI	22.569	11.284	5.642	(5.642)	(11.284)

25. Seguros:

Companhia	Modalidade	Vencimento das Apólices	Montante da cobertura em (Milhares de R$)
Aig Seguros Brasil S.A.	Responsabilidade Civil Geral	19/11/2024	20.000.000
Aig Seguros Brasil S.A.	Riscos Nomeados e Operacionais	19/11/2024	90.000.000
Liberty Seguros	Responsabilidade Civil Adm.	19/11/2024	32.778
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	06/02/2024	83.293.588
			193.326.366

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza e sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A cobertura de seguros são as seguintes: **26. Obrigações e compromissos com o poder concedente:** A Sociedade terá como principais obrigações, conforme clausula 13º do contrato de concessão, a prestação dos serviços de gestão, operação, e manutenção dos parques Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, além de serviços de engenharia. Deverá zelar pelo patrimônio público, assumindo a responsabilidade e a gestão integral dos parques sob sua administração e considerando a Área de Concessão. A Sociedade deverá captar, aplicar e gerir recursos financeiros para execução deste objeto, assim como manter, durante o prazo de concessão, condições necessárias e satisfatórias para a plena execução dos encargos do Contrato e visando a boa prestação do serviço público aos visitantes. Deverá a Sociedade dispor de equipamentos, serviços contratados, materiais e equipe adequada para consecução de todos as obrigações estabelecidas no Contrato e seus Anexos. De maneira geral podemos dividir os encargos e deveres da Sociedade em dois grupos: (i) operação e (ii) investimentos. Os encargos operacionais compõem os serviços essenciais, periódicos e rotineiros, à devida manutenção dos parques, como atividades de zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, manejo e manutenção predial. Além disso, toda a operacionalização da infraestrutura técnica e de utilidades cabe à Sociedade, de modo a tornar os espaços e atividades funcionais e adequados. Dentro das atividades operacionais, ainda, cabe à Sociedade os serviços de segurança patrimonial e recepção do visitante. Não compõem encargos da Sociedade, dentro das atividades operacionais, os serviços de segurança civil, manejo da fauna, iluminação pública e atividades de saúde pública. Todos os itens acima descritos, além de demais atividades administrativas e acessórias à devida condução de suas atividades perante o Poder Concedente estão relacionadas nas alíneas 'a' a 'p' e 'w' a 'eee' da cláusula 13.2 do Contrato. Tais deveres estão detalhados e explicados no item 5, '*Encargos e Operação e Gestão*', do Anexo III do Contrato de Concessão. A respeito dos encargos de obras e investimentos, cabe à Sociedade observar as obrigações das alíneas 'q' a 'v' da Cláusula 13.2 e todas as diretrizes e obrigações de obra e engenharia previstas no item 4 do Anexo III, denominado *Encargos de Obra*. Referente a este ponto, resumidamente, cabe à Sociedade apresentar os projetos contendo os planos de intervenção para cada parque e, com sua integral aprovação, iniciar o programa de intervenções, ou seja, executar as obras necessárias, previstas pelo Contrato ou eletivas, de modo a recuperar as áreas e equipamentos, requalificar ambientes e implantar mobiliários, equipamentos e estruturas adequadas ao uso do parque e à satisfação do visitante. **27. Eventos subsequentes: Aditivo ao Contrato de Concessão:** Em fevereiro de 2024, a Sociedade assinou junto ao Poder Concedente, o Termo de Aditamento Nº 026/SVMA/2024 ao Contrato de Concessão nº 057/SVMA/2029. O objeto do aditamento é a incorporação ao Contrato de Concessão da obrigação de execução, pela Concessionária, das obras, serviços e projetos para ações de requalificação e conservação da Marquise "José Emínio de Moraes", localizada no Parque Ibirapuera. O prazo para execução é de 16 meses, a partir da Ordem de início, expedida pelo Poder Concedente.

Diretoria

Victor Serrano Pereira - Diretor Administrativo Financeiro

Responsável técnico pelas informações contábeis

Ana Cristina Rodrigues - Contadora - CRC 1SP 141776/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Urbia Gestão de Parques SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Sociedade")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos no ativo intangível:** Conforme Nota Explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui registrado o montante de R$ 300.602 mil no ativo intangível, que representa a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na aquisição, construção ou melhoria da infraestrutura correspondente ao contrato de concessão. O contrato de concessão representa o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão junto ao poder concedente, os investimentos relevantes na infraestrutura de sua concessão são classificados como ativo intangível. O total de capitalização de gastos no ativo intangível, durante o ano de 2023, perfaz o montante de R$ 86.435 mil. Os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 3 (c) e 10. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em decorrência dos potenciais efeitos envolvidos nas demonstrações contábeis, requerendo controles internos robustos para o controle das capitalizações no ativo intangível bem como envolve a utilização de premissas e um grau de julgamento que, consequentemente, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Entendimento do ambiente de controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados no ativo intangível; • Avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo intangível e sua elegibilidade à capitalização bem como critérios de rateio; • Com base em amostragem, para adições ocorridas no ativo intangível durante o ano de 2023, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo intangível e gastos com manutenção no resultado do período, bem como a natureza desses investimentos. Os resultados alcançados pelos procedimentos de auditoria anteriormente mencionados estão consistentes com a avaliação da Administração apresentados nas divulgações das notas explicativas, sem identificação de ajuste ou falhas relevantes nos controles interno. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis da Sociedade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Diego Cavalcante Bastos
Contador CRC 1 SP 292913/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6A9F-2BFF-D180-95C7.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6A9F-2BFF-D180-95C7.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6A9F-2BFF-D180-95C7 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6A9F-2BFF-D180-95C7

Hash do Documento

519594F03CD778E6F284D5450D973825D47D9571E15B415C3B92C3BFE878ABAA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/04/2024 é(são) :

- ☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/04/2024 00:04 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Nova Olinda B Solar S.A.

CNPJ Nº 23.416.727/0001-50

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	252.450	21.613
Contas a receber de clientes	8	5.985	5.739
Despesas antecipadas		562	328
Adiantamentos a fornecedores		2.269	2.326
Tributos e contribuições a compensar		123	133
Outros ativos		5.210	4.545
Total do ativo circulante		**266.599**	**34.683**
Aplicações financeiras vinculadas	10	9.378	8.510
Tributos e contribuições a compensar		1.970	1.970
Depósitos judiciais		14	14
Imobilizado	11	428.216	427.433
Intangível	12	2.839	2.954
Total do ativo não circulante		**442.417**	**440.881**
Total do ativo		**709.016**	**475.565**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		6.723	2.380
Provisões	13	-	5.369
Financiamentos	14	9.705	9.153
Obrigações sociais e trabalhistas		309	207
Obrigações fiscais		568	553
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.807	618
Dividendos a pagar	9	6.857	3.420
Contas a pagar à partes relacionadas	9	462	278
Total do passivo circulante		**27.430**	**21.977**
Provisões	13	5.018	3.248
Financiamentos	14	75.059	79.038
Provisão para contingências		2	2
Tributos diferidos		2.695	1.756
Total do passivo não circulante		**82.775**	**84.044**
Capital social		565.816	358.562
Reserva legal		2.164	720
Reserva de lucros		30.832	10.261
Total do patrimônio líquido	15	**598.812**	**369.543**
Total do passivo e patrimônio líquido		**709.016**	**475.565**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	64.672	57.260
Custo da geração de energia	17	(32.981)	(28.531)
Lucro operacional bruto		**31.692**	**28.729**
Despesas gerais e administrativas	17	(1.691)	(1.412)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(1.506)	3.840
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**28.495**	**31.157**
Receitas financeiras	18	17.046	1.610
Despesas financeiras	18	(8.736)	(8.929)
Despesas financeiras líquidas		**8.310**	**(7.320)**
Resultado antes dos impostos		**36.805**	**23.837**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(7.926)	(2.523)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(8)	(175)
Lucro líquido do exercício		**28.872**	**21.139**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0505	0,0574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	28.872	21.139
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	28.872	21.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**358.562**	**-**	**-**	**(6.738)**	**351.824**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.139	21.139
Constituição de reserva legal	15.b	-	720	-	(720)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(3.420)	(3.420)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	10.261	(10.261)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**358.562**	**720**	**10.261**	**-**	**369.543**
Integralização de capital	15.a	207.254	-	-	-	207.254
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.872	28.872
Constituição de reserva legal	15.b	-	1.444	-	(1.444)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(6.857)	(6.857)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	20.571	(20.571)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**565.816**	**2.164**	**30.832**	**-**	**598.812**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**28.872**	**21.139**
Ajustes para:			
Depreciação	11	20.173	17.547
Juros e variações monetárias	14	7.298	7.545
Amortização de custos de transação	14	37	37
Provisão ressarcimento de energia	16	2.913	5.435
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	7.926	2.523
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	8	175
		67.226	**54.400**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(245)	(514)
Tributos e contribuições a compensar		9	(9)
Depósito judicial		-	(6)
Despesas antecipadas		(234)	(168)
Adiantamentos a fornecedores		57	2.576
Outros ativos		(665)	(3.772)
Partes relacionadas		184	151
Fornecedores		4.343	1.585
Provisões	13	(6.511)	(19.654)
Obrigações fiscais		(662)	(682)
Obrigações sociais e trabalhistas		102	105
Tributos diferidos		932	384
Caixa proveniente das atividades operacionais		**64.535**	**34.395**
Impostos pagos sobre o lucro		(5.060)	(1.724)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**59.475**	**32.671**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(20.841)	(5.105)
Baixa de imobilizado		-	1.993
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(20.841)**	**(3.112)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(868)	(756)
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(3.229)	(2.070)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(7.534)	(7.696)
Integralização de capital		207.254	-
Dividendos pagos		(3.421)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**192.203**	**(10.522)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**230.837**	**19.037**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**21.613**	**2.576**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**252.450**	**21.613**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Nova Olinda B Solar S.A. ("Nova Olinda B" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Nova Olinda 10 e 11, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Nova Olinda B foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 02 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 09 de dezembro de 2017 com a produção anual estimada de 17,6 MWm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Painel	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]
Nova Olinda B	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	52/53	04/03/2016	04/03/2051	17,6	17,6	17,6

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 13 -** Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro real")

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro presumido")

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica

(iii) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro real")

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iv) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro presumido")

Em 2023, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(v) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível - Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h.Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado

***Desreconhecimento*: • Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

• Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*impairment*) - (i) *Ativos financeiros não-derivativos:* Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros: A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Mudança nas políticas contábeis materiais: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	124	16
Aplicações financeiras (i)	252.326	21.597
	252.450	**21.613**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i)Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber	5.985	5.739
	5.985	**5.739**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2023	2022
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	462	278
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	6.857	3.420
	7.319	**3.698**

(a)Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	9.378	8.510
	9.378	**8.510**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Tx. anuais de depreciação	2023 Custo	2023 Depre. acumulada	2023 Saldo líquido	2022 Saldo líquido
Equipamentos de informática	20%	275	(24)	251	1
Edif., obras civis e benfeitorias	2%	73.528	(13.920)	59.608	61.791
Sistema de geração	4%	424.733	(79.665)	345.067	332.057
Sistemas de transmissão e conexão	4%	27.428	(5.646)	21.782	22.923
Imobilizado em andamento		-	-	-	9.153
Peças de manutenção		1.508	-	1.508	1.508
		527.471	**(99.255)**	**428.216**	**427.433**

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2022

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2022
Equipamentos de informática	6	-	-	-	6
Edificações, obras civis e benfeitorias	73.519	-	-	-	73.519
Sistema de geração	393.768	3.612	(2.363)	-	395.017
Sistemas de transmissão e conexão	27.351	77	-	-	27.428
Imobilizado em andamento	7.736	1.416	-	-	9.153
Peças de manutenção	1.508	-	-	-	1.508
	503.888	**5.105**	**(2.363)**	**-**	**506.631**

Movimentação em 2023

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023
Equipamentos de informática	6	249	-	20	275
Edificações, obras civis e benfeitorias	73.519	9	-	-	73.528
Sistema de geração	395.017	20.585	-	9.130	424.733
Sistemas de transmissão e conexão	27.428	-	-	-	27.428
Imobilizado em andamento	9.153	2	(4)	(9.150)	-
Peças de manutenção	1.508	-	-	-	1.508
	506.631	**20.845**	**(4)**	**-**	**527.471**

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2023

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023
Equipamentos de informática	(5)	(19)	-	-	(24)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(11.728)	(2.192)	-	-	(13.920)
Sistema de geração	(62.960)	(16.706)	-	-	(79.665)
Sistemas de transmissão e conexão	(4.505)	(1.141)	-	-	(5.646)
	(79.197)	**(20.058)**	**-**	**-**	**(99.255)**

Movimentação em 2022

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2022
Equipamentos de informática	-	(5)	-	-	(5)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(9.362)	(2.366)	-	-	(11.728)
Sistema de geração	(49.258)	(14.071)	370	-	(62.960)
Sistemas de transmissão e conexão	(3.516)	(989)	-	-	(4.505)
	(62.136)	**(17.431)**	**370**	**-**	**(79.197)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Nova Olinda, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2023, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 8,35% a.a. (8,74% a.a. em 2022), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 - Intangível - Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01"). A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2022 Valor líquido	Adição	Amortização	2023 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	2.954	-	(115)	2.839
	2.954	**-**	**(115)**	**2.839**

	2021 Valor líquido	Adição	Amortização	2022 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.069	-	(115)	2.954
	3.069	**-**	**(115)**	**2.954**

13 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (*"constrained-off"*), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("*constrained-off*") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "*constrained-off*" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício. A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**20.318**
Constituição	5.435
Baixa	(19.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**6.100**
Constituição	2.913
Baixa	(6.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.501**

	2023	2022
Provisão para ressarcimento curto prazo	-	5.369
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.501	731
	2.501	**6.100**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão está estimada em R$ 2.518 (R$ 2.518, em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Provisão para contingências - Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R$ 354 em 2023 e 2022.

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2023	2022
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	85.193	88.658
Custo com captação			(430)	(467)
			84.763	**88.191**
Passivo circulante			9.705	9.153
Passivo não circulante			75.059	79.038

(a) Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 106.541, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2024	9.705
2025 a 2027	12.308
2028 a 2030	14.333
2031 a 2033	25.961
2034 a 2036	22.458
Total	**84.763**

14.1 Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	**88.191**	**90.375**
Pagamento de juros	(7.534)	(7.696)
Pagamento de principal	(3.229)	(2.070)
Despesas com juros	7.298	7.545
Custos de captação amortizados	37	37
Saldo final	**84.763**	**88.191**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

14.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apurou um índice anual igual ou superior a 1,40 conforme previsto em contrato junto ao BNB, e atendeu todas as condições referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 565.816 (R$ 358.562 em 2022) dividido em 571.879.936 (368.130.330 em 2022) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	2023	2022
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	565.816	358.562

Em 30 de junho de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 207.254, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Controladora e controlador final

O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	28.872	21.139
Absorção do prejuízo	-	(6.738)
Lucro líquido ajustado	28.872	14.401
Constituição de reserva legal - 5%	1.444	720

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	28.872	21.139
Absorção do prejuízo	-	(6.738)
Lucro líquido ajustado	28.872	14.401
Constituição de reserva legal - 5%	(1.444)	(720)
	27.428	13.681
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(6.857)	(3.420)
Lucros retidos	**20.571**	**10.261**

(i) Em 25 de abril de 2023 e 03 de novembro de 2022 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores.

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

16 Receita líquida de venda de energia

	2023	2022
Receita bruta de venda de energia	70.145	65.267
Ressarcimento de energia (1)	(2.913)	(5.435)
(-) PIS / COFINS	(2.560)	(2.572)
	64.672	**57.260**

(1) Vide nota explicativa 13(i).

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D109-EACE-B182-E258.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D109-EACE-B182-E258.

Notas explicativas - *Continuação*

17 Gastos por natureza

	2023	2022
Custo da geração de energia	(32.981)	(28.531)
Despesas gerais e administrativas	(1.691)	(1.412)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.506)	3.840
	(36.177)	**(26.103)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.443)	(1.127)
Compra de energia	(222)	(226)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(131)	(82)
Despesa com pessoal	(2.211)	(1.758)
Serviços de terceiros	(3.618)	(734)
Depreciação	(20.173)	(17.547)
Arrendamento	-	(5)
Manutenção	(3.352)	(7.249)
Aluguel	(362)	(226)
Materiais	(2.345)	(104)
Outras despesas administrativas	(569)	(660)
Viagens e estadias	(230)	(221)
Outros	(1.520)	3.835
	(36.177)	**(26.103)**

18 Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas bancárias	(7)	(6)
IOF	-	(10)
Juros de financiamentos	(7.298)	(7.545)
Amortização do custo de captação	(37)	(37)
Juros e multas de mora	(8)	(14)
Custo de estruturação da dívida	(1.247)	(1.297)
Outras despesas financeiras	(139)	(21)
Total das despesas financeiras	**(8.736)**	**(8.929)**
Receita de aplicação financeira	17.038	1.609
Outras receitas financeiras	8	-
Total das receitas financeiras	**17.046**	**1.609**
Resultado financeiro líquido	**8.310**	**(7.320)**

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2023	2022
Receita com venda de energia (*)	69.883	64.698
Outras receitas	17.046	1.613
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	22.642	6.789
Base de cálculo CSLL 12% (*)	25.437	9.376
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	5.686	1.866
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	2.240	657
Imposto de renda e contribuição social correntes	**7.926**	**2.523**
Taxa efetiva	*16,48%*	*15,61%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**8**	**175**

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

I.Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	124	-	16	-
Aplicações financeiras	-	252.326	-	21.597
Contas a receber de clientes	5.985	-	5.739	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	9.378	-	8.510
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	6.723	-	2.380	-
Financiamentos (nota 14)	9.705	-	9.153	-
Partes relacionadas (nota 9)	7.319	-	3.698	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 14)	75.059	-	79.038	-

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

• **Caixa e bancos**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

•**Aplicações financeiras vinculadas:** Referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

•**Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar.

(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Aplicações financeiras	252.326	21.597
Aplicações financeiras vinculadas	9.378	8.510
Contas a receber de clientes	5.985	5.739

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Financiamentos	84.763	88.191
Fornecedores	6.723	2.380

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2023	2022
Ativo		
Aplicações financeiras	252.326	21.597
Aplicações financeiras vinculadas	9.378	8.510
	261.704	**30.107**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	261.704	Redução do CDI (*)	22.866	15.244

(*)Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	30.107	Redução do CDI (*)	3.082	2.055

(*)Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da Nova Olinda B Solar S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Olinda B Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Olinda B Solar S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador
CRC PR - 077115/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D109-EACE-B182-E258.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D109-EACE-B182-E258.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D109-EACE-B182-E258 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D109-EACE-B182-E258

Hash do Documento

52905E200DA8DF5E4AC781B8192370BF8E56085C60DD5D3BAD5E739AD3773056

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/04/2024 00:04 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Nova Olinda C Solar S.A.

CNPJ Nº 23.414.549/0001-28

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	144.146	7.942
Contas a receber de clientes	8	5.985	5.739
Despesas antecipadas		148	148
Adiantamentos a fornecedores		46	315
Tributos e contribuições a compensar		113	115
Outros ativos		1.746	1.487
Total do ativo circulante		**152.184**	**15.747**
Aplicações financeiras vinculadas	10	8.455	7.673
Imobilizado	11	326.326	327.031
Intangível	12	2.798	2.913
Total do ativo não circulante		**337.580**	**337.617**
Total do ativo		**489.764**	**353.364**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		5.129	1.699
Provisões	13	-	8.474
Financiamentos	14	8.290	7.723
Obrigações sociais e trabalhistas		309	207
Obrigações fiscais		450	370
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.653	579
Conta a pagar à partes relacionadas	9	462	278
Dividendos a pagar	9	9.468	31.168
Total do passivo circulante		**25.761**	**50.497**
Provisões	13	3.546	3.020
Financiamentos	14	71.705	75.506
Tributos diferidos		2.274	1.504
Total do passivo não circulante		**77.525**	**80.029**
Capital social		352.458	203.643
Reserva legal		5.616	3.622
Reserva de lucros		28.403	15.572
Total do patrimônio líquido	15	**386.477**	**222.838**
Total do passivo e patrimônio líquido		**489.764**	**353.364**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	66.174	54.052
Custo da geração de energia	17	(21.973)	(20.488)
Lucro operacional bruto		**44.201**	**33.564**
Despesas gerais e administrativas	17	(1.495)	(1.143)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(738)	(1.106)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**41.968**	**31.315**
Receitas financeiras	18	10.680	1.366
Despesas financeiras	18	(7.017)	(8.374)
Despesas financeiras líquidas		**3.663**	**(7.008)**
Resultado antes dos impostos		**45.631**	**24.308**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(5.760)	(2.438)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(8)	(14)
Lucro líquido do exercício		**39.864**	**21.856**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,1161	0,1067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	39.864	21.856
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	39.864	21.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**203.643**	**2.529**	**35.327**	**-**	**241.500**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.856	21.856
Constituição de reserva legal	15b	-	1.093	-	(1.093)	-
Dividendos	15c	-	-	(35.327)	(5.191)	(40.518)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	15.572	(15.572)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**203.643**	**3.622**	**15.572**	**-**	**222.837**
Integralização de capital	15a	148.815	-	-	-	148.815
Lucro líquido do exercício		-	-	-	39.864	39.864
Constituição de reserva legal	15b	-	1.993	-	(1.993)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	(15.572)	(9.468)	(25.040)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	28.403	(28.403)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**352.458**	**5.616**	**28.403**	**-**	**386.477**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**39.864**	**21.856**
Ajustes para:			
Depreciação	11	15.271	13.436
Juros e variações monetárias	14	6.876	7.159
Amortização de custos de transação	14	37	37
Provisão ressarcimento de energia	16	1.392	8.805
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	5.760	2.438
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	8	14
		69.208	**43.341**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(245)	(519)
Tributos e contribuições a compensar		2	(2)
Despesas antecipadas		(1)	5
Adiantamentos a fornecedores		270	1.361
Outros ativos		(259)	(1.176)
Partes relacionadas		184	151
Fornecedores		3.429	1.481
Provisões	13	(9.340)	(10.403)
Obrigações fiscais		(504)	(216)
Obrigações sociais e trabalhistas		102	104
Tributos diferidos		762	33
Caixa proveniente das atividades operacionais		**63.609**	**44.564**
Impostos pagos sobre o lucro		(4.101)	(2.120)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**59.508**	**42.444**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(14.451)	(13.229)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(14.451)**	**(13.229)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(783)	(236)
Integralização de capital	15.a	148.815	-
Dividendos pagos	15.c	(46.740)	(14.084)
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(3.085)	(2.283)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(7.061)	(8.347)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**91.147**	**(24.949)**
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**136.204**	**4.266**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**7.942**	**3.676**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**144.146**	**7.942**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Nova Olinda C Solar S.A. ("Nova Olinda C" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Nova Olinda 12 e 13, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Nova Olinda C foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 02 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 09 de dezembro de 2017 com a produção anual estimada de 17,6 MWm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Painel	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comerciali-zada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]
Nova Olinda C	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	54/55	04/03/2016	04/03/2051	17,6	17,6	17,6

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 13 -** Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível - Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

h. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado

Desreconhecimento**: • Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

• Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Valor recuperável de ativos (*impairment*) - (i) *Ativos financeiros não-derivativos:* Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros: A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Mudança nas políticas contábeis materiais: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	26	14
Aplicações financeiras (i)	144.120	7.928
	144.146	**7.942**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i)Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber	5.985	5.739
	5.985	**5.739**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2023	2022
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	462	278
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	9.468	31.168
	9.930	**31.446**

(a)Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	8.455	7.673
	8.455	**7.673**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Tx. anuais de depreciação	2023 Custo	2023 Depre. acumulada	2023 Saldo líquido	2022 Saldo líquido
Equipamentos de informática	20%	20	(1)	19	-
Edif, obras civis e benfeitorias	2%	67.855	(12.867)	54.988	57.010
Sistema de geração	4%	310.545	(59.083)	251.462	236.986
Sistemas de transmissão e conexão	4%	24.969	(5.156)	19.813	20.852
Peças de manutenção		45	-	45	45
Imobilizado em andamento		-	-	-	12.139
		403.434	**(77.108)**	**326.326**	**327.031**

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2023

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023
Equipamentos de informática	-	-	-	20	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	67.855	-	-	-	67.855
Sistema de geração	283.975	14.449	-	12.120	310.545
Sistemas de transmissão e conexão	24.969	-	-	-	24.969
Peças de manutenção	45	-	-	-	45
Imobilizado em andamento	12.139	2	-	(12.140)	-
	388.983	**14.451**	**-**	**-**	**403.434**

Movimentação em 2022

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	67.855	-	-	-	67.855
Sistema de geração	282.644	1.331	-	-	283.975
Sistemas de transmissão e conexão	24.969	-	-	-	24.969
Peças de manutenção	45	-	-	-	45
Imobilizado em andamento	241	11.898	-	-	12.139
	375.754	**13.229**	**-**	**-**	**388.983**

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2023

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023
Equipamentos de informática	-	(1)	-	-	(1)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(10.845)	(2.022)	-	-	(12.867)
Sistema de geração	(46.990)	(12.093)	-	-	(59.083)
Sistemas de transmissão e conexão	(4.117)	(1.039)	-	-	(5.156)
	(61.952)	**(15.156)**	**-**	**-**	**(77.108)**

Movimentação em 2022

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	(8.660)	(2.185)	-	-	(10.845)
Sistema de geração	(36.755)	(10.234)	-	-	(46.990)
Sistemas de transmissão e conexão	(3.215)	(902)	-	-	(4.117)
	(48.630)	**(13.321)**	**-**	**-**	**(61.952)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Nova Olinda, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2023, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 8,35% a.a. (8,74% a.a. em 2022), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 - Intangível - Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01"). A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2022 Valor líquido	Adição	Amortização	2023 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	2.913	-	(115)	2.798
	2.913	**-**	**(115)**	**2.798**

	2021 Valor líquido	Adição	Amortização	2022 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.028	-	(115)	2.913
	3.028	**-**	**(115)**	**2.913**

13 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (*"constrained-off"*), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("*constrained-off*") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "*constrained-off*" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício. A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**10.574**
Constituição	8.805
Baixa	(10.403)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**8.976**
Constituição	1.392
Baixa	(9.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.028**

	2023	2022
Provisão para ressarcimento curto prazo	-	8.474
Provisão para ressarcimento longo prazo	1.028	502
	1.028	**8.976**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão está estimada em R$ 2.518 (R$ 2.518, em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Provisão para contingências - Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R$ 4.092 em 2023 (R$ 4.092 em 2022).

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2023	2022
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	80.425	83.696
Custo com captação			(430)	(467)
			79.995	**83.229**
Passivo circulante			8.290	7.723
Passivo não circulante			71.705	75.506

(a) Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 106.541, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). **A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:**

2024	8.290
2025 a 2027	11.756
2028 a 2030	13.691
2031 a 2033	24.802
2034 a 2036	21.457
Total	**79.995**

14.1 Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	**83.229**	**86.662**
Pagamento de juros	(7.061)	(8.347)
Pagamento de principal	(3.085)	(2.283)
Despesas com juros	6.876	7.159
Custos de captação amortizados	37	37
Saldo final	**79.995**	**83.229**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

14.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apurou um índice anual igual ou superior a 1,40 conforme previsto em contrato junto ao BNB, e atendeu todas as condições referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 352.458 (R$ 203.643 em 2022), dividido em 343.437.327 (204.878.685 em 2022) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	**2023**	**2022**
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	352.458	203.643

Em 30 de junho de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 148.815, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Controladora e controlador final

O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	39.864	21.856
Constituição de reserva legal - 5%	1.993	1.093

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	39.864	21.856
Apropriação à reserva legal (5%)	(1.993)	(1.093)
	37.871	20.763
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(9.468)	(5.191)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	(15.572)	(35.327)
Lucros retidos	**28.403**	**15.572**

(i) Em 25 de abril de 2023 e 03 de novembro de 2022 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores.

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

16 Receita líquida de venda de energia

	2023	2022
Receita bruta de venda de energia	70.126	65.237
Ressarcimento de energia (1)	(1.392)	(8.805)
(-) PIS / COFINS	(2.560)	(2.380)
	66.174	**54.052**

(1) Vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza

	2023	2022
Custo da geração de energia	(21.973)	(20.488)
Despesas gerais e administrativas	(1.495)	(1.143)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(738)	(1.106)
	(24.206)	**(22.737)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.254)	(1.117)
Compra de energia	(249)	(226)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(130)	(87)
Despesa com pessoal	(2.128)	(1.766)
Serviços de terceiros	(2.301)	(743)
Depreciação	(15.271)	(13.436)
Arrendamento	-	(5)
Manutenção	(1.470)	(3.364)
Aluguel	(29)	(12)
Materiais	(196)	(374)
Outras despesas administrativas	(429)	(487)
Viagens e estadias	-	(7)
Outros	(751)	(1.112)
	(24.206)	**(22.737)**

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6098-3354-31C1-518D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6098-3354-31C1-518D.

Notas explicativas - *Continuação*

18 Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas bancárias	(6)	(6)
IOF	(17)	(26)
Juros de financiamentos	(6.876)	(7.159)
Amortização do custo de captação	(37)	(37)
Juros e multas de mora	(5)	(1)
Custo de estruturação da dívida	(56)	(989)
Outras despesas financeiras	(20)	(157)
Total das despesas financeiras	**(7.017)**	**(8.374)**
Receita de aplicação financeira	10.640	1.338
Outras receitas financeiras	40	28
Total das receitas financeiras	**10.680**	**1.366**
Resultado financeiro líquido	**3.663**	**(7.008)**

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2023	2022
Receita com venda de energia (*)	69.880	64.696
Outras receitas	10.680	1.372
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	16.271	6.548
Base de cálculo CSLL 12% (*)	19.066	9.136
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	4.157	1.806
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	1.603	631
Imposto de renda e contribuição social correntes	**5.760**	**2.438**
Taxa efetiva	*16,30%*	*15,54%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**8**	**14**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**)O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a.Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	26	-	14	-
Aplicações financeiras	-	144.120	-	7.928
Contas a receber de clientes	5.985	-	5.739	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	8.455	-	7.673
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	5.129	-	1.699	-
Financiamentos (nota 14)	8.290	-	7.723	-
Partes relacionadas (nota 9)	9.930	-	31.446	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 14)	71.705	-	75.506	-

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

• **Caixa e bancos**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

•**Aplicações financeiras vinculadas:** Referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

•**Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo:**Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar.

(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Aplicações financeiras	144.120	7.928
Aplicações financeiras vinculadas	8.455	7.673
Contas a receber de clientes	5.985	5.739

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Financiamentos	79.995	83.229
Fornecedores	5.129	1.699

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2023	2022
Ativo		
Aplicações financeiras	144.120	7.928
Aplicações financeiras vinculadas	8.455	7.673
	152.575	**15.601**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	152.575	Redução do CDI (*)	13.331	8.887

(*)Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	15.601	Redução do CDI (*)	1.597	1.065

(*)Os índices de CDI considerados foram de 13,65%% a.a.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da Nova Olinda C Solar S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Olinda C Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Olinda C Solar S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador
CRC PR - 077115/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6098-3354-31C1-518D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6098-3354-31C1-518D.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6098-3354-31C1-518D ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6098-3354-31C1-518D

Hash do Documento

856264B5AFD3CBB2C0025698F4C09432BD52D09C4FC2D9FCE9F709D1652F0B47

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/04/2024 00:04 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Nova Olinda Sul Solar S.A.

CNPJ Nº 23.399.563/0001-08

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	84.926	4.695
Contas a receber de clientes	8	2.992	2.870
Despesas antecipadas		74	74
Adiantamentos a fornecedores		15	15
Tributos e contribuições a compensar		40	40
Outros ativos		25	5
Total do ativo circulante		**88.073**	**7.699**
Aplicações financeiras vinculadas	10	4.334	3.933
Depósitos judiciais		62	62
Imobilizado	11	162.644	160.019
Intangível	12	1.381	1.439
Total do ativo não circulante		**168.421**	**165.452**
Total do ativo		**256.494**	**173.151**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		3.903	896
Provisões	13	1.300	3.549
Financiamentos	14	4.115	3.819
Obrigações sociais e trabalhistas		154	103
Obrigações fiscais		258	224
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.026	278
Conta a pagar à partes relacionadas	9	231	139
Dividendos a pagar	9	3.984	2.828
Total do passivo circulante		**14.972**	**11.837**
Provisões	13	3.099	1.964
Financiamentos	14	34.318	36.261
Tributos diferidos		789	544
Total do passivo não circulante		**38.206**	**38.769**
Capital social		188.987	112.522
Reserva legal		2.377	1.538
Reserva de lucros		11.952	8.485
Total do patrimônio líquido	15	**203.316**	**122.545**
Total do passivo e patrimônio líquido		**256.494**	**173.151**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	30.296	27.376
Custo da geração de energia	17	(11.814)	(10.325)
Lucro operacional bruto		**18.482**	**17.051**
Despesas gerais e administrativas	17	(761)	(609)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(311)	(4)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**17.409**	**16.438**
Receitas financeiras	18	5.858	897
Despesas financeiras	18	(3.445)	(4.142)
Despesas financeiras líquidas		**2.413**	**(3.245)**
Resultado antes dos impostos		**19.822**	**13.193**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(3.044)	(1.278)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(4)	(6)
Lucro líquido do exercício		**16.775**	**11.908**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0888	0,1254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	16.775	11.908
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	16.775	11.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**112.522**	**943**	**13.436**	**-**	**126.901**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.908	11.908
Constituição da reserva legal	15.b	-	595	-	(595)	-
Dividendos	15.c	-	-	(13.436)	(2.828)	(16.264)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	8.485	(8.485)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**112.522**	**1.538**	**8.485**	**-**	**122.545**
Integralização de capital	15.a	76.465	-	-	-	76.465
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.775	16.775
Constituição da reserva legal	15.b	-	839	-	(839)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	(8.485)	(3.984)	(12.469)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	11.952	(11.952)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**188.987**	**2.377**	**11.952**	**-**	**203.316**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**16.775**	**11.908**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	7.646	6.829
Provisão ressarcimento de energia	16	3.485	4.053
Juros e variações monetárias	14	3.327	3.471
Amortização de custos de transação	14	37	37
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	3.044	1.278
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	4	6
		34.317	**27.582**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(123)	(261)
Adiantamento a fornecedores		-	(6)
Outros ativos		(21)	(5)
Partes relacionadas		92	76
Fornecedores		3.007	731
Provisões	13	(4.600)	(5.111)
Obrigações fiscais		(205)	(155)
Obrigações sociais e trabalhistas		51	52
Tributos diferidos		246	16
Caixa proveniente das atividades operacionais		**32.765**	**22.918**
Impostos pagos sobre o lucro		(2.062)	(1.072)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**30.703**	**21.846**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(10.213)	(348)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**(10.213)**	**(348)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(401)	(321)
Integralização de capital	15.a	76.465	-
Dividendos pagos	15.c	(11.313)	(15.598)
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(1.588)	(1.171)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(3.423)	(4.045)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**59.741**	**(21.135)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**80.231**	**363**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**4.695**	**4.332**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**84.926**	**4.695**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Nova Olinda Sul Solar S.A. ("Nova Olinda Sul" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Nova Olinda 14, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Nova Olinda Sul foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 11 de setembro de 2017 com a produção anual estimada de 8,8 MWm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Painel	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]
Nova Olinda Sul	30	LER 2015	JKM320PP-72-V	32	02/03/2016	02/03/2051	8,8	8,8	8,8

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 13 -** Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistema de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível - Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros - ***Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado

Desreconhecimento**: • Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

• Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*impairment*) - (i) *Ativos financeiros não-derivativos:* Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros: A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k.Mudança nas políticas contábeis materiais: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	17	8
Aplicações financeiras (i)	84.909	4.687
	84.926	**4.695**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i)Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber	2.992	2.870
	2.992	2.870

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2023	2022
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	231	139
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	3.984	2.828
	4.215	**2.967**

(a)Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	4.334	3.933
	4.334	**3.933**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Tx. anuais de depreciação	2023 Custo	2023 Depre. acumulada	2023 Saldo líquido	2022 Saldo líquido
Móveis e utensílios	10%	53	(13)	40	44
Equipamentos de informática	20%	20	(1)	19	-
Edif, obras civis e benfeitorias	2%	33.557	(6.341)	27.216	28.217
Sistema de geração	4%	155.818	(30.169)	125.649	121.182
Sistemas de transmissão e conexão	4%	12.207	(2.529)	9.678	10.186
Imobilizado em andamento		-	-	-	348
Peças de manutenção		42	-	42	42
		201.697	**(39.053)**	**162.644**	**160.019**

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2023

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023
Móveis e utensílios	53	-	-	-	53
Equipamentos de informática	-	-	-	20	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	33.557	-	-	-	33.557
Sistema de geração	145.281	10.207	-	330	155.818
Sistemas de transmissão e conexão	12.207	-	-	-	12.207
Imobilizado em andamento	348	2	-	(350)	-
Peças de manutenção	42	-	-	-	42
	191.488	**10.209**	**-**	**-**	**201.697**

Movimentação em 2022

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2022
Móveis e utensílios	-	-	-	53	53
Edificações, obras civis e benfeitorias	33.557	-	-	-	33.557
Sistema de geração	145.334	-	-	(53)	145.281
Sistemas de transmissão e conexão	12.207	-	-	-	12.207
Imobilizado em andamento	-	348	-	-	348
Peças de manutenção	42	-	-	-	42
	191.140	**348**	**-**	**-**	**191.488**

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2023

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023
Móveis e utensílios	(9)	(4)	-	-	(13)
Equipamentos de informática	-	(1)	-	-	(1)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(5.340)	(1.001)	-	-	(6.341)
Sistema de geração	(24.098)	(6.070)	-	-	(30.169)
Sistemas de transmissão e conexão	(2.021)	(507)	-	-	(2.529)
	(31.469)	**(7.584)**	**-**	**-**	**(39.053)**

Movimentação em 2022

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2022
Móveis e utensílios	-	(1)	-	(8)	(9)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(4.260)	(1.080)	-	-	(5.340)
Sistema de geração	(18.858)	(5.249)	-	8	(24.098)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.580)	(441)	-	-	(2.021)
	(24.698)	**(6.771)**	**-**	**-**	**(31.469)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Nova Olinda, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2023, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 8,35% a.a. (8,74% a.a. em 2022), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 - Intangível - Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01"). A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2022 Valor líquido	Adição	Amortização	2023 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	1.439	-	(58)	1.381
	1.439	**-**	**(58)**	**1.381**

	2021 Valor líquido	Adição	Amortização	2022 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	1.496	-	(58)	1.439
	1.496	**-**	**(58)**	**1.439**

13 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (*"constrained-off"*), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício. A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**5.313**
Constituição	4.053
Baixa	(5.111)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.255**
Constituição	3.485
Baixa	(4.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.139**

	2023	2022
Provisão para ressarcimento curto prazo	1.300	3.549
Provisão para ressarcimento longo prazo	1.840	706
	3.139	**4.255**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão está estimada em R$ 1.259 (R$ 1.259, em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Provisão para contingências - Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R$ 55 em 2023 (R$ 55 em 2022).

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2023	2022
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	38.864	40.547
Custo com captação			(430)	(467)
			38.434	**40.080**
Passivo circulante			4.115	3.819
Passivo não circulante			34.318	36.261

(a) Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 53.270, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2024	4.115
2025 a 2027	5.966
2028 a 2030	6.747
2031 a 2033	11.811
2034 a 2036	9.794
Total	**38.434**

14.1 Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	**40.080**	**41.789**
Pagamento de juros	(3.423)	(4.045)
Pagamento de principal	(1.588)	(1.171)
Despesas com juros	3.327	3.471
Custos de captação amortizados	37	37
Saldo final	**38.434**	**40.080**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

14.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apurou um índice anual igual ou superior a 1,40 conforme previsto em contrato junto ao BNB, e atendeu todas as condições referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 188.987 (R$ 112.522 em 2022), dividido em 188.844.654 ações ordinárias (94.925.786 em 2022), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	**2023**	**2022**
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	188.987	112.522

Em 30 de junho de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 76.465, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Controladora e controlador final

O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	16.775	11.908
Constituição de reserva legal - 5%	839	595

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	16.775	11.908
Apropriação à reserva legal (5%)	(839)	(595)
	15.936	11.313
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(3.984)	(2.828)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	(8.485)	(13.436)
Lucros retidos	**11.952**	**8.485**

(i) Em 25 de abril de 2023 e 03 de novembro de 2022 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores.

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

16 Receita líquida de venda de energia

	2023	2022
Receita bruta de venda de energia	35.061	32.619
Ressarcimento de energia (1)	(3.485)	(4.053)
(-) PIS / COFINS	(1.280)	(1.190)
	30.296	**27.376**

(1) Vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza

	2023	2022
Custo da geração de energia	(11.814)	(10.325)
Despesas gerais e administrativas	(761)	(609)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(311)	(4)
	(12.886)	**(10.938)**
Encargos de transmissão e conexão	(601)	(562)
Compra de energia	(124)	(113)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(67)	(40)
Despesa com pessoal	(1.060)	(848)
Serviços de terceiros	(1.441)	(74)
Depreciação	(7.646)	(6.829)
Arrendamento	-	(5)
Manutenção	(1.412)	(2.208)
Outras despesas administrativas	(216)	(250)
Outros	(321)	(10)
	(12.886)	**(10.938)**

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 135D-0DFA-4724-154F.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 135D-0DFA-4724-154F.

Notas explicativas - *Continuação*

18 Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas bancárias	(5)	(5)
IOF	-	(1)
Juros de financiamentos	(3.327)	(3.471)
Amortização do custo de captação	(37)	(37)
Juros e multas de mora	(3)	-
Custo de estruturação da dívida	(52)	(480)
Outras despesas financeiras	(20)	(149)
Total das despesas financeiras	**(3.445)**	**(4.142)**
Receita de aplicação financeira	5.854	897
Outras receitas financeiras	4	-
Total das receitas financeiras	**5.858**	**897**
Resultado financeiro líquido	**2.413**	**(3.245)**

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2023	2022
Receita com venda de energia (*)	34.937	32.346
Outras receitas	5.858	897
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	8.653	3.485
Base de cálculo CSLL 12% (*)	10.050	4.778
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	2.202	954
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	841	325
Imposto de renda e contribuição social correntes	**3.044**	**1.278**
Taxa efetiva	*16,27%*	*15,47%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**4**	**6**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**)O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a.Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	17	-	8	-
Aplicações financeiras	-	84.909	-	4.687
Contas a receber de clientes	2.992	-	2.870	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	4.334	-	3.933
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	3.903	-	896	-
Financiamentos (nota 14)	4.115	-	3.819	-
Partes relacionadas (nota 9)	4.215	-	2.967	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 14)	34.318	-	36.261	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

• **Caixa e bancos**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

•**Aplicações financeiras vinculadas:** Referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

•**Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo:**Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar.

(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Aplicações financeiras	84.909	4.687
Aplicações financeiras vinculadas	4.334	3.933
Contas a receber de clientes	2.992	2.870

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Financiamentos	38.434	40.080
Fornecedores	3.903	896

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2023	2022
Ativo		
Aplicações financeiras	84.909	4.687
Aplicações financeiras vinculadas	4.334	3.933
	89.243	**8.620**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	89.243	Redução do CDI (*)	7.798	5.198

(*)Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	8.620	Redução do CDI (*)	882	588

(*)Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da Nova Olinda Sul Solar S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Olinda Sul Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Olinda Sul Solar S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador
CRC PR - 077115/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 135D-0DFA-4724-154F.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 135D-0DFA-4724-154F.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/135D-0DFA-4724-154F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 135D-0DFA-4724-154F

Hash do Documento

8FAB567A24D1C802FC644ED16F29FD71FAB06CB9F53195F99A414DB4D2ED984F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/04/2024 00:04 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Jornal O DIA SP

PUBLICAÇÕES LEGAIS - 11

Edição Digital Certificada*Sábado a segunda-feira, 6, 7 e 8 de abril de 2024

Nova Olinda Norte Solar S.A.

CNPJ Nº 23.566.105/0001-08

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	164.510	8.520
Contas a receber de clientes	8	5.985	5.739
Despesas antecipadas		159	148
Adiantamentos a fornecedores		150	428
Tributos e contribuições a compensar		89	89
Outros ativos		679	304
Total do ativo circulante		**171.572**	**15.228**
Aplicações financeiras vinculadas	10	9.011	8.177
Imobilizado	11	334.384	331.156
Intangível	12	2.864	2.979
Total do ativo não circulante		**346.259**	**342.312**
Total do ativo		**517.831**	**357.540**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		6.594	1.927
Provisões	13	825	9.216
Financiamentos	14	8.263	8.269
Obrigações sociais e trabalhistas		309	207
Obrigações fiscais		425	346
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.972	563
Conta a pagar à partes relacionadas	9	463	278
Dividendos a pagar	9	7.994	10.889
Total do passivo circulante		**26.845**	**31.695**
Provisões	13	5.989	3.613
Financiamentos	14	70.710	74.531
Tributos diferidos		4.055	2.569
Total do passivo não circulante		**80.754**	**80.712**
Capital social		381.582	227.209
Reserva legal		4.669	2.986
Reserva de lucros		23.981	14.938
Total do patrimônio líquido	**15**	**410.232**	**245.133**
Total do passivo e patrimônio líquido		**517.831**	**357.540**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	62.791	53.237
Custo da geração de energia	17	(24.415)	(21.740)
Lucro operacional bruto		**38.376**	**31.497**
Despesas gerais e administrativas	17	(1.510)	(1.172)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(1.606)	(149)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**35.260**	**30.176**
Receitas financeiras	18	11.331	1.723
Despesas financeiras	18	(6.945)	(8.361)
Resultado financeiro líquido		**4.386**	**(6.638)**
Resultado antes dos impostos		**39.646**	**23.539**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(5.981)	(2.560)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(8)	(13)
Lucro líquido do exercício		**33.657**	**20.965**
Resultado por ação ordinária - básico ediluído (em reais)		0,0882	0,0988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.657	20.965
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	33.657	20.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**227.209**	**1.938**	**27.619**	**-**	**256.766**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.965	20.965
Constituição da reserva legal	15b	-	1.048	-	(1.048)	-
Dividendos	15c	-	-	(27.619)	(4.979)	(32.598)
Reserva de lucros	15c	-	-	14.937	(14.937)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**227.209**	**2.986**	**14.937**	**-**	**245.133**
Integralização de capital	15a	154.373	-	-	-	154.373
Lucro líquido do exercício		-	-	-	33.657	33.657
Constituição da reserva legal	15b	-	1.683	-	(1.683)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	(14.937)	(7.994)	(22.931)
Reserva de lucros	15.c	-	-	23.980	(23.980)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**381.582**	**4.669**	**23.981**	**-**	**410.232**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**33.657**	**20.965**
Ajustes para:			
Depreciação	11	15.820	14.118
Juros e variações monetárias	14	6.809	7.141
Amortização de custos de transação	14	37	37
Provisão ressarcimento de energia	16	4.781	9.638
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	5.981	2.560
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	8	13
		67.093	**54.473**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(245)	(502)
Tributos e contribuições a compensar		-	(2)
Outros ativos		(375)	(304)
Adiantamentos a fornecedores		278	(420)
Despesas antecipadas		(12)	43
Partes relacionadas		185	151
Fornecedores		4.667	1.871
Provisões	13	(10.796)	(9.250)
Obrigações fiscais		(386)	(302)
Obrigações sociais e trabalhistas		102	104
Tributos diferidos		1.487	32
Caixa proveniente das atividades operacionais		**61.998**	**45.893**
Impostos pagos sobre o lucro		(4.114)	(2.202)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**57.884**	**43.690**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(18.933)	(3.767)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(18.933)**	**(3.767)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(834)	(740)
Integralização (redução) de capital	15.a	154.373	-
Dividendos pagos	15.c	(25.827)	(26.188)
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(3.646)	(2.601)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(7.027)	(8.350)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**117.040**	**(37.879)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**155.990**	**2.045**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**8.520**	**6.475**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**164.510**	**8.520**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Nova Olinda Norte Solar S.A. ("Nova Olinda Norte" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Nova Olinda 8 e 9, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Nova Olinda Norte foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 09 de dezembro de 2017 com a produção anual estimada de 17,6 MWm (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Painel	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]
Nova Olinda Norte	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	50/51	04/03/2016	04/03/2051	17,6	17,6	17,6

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (Impairment do ativo imobilizado);
• **Nota explicativa nº 13 -** Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistema de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível - Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros - ***Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado

***Desreconhecimento*: • Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

• Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*impairment*) - (i) *Ativos financeiros não-derivativos:* Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros: A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mudança nas principais políticas contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06);• Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	28	27
Aplicações financeiras (i)	164.482	8.493
	164.510	**8.520**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i)Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber	5.985	5.739
	5.985	**5.739**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2023	2022
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	463	278
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	7.994	10.889
	8.457	**11.167**

(a)Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	9.011	8.177
	9.011	**8.177**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Tx. anuais de depreciação	2023 Custo	2023 Depre. acumulada	2023 Saldo líquido	2022 Saldo líquido
Veículos	20%	445	(445)	-	193
Equipamentos de informática	20%	20	-	20	-
Edif, obras civis e benfeitorias	2%	77.264	(14.478)	62.786	65.095
Sistema de geração	4%	307.502	(58.537)	248.965	238.305
Sistemas de transmissão e conexão	4%	28.421	(5.862)	22.559	23.742
Peças de manutenção		55	-	55	55
Imobilizado em andamento		-	-	-	3.767
		413.706	**(79.322)**	**334.384**	**331.156**

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2023

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023
Veículos	445	-	-	-	445
Equipamentos de informática	-	-	-	20	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	77.264	-	-	-	77.264
Sistema de geração	284.822	18.931	-	3.748	307.502
Sistemas de transmissão e conexão	28.421	-	-	-	28.421
Peças de manutenção	55	-	-	-	55
Imobilizado em andamento	3.767	2	-	(3.768)	-
	394.773	**18.933**	**-**	**-**	**413.706**

Movimentação em 2022

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2022
Veículos	445	-	-	-	445
Edif , obras civis e benfeitorias	77.264	-	-	-	77.264
Sistema de geração	284.822	-	-	-	284.822
Sistemas de transmissão e conexão	28.421	-	-	-	28.421
Peças de manutenção	55	-	-	-	55
Imobilizado em andamento	-	3.767	-	-	3.767
	391.007	**3.767**	**-**	**-**	**394.773**

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2023

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023
Veículos	(252)	(193)	-	-	(445)
Edif, obras civis e benfeitorias	(12.169)	(2.309)	-	-	(14.478)
Sistema de geração	(46.517)	(12.020)	-	-	(58.537)
Sistemas de transmissão e conexão	(4.679)	(1.183)	-	-	(5.862)
	(63.617)	**(15.705)**	**-**	**-**	**(79.322)**

Movimentação em 2022

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2022
Veículos	(37)	(215)	-	-	(252)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(9.693)	(2.476)	-	-	(12.169)
Sistema de geração	(36.229)	(10.289)	-	-	(46.517)
Sistemas de transmissão e conexão	(3.655)	(1.024)	-	-	(4.679)
	(49.614)	**(14.003)**	**-**	**-**	**(63.617)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Nova Olinda, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2023, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 8,35% a.a. (8,74% a.a. em 2022), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 - Intangível - Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01"). A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2022 Valor líquido	Adição	Amortização	2023 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	2.979	-	(115)	2.864
	2.979	**-**	**(115)**	**2.864**

	2021 Valor líquido	Adição	Amortização	2022 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.094	-	(115)	2.979
	3.094	**-**	**(115)**	**2.979**

13 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (*"constrained-off"*), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício. A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**9.923**
Constituição	9.638
Baixa	(9.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**10.311**
Constituição	4.781
Baixa	(10.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.296**

	2023	2022
Provisão para ressarcimento curto prazo	825	9.216
Provisão para ressarcimento longo prazo	3.471	1.095
	4.296	**10.311**

Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão está estimada em R$ 2.518 (R$ 2.518 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Provisão para contingências - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2023	2022
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	79.403	83.266
Custo com captação			(430)	(467)
			78.973	**82.800**
Passivo circulante			8.263	8.269
Passivo não circulante			70.710	74.531

(a) Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 106.541, com vencimento final para agosto de 2035.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2024	8.263
2025 a 2027	12.082
2028 a 2030	14.152
2031 a 2033	24.297
2034 a 2036	20.179
Total	**78.973**

14.1 Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	**82.800**	**86.572**
Pagamento de juros	(7.027)	(8.350)
Pagamento de principal	(3.646)	(2.601)
Despesas com juros	6.809	7.141
Custos de captação amortizados	37	37
Saldo final	**78.973**	**82.800**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

14.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apurou um índice anual igual ou superior a 1,40 conforme previsto em contrato junto ao BNB, e atendeu todas as condições referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 381.582 (R$ 227.209 em 2022), dividido em 381.433.639 ações ordinárias (212.127.597 em 2022), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	2023	2022
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	381.582	227.209

Em 30 de junho de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 154.373, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Controladora e controlador final

O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.657	20.965
Constituição de reserva legal - 5%	1.683	1.048

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.657	20.965
Apropriação à reserva legal (5%)	(1.683)	(1.048)
	31.974	**19.917**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(7.994)	(4.979)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	(14.937)	(27.619)
Lucros retidos	**23.980**	**14.937**

(i) Em 25 de abril de 2023 e 03 de novembro de 2022 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

16 Receita líquida de venda de energia

	2023	2022
Receita bruta de venda de energia	70.132	65.256
Ressarcimento de energia (1)	(4.781)	(9.638)
(-) PIS / COFINS	(2.560)	(2.381)
	62.791	**53.237**

(1) Vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza

	2023	2022
Custo da geração de energia	(24.415)	(21.740)
Despesas gerais e administrativas	(1.510)	(1.172)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.606)	(149)
	(27.531)	**(23.061)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.199)	(1.118)
Compra de energia	(248)	(226)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(133)	(64)
Despesa com pessoal	(2.120)	(1.696)
Serviços de terceiros	(3.322)	(223)
Depreciação	(15.820)	(14.118)
Arrendamento	-	(5)
Manutenção	(2.331)	(4.938)
Materiais	(299)	-
Outras despesas administrativas	(439)	(517)
Outros	(1.620)	(155)
	(27.531)	**(23.061)**

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AF62-9243-8EA5-9E30.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AF62-9243-8EA5-9E30.

Notas explicativas - *Continuação*

18 Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas bancárias	(6)	(6)
IOF	(10)	(7)
Juros de financiamentos	(6.809)	(7.141)
Amortização do custo de captação	(37)	(37)
Juros e multas de mora	(6)	(1)
Custo de estruturação da dívida	(56)	(989)
Outras despesas financeiras	(21)	(180)
Total das despesas financeiras	**(6.945)**	**(8.361)**
Receita de aplicação financeira	11.323	1.722
Outras receitas financeiras	8	1
Total das receitas financeiras	**11.331**	**1.723**
Resultado financeiro líquido	**4.386**	**(6.638)**

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2023	2022
Receita com venda de energia (*)	69.886	64.705
Outras receitas	11.331	1.723
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	16.922	6.900
Base de cálculo CSLL 12% (*)	19.717	9.488
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	4.313	1.893
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	1.668	668
Imposto de renda e contribuição social correntes	**5.981**	**2.560**
Taxa efetiva	*16,32%*	*15,62%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**8**	**13**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**)O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a.Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	28	-	27	-
Aplicações financeiras	-	164.482	-	8.493
Contas a receber de clientes	5.985	-	5.739	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	9.011	-	8.177
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	6.594	-	1.927	-
Financiamentos (nota 14)	8.263	-	8.269	-
Partes relacionadas (nota 9)	8.457	-	11.167	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 14)	70.710	-	74.531	-

• **Caixa e bancos**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

•**Aplicações financeiras vinculadas:** Referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

•**Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo:**Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar.

(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Aplicações financeiras	164.482	8.493
Aplicações financeiras vinculadas	9.011	8.177
Contas a receber de clientes	5.985	5.739

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Financiamentos	78.973	82.800
Fornecedores	6.594	1.927

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2023	2022
Ativo		
Aplicações financeiras	164.482	8.493
Aplicações financeiras vinculadas	9.011	8.177
	173.493	**16.670**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	173.493	Redução do CDI (*)	15.159	10.106

(*)Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	16.670	Redução do CDI (*)	1.706	1.138

(*)Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da Nova Olinda Norte Solar S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Olinda Norte Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Olinda Norte Solar S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador
CRC PR - 077115/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AF62-9243-8EA5-9E30.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AF62-9243-8EA5-9E30.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/AF62-9243-8EA5-9E30 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: AF62-9243-8EA5-9E30

Hash do Documento

97D1EA12E81BFBC84BF3DEE47E8B9E91C9D280DA55F0A7E8523AF45B12A40935

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/04/2024 00:04 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Nova Lapa Solar S.A.

CNPJ Nº 23.509.564/0001-50

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	242.750	34.370
Contas a receber de clientes	8	5.937	5.693
Despesas antecipadas		484	305
Adiantamentos a fornecedores		886	927
Tributos e contribuições a compensar		5	5
Outros ativos		1.168	1.333
Total do ativo circulante		**251.229**	**42.633**
Aplicações financeiras vinculadas	10	6.751	6.126
Depósitos judiciais		51	51
Imobilizado	11	313.730	329.303
Intangível	12	1.576	1.639
Total do ativo não circulante		**322.107**	**337.118**
Total do ativo		**573.336**	**379.751**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		2.066	3.780
Provisões	13	2.113	-
Financiamentos	14	6.624	6.138
Obrigações sociais e trabalhistas		289	193
Obrigações fiscais		274	326
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.562	756
Contas a pagar à partes relacionadas	9	432	260
Dividendos a pagar	9	9.170	8.274
Total do passivo circulante		**23.530**	**19.728**
Provisões	13	5.397	2.665
Financiamentos	14	56.155	58.464
Provisão para contingências		2	2
Tributos diferidos		398	381
Total do passivo não circulante		**61.951**	**61.512**
Capital social		389.887	229.983
Reserva legal		6.424	4.494
Reserva de lucros		91.543	64.034
Total do patrimônio líquido	15	**487.855**	**298.511**
Total do passivo e patrimônio líquido		**573.336**	**379.751**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	61.825	65.782
Custo da geração de energia	17	(24.221)	(25.496)
Lucro operacional bruto		**37.605**	**40.286**
Despesas gerais e administrativas	17	(1.651)	(1.384)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(162)	3.181
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**35.791**	**42.082**
Receitas financeiras	18	17.450	1.993
Despesas financeiras	18	(6.508)	(6.565)
Despesas financeiras líquidas		**10.942**	**(4.573)**
Resultado antes dos impostos		**46.733**	**37.510**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(8.117)	(2.659)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(8)	(14)
Lucro líquido do exercício		**38.609**	**34.837**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,1146	0,1611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	38.609	34.837
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	38.609	34.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**229.983**	**2.752**	**39.214**	**-**	**271.948**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	34.837	34.837
Constituição de reserva legal	15.b	-	1.742	-	(1.742)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(8.274)	(8.274)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	24.821	(24.821)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**229.983**	**4.493**	**64.035**	**-**	**298.511**
Integralização de capital	15.a	159.904	-	-	-	159.904
Lucro líquido do exercício		-	-	-	38.609	38.609
Constituição de reserva legal	15.b	-	1.930	-	(1.930)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(9.170)	(9.170)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	27.509	(27.509)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**389.887**	**6.424**	**91.543**	**-**	**487.855**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**38.609**	**34.837**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	15.759	13.894
Provisão ressarcimento de energia	16	5.112	(3.460)
Juros e variações monetárias	14	5.408	5.538
Amortização de custos de transação	14	58	58
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	8.117	2.659
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	8	14
		73.071	**53.540**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(244)	(521)
Depósito judicial		-	30
Despesas antecipadas		(179)	(174)
Adiantamentos a fornecedores		42	590
Outros ativos		165	(1.229)
Partes relacionadas		172	(4.365)
Fornecedores		(1.714)	1.978
Provisões	13	(267)	(5.324)
Obrigações fiscais		(834)	(235)
Obrigações sociais e trabalhistas		96	97
Tributos diferidos		8	33
Caixa proveniente das atividades operacionais		**70.317**	**44.420**
Impostos pagos sobre o lucro		(5.529)	(2.164)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**64.787**	**42.256**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(123)	415
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**(123)**	**415**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(625)	(544)
Integralização de capital	15.a	159.904	-
Dividendos pagos	15.c	(8.273)	(3.399)
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(1.753)	(1.102)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(5.536)	(5.618)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**143.716**	**(10.663)**
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**208.381**	**32.008**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**34.370**	**2.362**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**242.750**	**34.370**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Nova Lapa Solar S.A. ("Nova Lapa" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Lapa 2 e 3, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Nova Lapa foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 30 de junho de 2017 com a produção anual estimada de 17,4 MWm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Painel	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]
Nova Lapa	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	28/29	10/03/2016	10/03/2051	17,4	17,4	17,4

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);

• **Nota explicativa nº 13 -** Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível - Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado

***Desreconhecimento*: • Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Valor recuperável de ativos (*impairment*) - (i) *Ativos financeiros não-derivativos:* Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros: A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Mudança nas políticas contábeis materiais: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	33	38
Aplicações financeiras (i)	242.717	34.332
	242.750	**34.370**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i)Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber	5.937	5.693
	5.937	**5.693**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2023	2022
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	432	260
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	9.170	8.274
	9.602	**8.534**

(a)Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	6.751	6.126
	6.751	**6.126**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Tx. anuais de depreciação	2023 Custo	2023 Depre. acumulada	2023 Saldo líquido	2022 Saldo líquido
Móveis e utensílios	10%	204	(120)	84	92
Veículos	20%	231	(231)	-	-
Equipamentos de informática	20%	51	(10)	42	-
Edif, obras civis e benfeitorias	2%	80.873	(15.939)	64.934	67.295
Sistema de geração	4%	278.951	(61.545)	217.406	222.200
Sistemas de transmissão e conexão	4%	36.036	(4.835)	31.200	32.885
Peças de manutenção		64	-	64	64
Imobilizado em andamento		-	-	-	6.766
		396.410	**(82.680)**	**313.730**	**329.303**

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2023	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023
Móveis e utensílios	204	-	-	-	204
Veículos	231	-	-	-	231
Equipamentos de informática	3	28	-	20	51
Edificações, obras civis e benfeitorias	80.829	44	-	-	80.873
Sistema de geração	272.155	48	-	6.748	278.951
Sistemas de transmissão e conexão	36.034	8	(7)	-	36.036
Peças de manutenção	64	-	-	-	64
Imobilizado em andamento	6.766	2	-	(6.768)	-
	396.287	**130**	**(7)**	**-**	**396.410**

Movimentação em 2022	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2022
Móveis e utensílios	-	-	-	204	204
Veículos	366	-	(135)	-	231
Equipamentos de informática	181	-	-	(178)	3
Edificações, obras civis e benfeitorias	80.829	-	-	-	80.829
Sistema de geração	273.037	-	(856)	(26)	272.155
Sistemas de transmissão e conexão	36.022	12	-	-	36.034
Peças de manutenção	64	-	-	-	64
Imobilizado em andamento	6.357	410	-	-	6.766
	396.857	**422**	**(992)**	**-**	**396.287**

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2023	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023
Móveis e utensílios	(112)	(8)	-	-	(120)
Veículos	(231)	-	-	-	(231)
Equipamentos de informática	(3)	(7)	-	-	(10)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13.534)	(2.405)	-	-	(15.939)
Sistema de geração	(49.955)	(11.590)	-	-	(61.545)
Sistemas de transmissão e conexão	(3.150)	(1.685)	-	-	(4.835)
	(66.984)	**(15.695)**	**-**	**-**	**(82.680)**

Movimentação em 2022	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2022
Móveis e utensílios	-	(2)	-	(110)	(112)
Veículos	(114)	(117)	-	-	(231)
Equipamentos de informática	(57)	(51)	-	105	(3)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(10.942)	(2.592)	-	-	(13.534)
Sistema de geração	(40.401)	(9.712)	154	5	(49.955)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.793)	(1.356)	-	-	(3.150)
	(53.308)	**(13.831)**	**154**	**-**	**(66.984)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Nova Olinda, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2023, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 8,35% a.a. (8,74% a.a. em 2022), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 - Intangível - Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01"). A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2022 Valor líquido	Adição	Amortização	2023 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	1.639	-	(63)	1.576
	1.639	**-**	**(63)**	**1.576**

	2021 Valor líquido	Adição	Amortização	2022 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	1.702	-	(63)	1.639
	1.702	**-**	**(63)**	**1.639**

13 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (*"constrained-off"*), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("*constrained-off*") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "*constrained-off*" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício. A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.931**
Reversão	(3.460)
Baixa	(5.324)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**147**
Constituição	5.112
Baixa	(267)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.992**

	2023	2022
Provisão para ressarcimento curto prazo	2.113	-
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.879	147
	4.992	**147**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão está estimada em R$ 2.518 (R$ 2.518, em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Provisão para contingências - Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R$ 15 em 2023 (R$ 32 em 2022).

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2023	2022
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/09/2035	63.456	65.338
Custo com captação			(677)	(735)
			62.779	**64.603**
Passivo circulante			6.624	6.138
Passivo não circulante			56.155	58.464

(a) Em 04 de setembro de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 96.735, com vencimento final para setembro de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2024	6.624
2025 a 2027	8.165
2028 a 2030	9.557
2031 a 2033	19.203
2034 a 2036	19.229
Total	**62.779**

14.1 Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	**64.603**	**65.727**
Pagamento de juros	(5.536)	(5.618)
Pagamento de principal	(1.753)	(1.102)
Despesas com juros	5.408	5.538
Custos de captação amortizados	58	58
Saldo final	**62.779**	**64.603**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 389.887 (R$ 229.983 em 2022) dividido em 336.938.733 ações ordinárias (216.271.993 em 2022), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	2023	2022
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	389.887	229.983

Em 30 de junho de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 159.904, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Controladora e controlador final

O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	38.609	34.837
Constituição de reserva legal - 5%	1.930	1.742

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	38.609	34.837
Apropriação à reserva legal (5%)	(1.930)	(1.742)
	36.679	33.095
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(9.170)	(8.274)
Lucros retidos	**27.509**	**24.821**

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

16 Receita líquida de venda de energia

	2023	2022
Receita bruta de venda de energia	69.560	64.711
Ressarcimento de energia (1)	(5.112)	3.460
(-) PIS / COFINS	(2.623)	(2.389)
	61.825	**65.782**

(1) Vide nota explicativa 13(i).

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5BA2-3AA3-41E9-8DA3.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5BA2-3AA3-41E9-8DA3.

Notas explicativas - *Continuação*

17 Gastos por natureza

	2023	2022
Custo da geração de energia	(24.221)	(25.496)
Despesas gerais e administrativas	(1.651)	(1.384)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(162)	3.181
	(26.034)	**(23.699)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.264)	(1.180)
Compra de energia	(249)	(3.365)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(61)	(56)
Despesa com pessoal	(2.017)	(1.658)
Serviços de terceiros	(2.107)	(787)
Depreciação	(15.759)	(13.894)
Manutenção	(3.441)	(5.104)
Aluguel	-	(1)
Materiais	(371)	(99)
Outras despesas administrativas	(584)	(662)
Viagens e estadias	(8)	(6)
Outros	(173)	3.114
	(26.034)	**(23.699)**

18 Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas bancárias	(6)	(6)
IOF	-	(7)
Juros de financiamentos	(5.408)	(5.538)
Amortização do custo de captação	(58)	(58)
Juros e multas de mora	(4)	(4)
Custo de estruturação da dívida	(922)	(950)
Outras despesas financeiras	(110)	(2)
Total das despesas financeiras	**(6.508)**	**(6.565)**
Receita de aplicação financeira	17.450	1.992
Outras receitas financeiras	-	1
Total das receitas financeiras	**17.450**	**1.993**
Resultado financeiro líquido	**10.942**	**(4.573)**

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2023	2022
Receita com venda de energia (*)	71.601	64.918
Outras receitas	17.450	1.998
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	23.185	7.191
Base de cálculo CSLL 12% (*)	26.049	9.788
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	5.822	1.963
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	2.294	696
Imposto de renda e contribuição social correntes	**8.117**	**2.659**
Taxa efetiva	*16,49%*	*15,66%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**8**	**14**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.
(**)O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a.Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	33	-	38	-
Aplicações financeiras	-	242.717	-	34.332
Contas a receber de clientes	5.937	-	5.693	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	6.751	-	6.126
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.066	-	3.780	-
Financiamentos (nota 14)	6.624	-	6.138	-
Partes relacionadas (nota 9)	9.602	-	8.534	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 14)	56.155	-	58.464	-

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

• **Caixa e bancos**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** Referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar.

(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Aplicações financeiras	242.717	34.332
Aplicações financeiras vinculadas	6.751	6.126
Contas a receber de clientes	5.937	5.693

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Financiamentos	62.779	64.603
Fornecedores	2.066	3.780

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2023	2022
Ativo		
Aplicações financeiras	242.717	34.332
Aplicações financeiras vinculadas	6.751	6.126
	249.468	**40.458**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	249.468	Redução do CDI (*)	21.797	14.532

(*)Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	40.458	Redução do CDI (*)	4.142	2.761

(*)Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da Nova Lapa Solar S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Lapa Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Lapa Solar S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador
CRC PR - 077115/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5BA2-3AA3-41E9-8DA3.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5BA2-3AA3-41E9-8DA3.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5BA2-3AA3-41E9-8DA3 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5BA2-3AA3-41E9-8DA3

Hash do Documento

82F25DF60D4C66AC8B83D36438096CB130CACC55CA6DF1A2DEBF583EDA0190BA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/04/2024 é(são) :

- ☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 08/04/2024 11:23 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Bom Jesus da Lapa Solar S.A

CNPJ Nº 23.266.854/0001-10

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	161.168	4.929
Contas a receber de clientes	8	5.751	5.518
Provisões	14	-	2.891
Despesas antecipadas		205	204
Adiantamento a fornecedores		933	1.072
Tributos e contribuições a compensar		19	22
Outros ativos		1.903	1.668
Total do ativo circulante		**169.977**	**16.304**
Aplicações financeiras vinculadas	10	9.073	8.233
Imobilizado	11	315.749	327.341
Intangível	12	3.368	3.470
Ativo de direito de uso	13	1.650	1.737
Total do ativo não circulante		**329.839**	**340.781**
Total do ativo		**499.816**	**357.085**

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores		5.347	2.351
Provisões	14	2.942	-
Financiamentos	15	5.644	5.579
Obrigações sociais e trabalhistas		295	198
Obrigações fiscais		416	490
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.870	597
Contas a pagar à partes relacionadas	9	442	266
Passivo de arrendamento mercantil	13	36	36
Dividendos a pagar	9	5.583	26.295
Total do passivo circulante		**22.576**	**35.811**
Provisões	14	4.310	2.518
Financiamentos	15	59.279	61.224
Passivo de arrendamento mercantil	13	1.886	1.926
Tributos diferidos		385	369
Total do passivo não circulante		**65.860**	**66.037**
Capital social		389.588	233.128
Reserva legal		5.043	3.868
Reserva de lucros		16.750	18.242
Total do patrimônio líquido	16	**411.381**	**255.238**
Total do passivo e patrimônio líquido		**499.816**	**357.085**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	17	60.903	67.601
Custo da geração de energia	18	(34.939)	(32.131)
Lucro operacional bruto		**25.964**	**35.469**
Despesas gerais e administrativas	18	(1.705)	(1.388)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(191)	(496)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**24.068**	**33.586**
Receitas financeiras	19	11.513	1.497
Despesas financeiras	19	(5.954)	(7.008)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**5.559**	**(5.510)**
Resultado antes dos impostos		**29.626**	**28.075**
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(6.111)	(2.459)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(7)	(14)
Lucro líquido do exercício		**23.509**	**25.603**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0618	0,1187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	23.509	25.603
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	23.509	25.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**233.128**	**2.587**	**36.871**	**-**	**272.586**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	25.603	25.603
Constituição de reserva legal	16.b	-	1.280	-	(1.280)	-
Dividendos	16.c	-	-	(36.871)	(6.081)	(42.951)
Constituição de reserva de lucros	16.c	-	-	18.242	(18.242)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**233.128**	**3.867**	**18.242**	**-**	**255.237**
Integralização de capital	16.a	156.460	-	-	-	156.460
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.509	23.509
Constituição de reserva legal	16.b	-	1.175	-	(1.175)	-
Dividendos	16.c	-	-	(18.242)	(5.584)	(23.826)
Constituição de reserva de lucros	16.c	-	-	16.750	(16.750)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**389.588**	**5.043**	**16.750**	**-**	**411.381**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**23.509**	**25.603**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	15.718	13.884
Juros e variações monetárias	15	5.574	5.771
Amortização de custos de transação	15	58	58
Juros de arrendamentos	13	165	168
Provisão ressarcimento de energia	17	3.816	(7.262)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	6.111	2.459
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	7	14
		54.958	**40.694**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(232)	(508)
Tributos e contribuições a compensar		3	(3)
Despesas antecipadas		(1)	(80)
Adiantamentos a fornecedores		139	504
Outros ativos		(234)	(1.661)
Partes relacionadas		176	145
Fornecedores		2.996	1.698
Provisões	14	3.809	1.654
Obrigações fiscais		(604)	(202)
Obrigações sociais e trabalhistas		98	100
Tributos diferidos		9	32
Caixa proveniente das atividades operacionais		**61.116**	**42.371**
Impostos pagos sobre o lucro		(4.307)	(2.093)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**56.809**	**40.278**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(3.936)	(8.952)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(3.936)**	**(8.952)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Arrendamentos	13	(205)	(204)
Aplicações financeiras vinculadas	10	(840)	(2.297)
Integralização de capital	16.a	156.460	-
Dividendos pagos	16.c	(44.537)	(18.776)
Pagamento de principal sobre financiamentos	15	(1.828)	(1.885)
Pagamento de juros sobre financiamentos	15	(5.683)	(6.753)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**103.367**	**(29.914)**
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**156.239**	**1.412**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**4.929**	**3.517**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**161.168**	**4.929**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Bom Jesus da Lapa Solar S.A. ("Bom Jesus da Lapa" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Bom Jesus da Lapa I e II, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Bom Jesus da Lapa foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 29 de junho de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 30 de junho de 2017 com a produção anual estimada de 16,8 MWm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Painel	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]
Bom Jesus da Lapa	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	242/243	02/03/2016	02/03/2051	16,8	16,8	16,8

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa n° 14 -** Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível - Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, o CPC 06(R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado

***Desreconhecimento*: • Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

• Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Valor recuperável de ativos (*impairment*) - (i) *Ativos financeiros não-derivativos:* Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros: A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mudança nas políticas contábeis materiais: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06);• Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	27	11
Aplicações financeiras (i)	161.141	4.918
	161.168	**4.929**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i)Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber	5.751	5.518
	5.751	**5.518**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante	2023	2022
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	442	266
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	5.583	26.295
	6.025	**26.561**

(a)Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	9.073	8.233
	9.073	**8.233**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 15). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Tx. anuais de depreciação	2023 Custo	2023 Depre. acumulada	2023 Saldo líquido	2022 Saldo líquido
Móveis e utensílios	10%	71	(26)	44	48
Equipamentos de informática	20%	42	(2)	39	-
Edif, obras civis e benfeitorias	2%	79.718	(15.610)	64.109	66.467
Sistema de geração	4%	316.708	(65.880)	250.829	253.309
Peças de manutenção		728	-	728	728
Imobilizado em andamento		-	-	-	6.789
		397.267	**(81.518)**	**315.749**	**327.341**

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2023

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023
Móveis e utensílios	71	-	-	-	71
Equipamentos de informática	-	22	-	20	42
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.718	-	-	-	79.718
Sistema de geração	306.025	3.913	-	6.770	316.708
Peças de manutenção	728	-	-	-	728
Imobilizado em andamento	6.789	2	-	(6.790)	-
	393.331	**3.936**	**-**	**-**	**397.267**

Movimentação em 2022

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2022
Móveis e utensílios	-	-	-	71	71
Equipamentos de informática	100	-	-	(100)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.718	-	-	-	79.718
Sistema de geração	303.777	2.164	-	84	306.025
Peças de manutenção	728	-	-	-	728
Imobilizado em andamento	55	6.789	-	(55)	6.789
	384.378	**8.952**	**-**	**-**	**393.331**

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2023

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023
Móveis e utensílios	(22)	(4)	-	-	(26)
Equipamentos de informática	-	(2)	-	-	(2)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13.251)	(2.358)	-	-	(15.610)
Sistema de geração	(52.717)	(13.163)	-	-	(65.880)
	(65.990)	**(15.528)**	**-**	**-**	**(81.518)**

Movimentação em 2022

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2022
Móveis e utensílios	-	(1)	-	(21)	(22)
Equipamentos de informática	(6)	(93)	-	100	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	(10.699)	(2.552)	-	-	(13.251)
Sistema de geração	(41.625)	(11.013)	-	(79)	(52.717)
	(52.330)	**(13.660)**	**-**	**-**	**(65.990)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Nova Olinda, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2023, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 8,35% a.a. (8,74% a.a. em 2022), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 - Intangível - Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01"). A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2022 Valor líquido	Adição	Amortização	2023 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.470	-	(102)	3.368
	3.470	**-**	**(102)**	**3.368**

	2021 Valor líquido	Adição	Amortização	2022 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.607	-	(137)	3.470
	3.607	**-**	**(137)**	**3.470**

13 Arrendamentos

Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 2022	Amortização	Saldo em 2023
Terras e terrenos	9%	1.737	(87)	1.650
		1.737	**(87)**	**1.650**

Passivo de arrendamento

	Saldo em 2022	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2023
Terras e terrenos	1.962	(205)	165	1.922
	1.962	**(205)**	**165**	**1.922**

14 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (*"constrained-off"*), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("*constrained-off*") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "*constrained-off*" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício. A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.717**
Reversão	(7.262)
Recebimento	1.654
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(2.891)**
Constituição	3.816
Recebimento	3.809
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.734**

	2023	2022
Ativo		
Provisão para ressarcimento curto prazo	-	(2.891)
	-	**(2.891)**
Passivo		
Provisão para ressarcimento curto prazo	2.942	-
Provisão para ressarcimento longo prazo	1.792	-
	4.734	**-**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão está estimada em R$ 2.518 (R$ 2.518, em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Provisão para contingências - Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R$ 248 em 2023 (R$ 42 em 2022).

15 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2023	2022
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/09/2035	65.597	67.535
Custo com captação			(674)	(732)
			64.923	**66.803**
Passivo circulante			5.644	5.579
Passivo não circulante			59.279	61.224

(a) Em 04 de setembro de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 95.790, com vencimento final para setembro de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2024	5.644
2025 a 2027	8.219
2028 a 2030	12.773
2031 a 2033	20.921
2034 a 2036	17.367
Total	**64.923**

15.1 Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	**66.803**	**69.612**
Pagamento de juros	(5.683)	(6.753)
Pagamento de principal	(1.828)	(1.885)
Despesas com juros	5.574	5.771
Custos de captação amortizados	58	58
Saldo final	**64.923**	**66.803**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

15.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

15.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apurou um índice anual igual ou superior a 1,40 conforme previsto em contrato junto ao BNB, e atendeu todas as condições referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

15.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4EEB-397D-95FC-F33E.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4EEB-397D-95FC-F33E.

Notas explicativas - *Continuação*

389.588 (R$ 233.128 em 2022) dividido em 380.414.543 ações ordinárias (215.707.989 em 2022), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	**2023**	**2022**
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	389.588	233.128

Em 30 de junho de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 156.460, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Controladora e controlador final

O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2023	**2022**
Lucro líquido do exercício	23.509	25.603
Constituição de reserva legal - 5%	1.175	1.280

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2023	**2022**
Lucro líquido do exercício	23.509	25.603
Apropriação à reserva legal (5%)	(1.175)	(1.280)
	22.334	24.323
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(5.584)	(6.081)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	(18.242)	(36.871)
Lucros retidos	**16.750**	**18.242**

(i) Em 25 de abril de 2023 e 03 de novembro de 2022 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores.

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

17 Receita líquida de venda de energia

	2023	**2022**
Receita bruta de venda de energia	67.359	62.686
Ressarcimento de energia (1)	(3.816)	7.262
(-) PIS / COFINS	(2.640)	(2.347)
	60.903	**67.601**

(1) Vide nota explicativa 14(i).

18 Gastos por natureza

	2023	**2022**
Custo da geração de energia	(34.939)	(32.131)
Despesas gerais e administrativas	(1.705)	(1.388)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(191)	(496)
	(36.835)	**(34.015)**
Encargos de transmissão e conexão	(3.906)	(3.605)
Compra de energia	(4.821)	(6.585)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(64)	(47)
Despesa com pessoal	(2.038)	(1.668)
Serviços de terceiros	(4.146)	(1.322)
Depreciação	(15.718)	(13.884)
Arrendamento	(27)	(19)
Manutenção	(3.955)	(5.272)
Aluguel	(370)	(75)
Materiais	(917)	(165)
Outras despesas administrativas	(603)	(688)
Viagens e estadias	(79)	(188)
Outros	(192)	(496)
	(36.835)	**(34.015)**

19 Resultado financeiro

	2023	**2022**
Despesas bancárias	(4)	(4)
IOF	(7)	(35)
Juros de financiamentos	(5.574)	(5.771)
Amortização do custo de captação	(58)	(58)
Juros e multas de mora	(7)	(8)
Custo de estruturação da dívida	(53)	(804)
Outras despesas financeiras	(250)	(328)
Total das despesas financeiras	**(5.954)**	**(7.008)**
Receita de aplicação financeira	11.512	1.497
Outras receitas financeiras	1	-
Total das receitas financeiras	**11.513**	**1.497**
Resultado financeiro líquido	**5.559**	**(5.510)**

20 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2023	**2022**
Receita com venda de energia (*)	72.085	63.797
Outras receitas	11.513	1.510
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	17.280	6.614
Base de cálculo CSLL 12% (*)	20.163	9.166
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	4.407	1.820
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	1.704	639
Imposto de renda e contribuição social correntes	**6.111**	**2.459**
Taxa efetiva	*16,32%*	*15,58%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**7**	**14**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**)O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

21 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a.Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2023		**2022**	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
	Custo amortizado(*)	**Nível 2**	**Custo amortizado(*)**	**Nível 2**
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	27	-	11	-
Aplicações financeiras	-	161.141	-	4.918
Contas a receber de clientes	5.751	-	5.518	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	9.073	-	8.233
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	5.347	-	2.351	-
Financiamentos (nota 15)	5.644	-	5.579	-
Partes relacionadas (nota 9)	6.025	-	26.561	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 15)	59.279	-	61.224	-

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

• **Caixa e bancos**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** Referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

22 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar.

(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	**2022**
Aplicações financeiras	161.141	4.918
Aplicações financeiras vinculadas	9.073	8.233
Contas a receber de clientes	5.751	5.518

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	**2022**
Financiamentos	64.923	66.803
Fornecedores	5.347	2.351

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2023	**2022**
Ativo		
Aplicações financeiras	161.141	4.918
Aplicações financeiras vinculadas	9.073	8.233
	170.214	**13.151**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	170.214	Redução do CDI (*)	14.872	9.915

(*)Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	13.151	Redução do CDI (*)	1.346	898

(*)Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da Bom Jesus da Lapa Solar S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Bom Jesus da Lapa Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bom Jesus da Lapa Solar S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador
CRC PR - 077115/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4EEB-397D-95FC-F33E.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4EEB-397D-95FC-F33E.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4EEB-397D-95FC-F33E ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4EEB-397D-95FC-F33E

Hash do Documento

A76E228DF55032F91FC38F7BB170B40C35CFAE9C8F2712B52A3746BA0F2F0E80

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/04/2024 00:04 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Cristalândia I Eólica S.A.

CNPJ nº 22.499.471/0001-29

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	7	100.089	3.856	Fornecedores		1.695	1.965
Contas a receber de clientes	8	3.987	3.547	Provisões	13	389	512
Despesas antecipadas		86	83	Obrigações sociais e trabalhistas		111	74
Adiantamentos a fornecedores		524	543	Obrigações fiscais		1.784	1.692
Outros ativos		308	280	Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.170	278
				Contas a pagar à partes relacionadas	9	166	606
Total do ativo circulante		**104.995**	**8.308**	Passivo de arrendamento mercantil	12	64	64
				Dividendos a pagar	9	3.536	2.747
Depósitos judiciais		2.226	2.226	**Total do passivo circulante**		**8.915**	**7.939**
Imobilizado	10	162.482	170.949	Provisões	13	1.163	1.163
Intangível	11	1.632	1.680	Passivo de arrendamento mercantil	12	3.195	3.264
Ativo de direito de uso	12	2.809	2.956	Provisão para contingências		1	1
				Tributos diferidos		220	220
Total do ativo não circulante		**169.148**	**177.810**	**Total do passivo não circulante**		**4.578**	**4.648**
				Capital social		245.804	161.797
				Reserva legal		4.238	3.494
				Reserva de lucros		10.608	8.241
				Total do patrimônio líquido	14	**260.650**	**173.531**
Total do ativo		**274.143**	**186.118**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**274.143**	**186.118**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**161.797**	**2.916**	**7.546**	**–**	**172.258**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	11.566	11.566
Constituição de reserva legal	14.b	–	578	–	(578)	–
Dividendos	14.c	–	–	(7.546)	(2.747)	(10.292)
Constituição de reserva de lucros	14.c	–	–	8.241	(8.241)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**161.797**	**3.493**	**8.241**	**–**	**173.531**
Integralização de capital	14.a	84.007	–	–	–	84.007
Lucro líquido do exercício		–	–	–	14.888	14.888
Constituição de reserva legal	14.b	–	744	–	(744)	–
Dividendos	14.c	–	–	(8.241)	(3.536)	(11.777)
Constituição de reserva de lucros	14.c	–	–	10.608	(10.608)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**245.804**	**4.238**	**10.608**	**–**	**260.649**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	30.604	30.406
Custo da geração de energia	16	(17.836)	(16.979)
Lucro operacional bruto		**12.769**	**13.427**
Despesas gerais e administrativas	16	(627)	(691)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(66)	(71)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**12.076**	**12.665**
Receitas financeiras	17	6.171	224
Despesas financeiras	17	(297)	(308)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**5.874**	**(84)**
Resultado antes dos impostos		**17.950**	**12.581**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(3.062)	(1.003)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	–	(12)
Lucro líquido do exercício		**14.888**	**11.566**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0795	0,0923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	14.888	11.566
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	14.888	11.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**14.888**	**11.566**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	10	8.803	9.175
Juros de arrendamentos		280	286
Provisão ressarcimento de energia	15	–	(365)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	3.062	1.003
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	–	12
		27.033	**21.676**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(441)	580
Depósito judicial		–	22
Despesas antecipadas		(3)	(76)
Adiantamentos a fornecedores		18	(49)
Outros ativos		(28)	(163)
Partes relacionadas		(440)	181
Fornecedores		(270)	712
Provisões	13	(123)	–
Obrigações fiscais		(65)	(100)
Obrigações sociais e trabalhistas		37	37
Tributos diferidos		–	25
Caixa proveniente das atividades operacionais		**25.718**	**22.845**
Impostos pagos sobre o lucro		(2.014)	(1.073)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**23.704**	**21.772**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	10	(140)	(219)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(140)**	**(219)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Arrendamentos		(350)	(350)
Integralização de capital	14.a	84.007	–
Dividendos pagos	14.c	(10.987)	(18.214)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**72.670**	**(18.564)**
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**96.233**	**2.990**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**3.856**	**866**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**100.089**	**3.856**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cristalândia I Eólica S.A. ("Cristalândia I" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de abril de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da Parque Eólico Cristalândia I, na cidade de Brumado e Dom Basílio - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Cristalândia I foi vencedora do Leilão de Energia LFA 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 15 de setembro de 2015 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 01 de setembro de 2017 com a produção anual estimada de 14,1 MWm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Cristalândia I	30	LFA 2015	VESTAS V110 2.0 MW	441	16/09/2015	16/09/2050	9,9	14,1	14,1

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 01 de abril 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 10 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado); • **Nota explicativa 13 -** Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente:** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. **c. Impostos: *(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:*** Em 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Intangível:** Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo. **f. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). *(i) Como arrendatário:* No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima d12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado do arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, o CPC 06(R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **g. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento:* Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **h. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **i. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **j. Instrumentos financeiros: *Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. ***Desreconhecimento:*** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **k. Valor recuperável de ativos ("*impairment*"): *(i) Ativos financeiros não-derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros:*** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **l. Mudança nas políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e bancos	1.074	422
Aplicações financeiras (i)	99.015	3.434
	100.089	**3.856**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
Contas a receber	3.987	3.547
	3.987	**3.547**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2023	2022
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	166	606
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	3.536	2.747
	3.702	**3.353**

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10. IMOBILIZADO

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Saldo líquido	2022 Saldo líquido
Móveis e utensílios	10%	14	(3)	11	12
Veículos	20%	136	(136)	–	–
Equipamentos de informática	20%	82	(54)	28	1
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	1.163	(192)	971	1.007
Sistema de geração	4%	190.463	(49.391)	141.073	148.428
Sistemas de transmissão e conexão	4%	26.985	(6.586)	20.399	21.482
Imobilizado em andamento		–	–	–	18
		218.844	**(56.362)**	**162.482**	**170.949**

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2023	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2023
Móveis e utensílios	14	–	–	–	14
Veículos	136	–	–	–	136
Equipamentos de informática	51	11	–	20	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.163	–	–	–	1.163
Sistema de geração	190.336	127	–	–	190.463
Sistemas de transmissão e conexão	26.985	–	–	–	26.985
Imobilizado em andamento	18	2	–	(20)	–
	218.704	**140**	**–**	**–**	**218.844**

Movimentação em 2022	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2022
Móveis e utensílios	14	–	–	–	14
Veículos	–	–	–	136	136
Equipamentos de informática	50	1	–	–	51
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.163	–	–	–	1.163
Sistema de geração	190.273	200	–	(136)	190.336
Sistemas de transmissão e conexão	26.985	–	–	–	26.985
Imobilizado em andamento	–	18	–	–	18
	218.484	**219**	**–**	**–**	**218.704**

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2023	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2023
Móveis e utensílios	(2)	(1)	–	–	(3)
Veículos	(136)	–	–	–	(136)
Equipamentos de informática	(50)	(4)	–	–	(54)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(155)	(36)	–	–	(192)
Sistema de geração	(41.908)	(7.483)	–	–	(49.391)
Sistemas de transmissão e conexão	(5.503)	(1.083)	–	–	(6.586)
	(47.755)	**(8.607)**	**–**	**–**	**(56.362)**

Movimentação em 2022	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2022
Móveis e utensílios	(1)	(1)	–	–	(2)
Veículos	–	(108)	–	(28)	(136)
Equipamentos de informática	(4)	(47)	–	–	(50)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(116)	(39)	–	–	(155)
Sistema de geração	(34.236)	(7.700)	–	28	(41.908)
Sistemas de transmissão e conexão	(4.435)	(1.068)	–	–	(5.503)
	(38.792)	**(8.963)**	**–**	**–**	**(47.755)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment): A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Cristalândia, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2023, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 8,52% (9,00% a.a. em 2022), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

11. INTANGÍVEL

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2022 Valor líquido	Adição	Amortização	2023 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	1.680	–	(48)	1.632
	1.680	**–**	**(48)**	**1.632**

	2021 Valor líquido	Adição	Amortização	2022 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	1.744	–	(64)	1.680
	1.744	**–**	**(64)**	**1.680**

12. ARRENDAMENTOS

Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 2022	Amortização	Saldo em 2023
Terras e terrenos	9%	2.956	(147)	2.809
		2.956	**(147)**	**2.809**

Passivo de arrendamento

	Saldo em 2022	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2023
Terras e terrenos	3.328	(350)	281	3.259
	3.328	**(350)**	**281**	**3.259**

13. PROVISÕES

(i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("*constrained-off*"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício.

A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**877**
Reversão	(365)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**512**
Baixa	(123)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**389**

	2023	2022
Passivo		
Provisão para ressarcimento curto prazo	389	512
Provisão para ressarcimento longo prazo	–	–
	389	**512**

(ii) Provisão para desmantelamento: Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques eólicos possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão está estimada em R$ 1.163 (R$ 1.163, em 31 de dezembro de 2022). **(iii) Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 245.804 (R$ 161.797 em 2022) dividido em 187.284.847 ações ordinárias (125.262.941 em 2022), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	**2023**	**2022**
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	245.804	161.797

Em 30 de junho de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 84.007, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. **Controladora e controlador final:** O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	14.888	11.566
Constituição de reserva legal - 5%	744	578

c. Dividendos: O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	14.888	11.566
Apropriação à reserva legal (5%)	(744)	(578)
	14.144	10.988
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(3.536)	(2.747)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	(8.241)	(7.546)
Lucros retidos	**10.608**	**8.241**

(i) Em 25 de abril de 2023 e 05 de maio de 2022 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores. **d. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído:** Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

15. RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE ENERGIA

	2023	2022
Receita bruta de venda de energia	31.761	31.179
Ressarcimento de energia [1]	–	365
(-) PIS / COFINS	(1.157)	(1.138)
	30.604	**30.406**

[1] Vide nota explicativa 13(i).

16. GASTOS POR NATUREZA

	2023	2022
Custo da geração de energia	(17.836)	(16.979)
Despesas gerais e administrativas	(627)	(691)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(66)	(71)
	(18.528)	**(17.741)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.386)	(1.290)
Compra de energia	(417)	(736)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(231)	(20)
Despesa com pessoal	(779)	(630)
Serviços de terceiros	(822)	(398)
Depreciação	(8.803)	(9.175)
Arrendamento	(186)	(14)
Manutenção	(5.454)	(4.728)
Aluguel	(59)	(46)
Materiais	(49)	(160)
Outras despesas administrativas	(248)	(389)
Viagens e estadias	–	(21)
Outros	(94)	(134)
	(18.528)	**(17.741)**

17. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Despesas bancárias	(5)	(5)
IOF	–	(14)
Juros e multas de mora	(9)	–
Custo de estruturação da dívida	(3)	(2)
Outras despesas financeiras	(281)	(286)
Total das despesas financeiras	**(297)**	**(308)**
Receita de aplicação financeira	6.171	222
Juros recebidos	–	2
Total das receitas financeiras	**6.171**	**224**
Resultado financeiro líquido	**5.874**	**(84)**

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido	**2023**	**2022**
Receita com venda de energia (*)	31.643	30.804
Outras receitas	6.171	231
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	8.741	2.695
Base de cálculo CSLL 12% (*)	10.006	3.927
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	2.212	758
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	850	245
Imposto de renda e contribuição social correntes	**3.062**	**1.003**
Taxa efetiva	16,33%	15,15%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**–**	**12**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. **(**)** O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas e fornecedores.

	2023 Valor contábil Custo amortizado (*)	2023 Valor justo Nível 2	2022 Valor contábil Custo amortizado (*)	2022 Valor justo Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	1.074	–	422	–
Aplicações financeiras	–	99.015	–	3.434
Contas a receber de clientes	3.987	–	3.547	–
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.695	–	1.965	–
Partes relacionadas (nota 9)	3.702	–	3.353	–

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. • **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil 2023	Valor contábil 2022
Aplicações financeiras	99.015	3.434
Contas a receber de clientes	3.987	3.547

(iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil 2023	Valor contábil 2022
Fornecedores	1.695	1.965

(iv) Risco de mercado: Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros:*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2023	2022
Ativo		
Aplicações financeiras	99.015	3.434

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	99.015	Redução do CDI (*)	8.651	5.768

(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	3.434	Redução do CDI (*)	352	234

(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora
Zhigang Yao - Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Cristalândia I Eólica S.A.
Curitiba - PR

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Cristalândia I Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cristalândia I Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR
Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AE25-4F4B-8099-CAA0.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AE25-4F4B-8099-CAA0.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/AE25-4F4B-8099-CAA0 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: AE25-4F4B-8099-CAA0

Hash do Documento

AF0065E56EDDC70C5CB97E744E69E83BA4E86527385F18A9487509D49A3739CF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/04/2024 00:04 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Cristalândia II Eólica S.A.

CNPJ nº 23.049.225/0001-38

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	229.658	32.685	Fornecedores		2.280	3.628
Contas a receber de clientes	**8**	8.032	7.080	Provisões	**13**	2.217	2.562
Despesas antecipadas		187	186	Obrigações sociais e trabalhistas		222	152
Adiantamentos a fornecedores		1.063	1.050	Obrigações fiscais		835	766
Tributos e contribuições a compensar		5	5	Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.613	671
Outros ativos		475	461	Contas a pagar à partes relacionadas	**9**	332	200
				Passivo de arrendamento mercantil	**12**	105	105
Total do ativo circulante		**239.419**	**41.466**	Dividendos a pagar	**9**	8.056	6.225
Tributos e contribuições a compensar		1.217	1.217	**Total do passivo circulante**		**16.660**	**14.309**
Depósitos judiciais		124	124	Provisões	**13**	1.693	1.678
Imobilizado	**10**	357.246	375.170	Passivo de arrendamento mercantil	**12**	5.891	6.005
Intangível	**11**	3.231	3.359	Provisão para contingências		2	2
Ativo de direito de uso	**12**	5.175	5.434	Tributos diferidos		447	441
				Total do passivo não circulante		**8.033**	**8.125**
Total do ativo não circulante		**366.994**	**385.304**	Capital social		547.808	377.612
				Reserva legal		9.745	8.049
				Reserva de lucros		24.168	18.675
				Total do patrimônio líquido	**14**	**581.721**	**404.336**
Total do ativo		**606.413**	**426.770**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**606.413**	**426.770**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**377.612**	**6.738**	**38.440**	**–**	**422.790**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	26.211	26.211
Constituição de reserva legal	**14.b**	–	1.311	–	(1.311)	–
Dividendos	**14.c**	–	–	(38.440)	(6.225)	(44.665)
Constituição de reserva de lucros	**14.c**	–	–	18.675	(18.675)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**377.612**	**8.048**	**18.675**	**–**	**404.336**
Integralização de capital	**14.a**	170.196	–	–	–	170.196
Lucro líquido do exercício		–	–	–	33.920	33.920
Constituição de reserva legal	**14.b**	–	1.696	–	(1.696)	–
Dividendos	**14.c**	–	–	(18.675)	(8.056)	(26.731)
Constituição de reserva de lucros	**14.c**	–	–	24.168	(24.168)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**547.808**	**9.745**	**24.168**	**–**	**581.721**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	**15**	63.529	61.690
Custo da geração de energia	**16**	(35.934)	(32.632)
Lucro bruto		**27.595**	**29.058**
Despesas gerais e administrativas	**16**	(1.298)	(1.093)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**16**	(116)	(66)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**26.181**	**27.900**
Receitas financeiras	**17**	15.614	1.492
Despesas financeiras	**17**	(546)	(560)
Receitas financeiras líquidas		**15.068**	**932**
Resultado antes dos impostos		**41.249**	**28.832**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**18**	(7.325)	(2.420)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**18**	(3)	(201)
Lucro líquido do exercício		**33.920**	**26.211**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0843	0,0932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.920	26.211
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	33.920	26.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**33.920**	**26.211**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	**10**	19.302	16.775
Juros de arrendamentos		515	524
Provisão ressarcimento de energia	**15**	15	(362)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**18**	7.325	2.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**18**	3	201
		61.081	**45.769**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(952)	7
Tributos e contribuições a compensar		–	(5)
Despesas antecipadas		(1)	(186)
Adiantamentos a fornecedores		(13)	21
Outros ativos		(14)	(334)
Partes relacionadas		132	109
Fornecedores		(1.348)	1.147
Provisões	**13**	(346)	–
Obrigações fiscais		(573)	(754)
Obrigações sociais e trabalhistas		71	75
Tributos diferidos		7	441
Caixa proveniente das atividades operacionais		**58.044**	**46.290**
Impostos pagos sobre o lucro		(4.745)	(1.920)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**53.299**	**44.370**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	**10**	(993)	(222)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(993)**	**(222)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Arrendamentos		(629)	(629)
Integralização de capital	**14.a**	170.196	–
Dividendos pagos	**14.c**	(24.900)	(40.778)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**144.667**	**(41.407)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**196.973**	**2.741**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**32.685**	**29.944**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**229.658**	**32.685**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cristalândia II Eólica S.A. ("Cristalândia II" ou Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 29 de abril de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da Parque Eólico Cristalândia II e III, na cidade de Brumado e Dom Basílio - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Cristalândia II foi vencedora do Leilão de Energia LFA 02/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 20 de outubro de 2015 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 01 de setembro de 2017 com a produção anual estimada de 28,2 MWm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Cristalândia II	60	LFA 2015	VESTAS V110 2.0 MW	493/494	21/10/2015	21/10/2050	28,2	29,1	29,1

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 10** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado); • **Nota explicativa 13** - Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente:** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos de energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior à garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. **c. Impostos:** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro real"):*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro presumido"):*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(iii) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro real"):*** O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iv) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro presumido"):*** Em 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(v) Despesas de impostos de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistema de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Intangível:** Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo. **f. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). *(i) Como arrendatário:* No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a CPC 06 (R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **g. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento:* Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **h. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **i. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **j. Instrumentos financeiros:** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. ***Desreconhecimento:*** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **k. Valor recuperável de ativos ("*impairment*"):** ***(i) Ativos financeiros não-derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros:*** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **l. Mudança nas políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e bancos	172	846
Aplicações financeiras (i)	229.486	31.839
	229.658	**32.685**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
Contas a receber	8.032	7.080
	8.032	**7.080**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2023	2022
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	332	200
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	8.056	6.225
	8.388	**6.425**

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10. IMOBILIZADO

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Saldo líquido	2022 Saldo líquido
Equipamentos de informática	20%	36	(4)	32	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	1.340	(193)	1.147	1.007
Sistema de geração	4%	429.162	(93.300)	335.862	352.866
Sistemas de transmissão e conexão	4%	25.589	(5.384)	20.205	21.278
Imobilizado em andamento		–	–	–	18
		456.127	**(98.881)**	**357.246**	**375.170**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2022	Adições (Movimentação em 2023)	Baixas	Transferências	Saldo em 2023
Equipamentos de informática	–	16	–	20	36
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.163	177	–	–	1.340
Sistema de geração	428.364	798	–	–	429.162
Sistemas de transmissão e conexão	25.589	–	–	–	25.589
Imobilizado em andamento	18	2	–	(20)	–
	455.134	**993**	**–**	**–**	**456.127**

	Saldo em 2021	Adições (Movimentação em 2022)	Baixas	Transferências	Saldo em 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.163	–	–	–	1.163
Sistema de geração	428.161	203	–	–	428.364
Sistemas de transmissão e conexão	25.589	–	–	–	25.589
Imobilizado em andamento	–	18	–	–	18
	454.913	**221**	**–**	**–**	**455.134**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2022	Adições (Movimentação em 2023)	Baixas	Transferências	Saldo em 2023
Equipamentos de informática	–	(4)	–	–	(4)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(155)	(38)	–	–	(193)
Sistema de geração	(75.498)	(17.801)	–	–	(93.300)
Sistemas de transmissão e conexão	(4.311)	(1.073)	–	–	(5.384)
	(79.965)	**(18.916)**	**–**	**–**	**(98.881)**

	Saldo em 2021	Adições (Movimentação em 2022)	Baixas	Transferências	Saldo em 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	(116)	(39)	–	–	(155)
Sistema de geração	(60.072)	(15.426)	–	–	(75.498)
Sistemas de transmissão e conexão	(3.388)	(923)	–	–	(4.311)
	(63.576)	**(16.388)**	**–**	**–**	**(79.965)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment): A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Cristalândia, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2023, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 8,52% a.a. (9,00% a.a. em 2022), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

11. INTANGÍVEL

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2022 Valor líquido	Adição	Amortização	2023 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.359	–	(128)	3.231
	3.359	**–**	**(128)**	**3.231**

	2021 Valor líquido	Adição	Amortização	2022 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.487	–	(128)	3.359
	3.487	**–**	**(128)**	**3.359**

12. ARRENDAMENTOS

Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 2022	Amortização	Saldo em 2023
Terras e terrenos	9%	5.434	(259)	5.175
		5.434	**(259)**	**5.175**

Passivo de arrendamento

	Saldo em 2022	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2023
Terras e terrenos	6.110	(629)	515	5.996
	6.110	**(629)**	**515**	**5.996**

13. PROVISÕES

(i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("*constrained-off*"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício.

A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.439**
Reversão	(362)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.077**
Constituição	15
Baixa	(346)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.746**

	2023	2022
Passivo		
Provisão para ressarcimento curto prazo	2.217	2.562
Provisão para ressarcimento longo prazo	530	515
	2.746	**3.077**

(ii) Provisão para desmantelamento: Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques eólicos possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão está estimada em R$ 1.163 (R$ 1.163, em 31 de dezembro de 2022). **(iii) Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 547.808 (R$ 377.612 em 2022) dividido em 402.186.601 ações ordinárias (281.364.506 em 2022), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	**2023**	**2022**
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	547.808	377.612

Em 30 de junho de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 170.196, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. **Controladora e controlador final:** O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.920	26.211
Constituição de reserva legal - 5%	1.696	1.311

c. Dividendos: O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.920	26.211
Apropriação à reserva legal (5%)	(1.696)	(1.311)
	32.224	24.900
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) e juros sobre o capital próprio (i)	(8.056)	(6.225)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	(18.675)	(38.440)
Lucros retidos	**24.168**	**18.675**

(i) Em 25 de abril de 2023 e 05 de maio de 2022 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores. **d. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído:** Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

15. RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE ENERGIA

	2023	2022
Receita bruta de venda de energia	65.951	63.796
Ressarcimento de energia (1)	(15)	362
(-) PIS / COFINS	(2.407)	(2.468)
	63.529	**61.690**

Vide nota explicativa 13(i).

16. GASTOS POR NATUREZA

	2023	2022
Custo da geração de energia	(35.934)	(32.632)
Despesas gerais e administrativas	(1.298)	(1.093)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(116)	(66)
	(37.348)	**(33.790)**
Encargos de transmissão e conexão	(3.210)	(3.041)
Compra de energia	(1.860)	(1.789)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(501)	(395)
Despesa com pessoal	(1.525)	(1.232)
Serviços de terceiros	(946)	(844)
Depreciação	(19.302)	(16.775)
Arrendamento	(204)	(83)
Manutenção	(9.060)	(8.767)
Materiais	(36)	(43)
Outras despesas administrativas	(531)	(599)
Viagens e estadias	(10)	(46)
Outros	(162)	(176)
	(37.348)	**(33.790)**

17. RESULTADO FINANCEIRO	**2023**	**2022**
Despesas bancárias	(7)	(7)
IOF	–	(21)
Juros e multas de mora	(18)	(2)
Custo de estruturação da dívida	(6)	(5)
Outras despesas financeiras	(515)	(524)
Total das despesas financeiras	**(546)**	**(560)**
Receita de aplicação financeira	15.614	1.489
Juros recebidos	–	3
Total das receitas financeiras	**15.614**	**1.492**
Resultado financeiro líquido	**15.068**	**932**

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido	**2023**	**2022**
Receita com venda de energia (*)	65.689	62.566
Outras receitas	15.614	1.521
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	20.920	6.526
Base de cálculo CSLL 12% (*)	23.548	9.029
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	5.257	1.792
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	2.068	629
Imposto de renda e contribuição social correntes	**7.325**	**2.420**
Taxa efetiva	16,47%	15,56%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**3**	**201**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. **(**)** O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas e fornecedores.

	2023 Valor contábil Custo amortizado (*)	2023 Valor justo Nível 2	2022 Valor contábil Custo amortizado (*)	2022 Valor justo Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	172	–	846	–
Aplicações financeiras	–	229.486	–	31.839
Contas a receber de clientes	8.032	–	7.080	–
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.280	–	3.628	–
Partes relacionadas (nota 9)	8.388	–	6.425	–

• **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil 2023	2022
Aplicações financeiras	229.486	31.839
Contas a receber de clientes	8.032	7.080

(iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil 2023	2022
Fornecedores	2.280	3.628

(iv) Risco de mercado: Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros:*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2023	2022
Ativo		
Aplicações financeiras	229.486	31.839

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	229.486	Redução do CDI (*)	20.051	13.368

(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	31.839	Redução do CDI (*)	3.260	2.173

(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Cristalândia II Eólica S.A.
Curitiba - PR

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Cristalândia II Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cristalândia II Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR
Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5CED-18FA-5981-6C33.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5CED-18FA-5981-6C33.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5CED-18FA-5981-6C33 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5CED-18FA-5981-6C33

Hash do Documento

C3D9B364792F336A44BAF7E78FE4B3C9A68435AB8B55D97C3131EEAD2BB958D6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/04/2024 00:04 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24